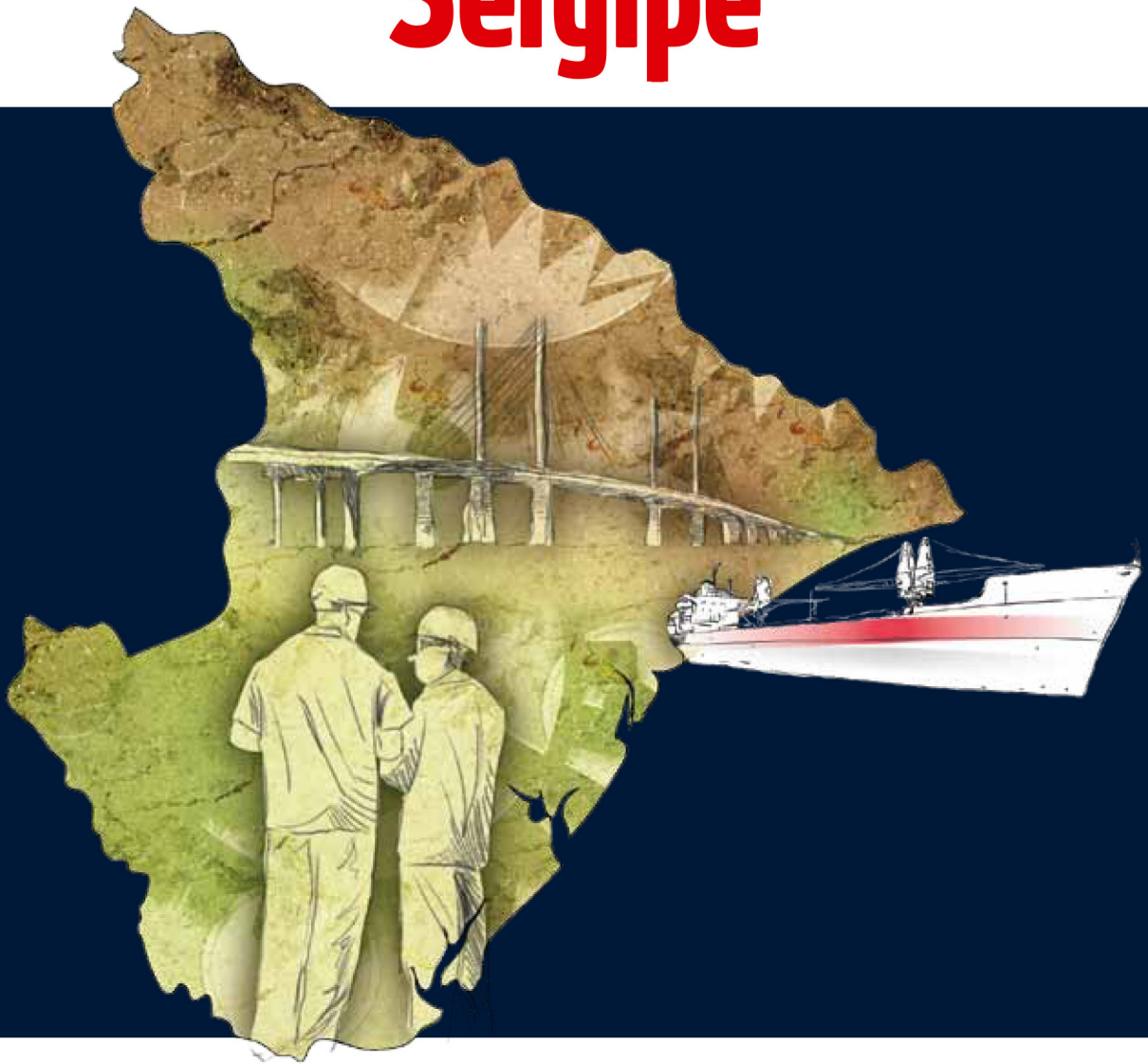


ESTUDOS

Estados Brasileiros

Sergipe



MARIA LÚCIA FALCÓN
ORG.



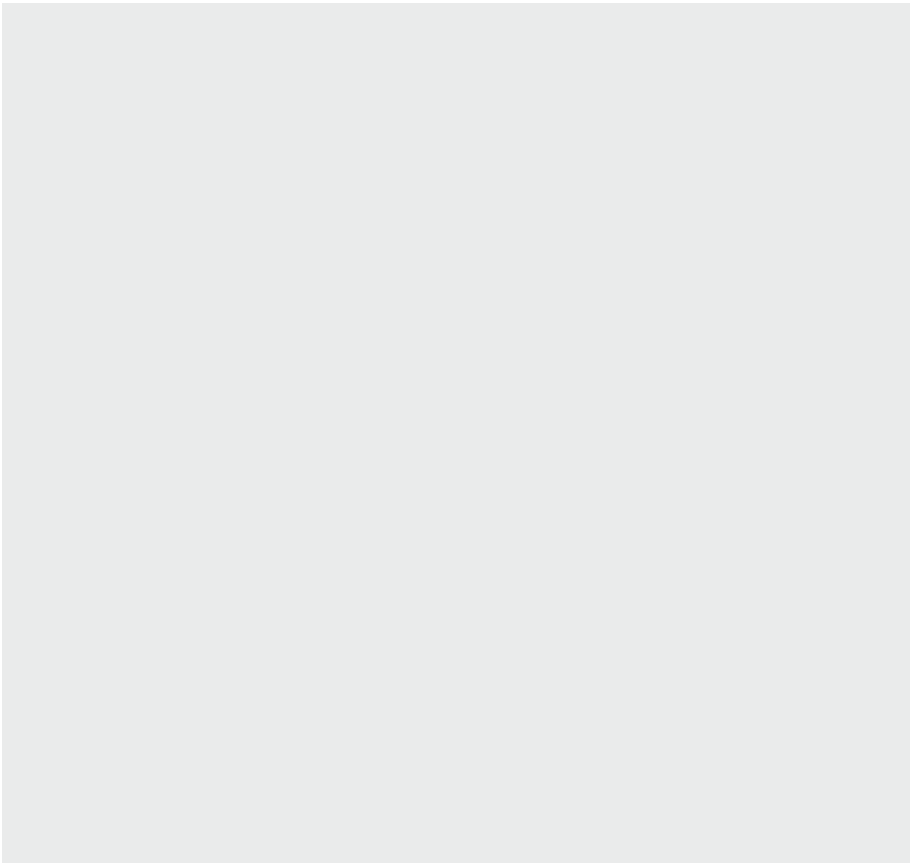
FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

ESTUDOS

Estados Brasileiros

Sergipe

2000-2013



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

2014

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

Instituída pelo Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores em maio de 1996.

DIRETORIA

Presidente: Marcio Pochmann

Vice-presidenta: Iole Ilíada

Diretoras: Fátima Cleide e Luciana Mandelli

Diretores: Kjeld Jakobsen e Joaquim Soriano

Coordenação da coleção Projetos para o Brasil

Fátima Cleide

Equipe técnica e colaboradores

Ana Paula Santos Costa, Laura Sampaio de Sá Oliveira, Marcel Di Angelis Souza Sandes, Amanda Heloisa Melo de Santana, Bruce Antônio Cabral de Lima, Janiere Gomes dos Santos, Lucas de Andrade Lira Miranda Cavalcante, Luiz Fernando Costa Ferreira, Miguel Ângelo Torres Oliveira, Maria Rozineide dos Santos, Marcio dos Reis Santos, Simone Soraia Silva Sardeiro

Colaboração

Kjeld Jakobsen

EDITORA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

Coordenação editorial: Rogério Chaves

Assistente editorial: Raquel Maria da Costa

Preparação e revisão: Elaine Andreoti

Coordenação e organização: Maria Lúcia Falcón

Projeto gráfico e diagramação: Caco Bisol Produção Gráfica Ltda.

Ilustração de capa: Vicente Mendonça

Direitos reservados à Fundação Perseu Abramo

Rua Francisco Cruz, 234 – 04117-091 São Paulo - SP

Telefone: (11) 5571-4299 – Fax: (11) 5573-3338

Visite a página eletrônica da Fundação Perseu Abramo: www.fpabramo.org.br

Visite a loja virtual da Editora Fundação Perseu Abramo: www.efpa.com.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S484 Sergipe 2000-2013 / Maria Lúcia Falcón, org. – São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2014.
151 p. : il. ; 23 cm – (Estudos Estados Brasileiros)

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-7643-227-2

1. Sergipe - Política. 2. Sergipe - Economia. 3. Sergipe - Investimentos públicos. 4. Sergipe - Aspectos sociais. 5. Sergipe - Administração pública.
I. Falcón, Maria Lúcia. II. Série.

CDU 32(813.7)
CDD 320.981

(Bibliotecária responsável: Sabrina Leal Araujo – CRB 10/1507)

SUMÁRIO

- 5** APRESENTAÇÃO
- 9** INTRODUÇÃO
- 11** PANORAMA ECONÔMICO DE SERGIPE
- 17** METODOLOGIA
- 23** AS TRANSFORMAÇÕES DE SERGIPE
Uma análise comparativa (2000-2010)
- 69** INVESTIMENTO PÚBLICO EM SERGIPE
SOB GOVERNO PETISTA (2007-2003)
- 79** PRINCIPAIS CADEIAS PRODUTIVAS DO ESTADO
- 107** CONDIÇÕES GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL
- 115** TERRITÓRIOS DE PLANEJAMENTO
- 131** CENTRALIDADES TERRITORIAIS
Conceito, rede de cidades e sua dinâmica
- 139** PLANO DE INVESTIMENTO PARA O
DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL
- 143** CONCLUSÃO

APRESENTAÇÃO

Uma das características dos governos neoliberais que assolaram o Brasil durante a década de 1990 foi a privatização do estado e a centralização da política, bem como das diretrizes da gestão pública em mãos do governo federal em contradição com o federalismo previsto na Constituição da República. Desta forma, transformaram nossos entes federativos, estados e municípios, em meros executores das diretrizes emanadas do poder executivo sediado em Brasília.

As consequências dessas medidas foram graves no tocante à perda de recursos e de instrumentos de planejamento e promoção do desenvolvimento regional e estadual. Além disso, dezenas de empresas públicas do setor financeiro, energia, comunicações, transportes e saúde locais foram privatizadas com visíveis prejuízos aos direitos dos cidadãos dos 26 estados e do Distrito Federal de receber atendimento por meio de serviços públicos acessíveis e de qualidade.

O Projeto Estados, promovido pela Fundação Perseu Abramo, visa enfrentar estes desdobramentos do período neoliberal ao reunir e interpretar uma série de dados de cada um dos estados brasileiros e do Distrito Federal para levantar os principais problemas, potencialidades e desafios na metade da segunda década do século XXI, bem como embasar os programas de governo dos candidatos e das candidatas do Partido dos Trabalhadores ou das coligações que o PT eventualmente venha a participar na disputa das eleições para governador/a em 2014.

O conteúdo dos estudos incluem indicadores gerais e análise de cada estado e de suas dimensões sub-regionais, bem como propostas de soluções dos problemas identificados, além de apontar para um modelo de desenvolvimento e agenda decorrente. Desta forma, os indicadores de cada estado incluem demografia; situação social; balanço das políticas sociais; economia, infraestrutura e estrutura produtiva do estado; condicionantes ambientais; análise da capacidade de gestão pública local; impactos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o quadro político local. Estas informações também alimentarão um banco de dados que deverá ser atualizado periodicamente para permitir o acompanhamento e aprofundar a análise da evolução dos desenvolvimentos estaduais e da eficácia das respostas implementadas para solucionar os problemas detectados.

Percebemos por meio destes estudos como um primeiro elemento que há uma evolução positiva na situação social e econômica nos estados brasileiros devido às políticas implementadas pelos governos Lula e Dilma. Entretanto, verificamos também que naqueles estados onde o PT e aliados governam proporcionando sinergia entre as iniciativas federais e estaduais houve avanço maior e mais acelerado do que naqueles governados pela direita.

Este trabalho foi coordenado em cada um dos estados por especialistas que atuam no meio acadêmico ou em instituições de pesquisa locais e que na maioria dos estados puderam contar com a colaboração de vários companheiros e companheiras mencionados em cada um dos estudos publicados.

Nossos profundos agradecimentos aos coordenadores e colaboradores desta coletânea de dados e análises e esperamos que sejam úteis para a ação de nossos militantes que pretendem enfrentar o desafio de promover as transformações necessárias em direção ao desenvolvimento sustentável e à justiça social em cada um dos rincões do Brasil.

Boa leitura!

*A Diretoria
Fundação Perseu Abramo*

SERGIPE 2000-2013

MARIA LÚCIA FALCÓN
ORG

ESTUDOS

Estados Brasileiros

INTRODUÇÃO

O AVANÇO DA CIDADANIA EXPRESSO EM NÚMEROS

O presente relatório foi um esforço de sistematizar, em um só documento, um conjunto representativo de indicadores de diversas áreas e que expressa as principais conquistas da sociedade sergipana. Ao contrário de outros períodos da nossa história, esse foi um momento único em que o avanço da cidadania deu-se em múltiplos aspectos: renda, saúde, educação, redução da desigualdade social, acesso a bens e serviços públicos, entre outros. Os números destacados neste documento mostram que a universalização dos direitos sociais transformou a vida dos sergipanos. Esse grande salto se deu num espaço de tempo relativamente curto: a última década.

A DÉCADA DA INCLUSÃO

A aposta nas políticas sociais é uma decisão de governo, ao destinar parcelas crescentes do orçamento público a ações voltadas para a promoção social.

Nesse ponto, é de se destacar o alinhamento do Plano Estratégico do Governo de Sergipe com os programas federais, o que facilitou a captação de recursos para investimento em projetos voltados à segurança alimentar, habitação, transferência de renda, inclusão produtiva, saúde, infraestrutura urbana, saneamento ambiental, educação e agricultura familiar.

A ênfase na expansão da rede de atenção à saúde e na melhoria da gestão do SUS impactou fortemente nos indicadores de saúde em Sergipe. O número de casos de doenças associadas à miséria, como tuberculose, hanseníase, me-

ningite, doenças diarreicas, entre outras, vem diminuindo constantemente. A mortalidade infantil sofreu uma queda de 57,2% na última década, estando muito próxima de atingir, antecipadamente, a meta dos Objetivos Do Milênio (ODM) até 2015. A esperança de vida do sergipano ao nascer é a segunda maior do Nordeste, atingindo 72,3 anos, em 2011; um aumento de 3,4 anos comparado a 2001.

A educação pública, gratuita e de qualidade é um dos principais vetores do desenvolvimento. Em Sergipe, os números mostram progressos significativos na escolaridade de crianças, jovens e adultos. O trabalho infantil foi fortemente reduzido em todas as faixas etárias e nossas crianças frequentam cada vez mais a escola. A repetência caiu, juntamente com o abandono escolar e a distorção idade-série. Houve um salto no número de anos de estudo dos sergipanos, bem como uma significativa redução na taxa de analfabetismo.

A ascensão das camadas tradicionalmente excluídas do processo de crescimento econômico revelou um dos aspectos mais notáveis desse novo modelo: a emergência de uma nova classe média. Para atender essa nova massa de cidadãos/consumidores foi fundamental ampliar de forma expressiva a oferta de serviços públicos essenciais.

Nessa linha, Sergipe, em parceria com o governo federal, praticamente universalizou o acesso à energia elétrica nos domicílios, inclusive no meio rural. O substancial investimento em saneamento básico colocou nosso estado em primeiro lugar em abastecimento de água e em terceiro em esgotamento sanitário, além de ter uma das mais amplas coberturas de coleta regular de lixo entre os estados nordestinos. Também é crescente o acesso a bens duráveis, como televisor, automóvel, máquina de lavar, computador, geladeira, fogão e telefone, o que revela o protagonismo do mercado de consumo interno como base do desenvolvimento econômico sustentável.

PANORAMA ECONÔMICO DE SERGIPE

O contexto econômico internacional, marcado pela intensificação da crise, e as ações fiscais que o governo federal brasileiro adotou, no sentido de minimizar os efeitos desta, vêm impactando severamente as finanças dos outros entes federados. Como resultado, os estados que dependem em grande medida de repasses federais vêm sofrendo forte queda na capacidade de custear seus compromissos e, principalmente, de realizar investimentos essenciais para garantir a geração de emprego e renda em seus territórios. Soma-se a este cenário difícil a grave seca que assolou parte do território brasileiro, especialmente nos estados da região Nordeste.

Diante disso, o governo de Sergipe teve que realizar um esforço extraordinário para honrar seus compromissos e manter os investimentos. Apesar das dificuldades enfrentadas, resultados positivos foram obtidos nas principais áreas de governo, inclusive na econômica. Sergipe pôde comemorar, em 2012, feitos importantes, sobretudo na atração de investimentos produtivos e na redução da pobreza extrema. A política de erradicação da pobreza foi especialmente importante porque a economia agrícola do semiárido vem sendo fortemente castigada pela estiagem desde 2011.

O período que antecedeu a crise econômica foi de significativo crescimento econômico, e as ações adotadas naquele momento pelo governo estadual puderam somar-se às novas estratégias que possibilitaram aumento da competitividade, com a modernização de sua infraestrutura produtiva, redução de carga tributária e criação de um ambiente institucional favorável à expansão dos negócios.

A forte taxa de crescimento econômico experimentada em Sergipe na última década foi evidenciada pelo aumento exponencial do comércio exterior, diversificação da economia agropecuária e expansão do parque industrial. O crescimento acumulado do Produto Interno Bruto (PIB) foi 44,4% entre 2002 e 2010.

Cabe pontuar que o crescimento da economia veio aliado a uma política de distribuição de renda. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) mostram que, em Sergipe, a renda dos 20% mais pobres cresceu em ritmo quatro vezes maior que a dos mais ricos. A taxa de extrema pobreza caiu para 6,2%, a menor do Nordeste; alcançou níveis inéditos de criação de empregos, formalização do mercado de trabalho, aumento de salários e crescimento do empreendedorismo. O emprego formal na economia sergipana cresceu, entre 2007 e 2012 e segundo dados do MTE-Caged, 53%, frente aos 46% de crescimento do Nordeste e 39% do Brasil.

Vale ressaltar que o estado registra os melhores indicadores da região Nordeste, em função do crescimento de sua economia e das políticas sociais adotadas, inclusive de transferência de renda. Ademais, a queda no desemprego aliada ao crescimento do rendimento real é responsável pela melhoria da qualidade de vida e aumento no consumo de bens e serviços pelas famílias sergipanas.

A criação de mais postos de trabalho foi uma das principais forças inclusivas. A PNAD de 2011 revela que o número de pessoas ocupadas cresceu 27% em comparação a 2001, contra a média de 23% no Brasil; as duas taxas são superiores ao crescimento da população economicamente ativa. Foi o resultado mais elevado entre os estados do Nordeste. Entre 2001 e 2011, mais 204 mil pessoas passaram a ter ocupação, formal ou informal, em Sergipe.

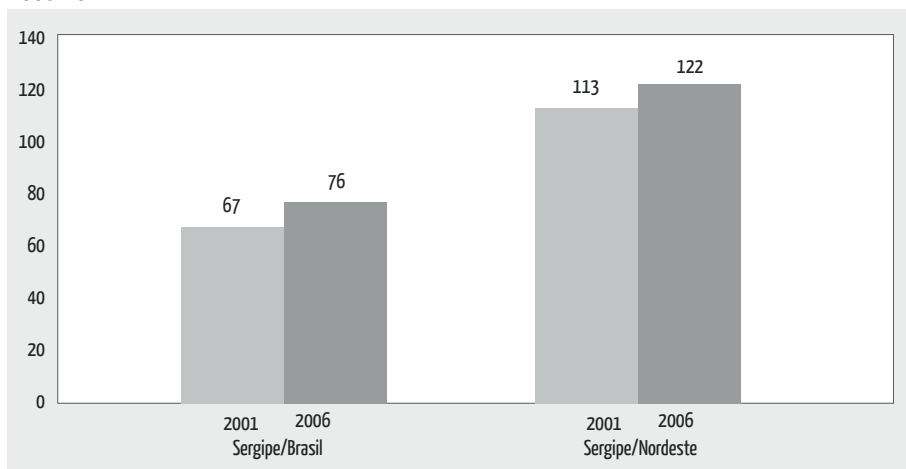
Com o aumento do emprego formal, a renda do sergipano se elevou. A renda média familiar *per capita* passou a ser a mais alta do Nordeste e atingiu R\$ 11.500 em 2010, o que representa um aumento de 41% em relação ao ano 2000, bem acima dos 20% registrados para os demais estados da região.

O rendimento médio da família sergipana, por membro familiar, vem crescendo acima da taxa média do Brasil e do Nordeste, fazendo com que melhore a sua situação relativa. Enquanto em 2006 esse rendimento representava 67% da média brasileira, em 2011 havia subido nove pontos e alcançado 76%. Em comparação com o Nordeste, Sergipe – que já superava o rendimento médio da região em 13%, em 2006 – se situava 22% acima dele, em 2011. O Gráfico 1 apresenta a renda familiar média no Brasil e em Sergipe, nos anos de 2006 e 2011.

Com mais emprego, maior estabilidade no trabalho, melhores salários, acesso a crédito e, ao mesmo tempo, sendo beneficiários de programas sociais,

Gráfico 1

Sergipe – Renda familiar média, comparativo com Brasil e Nordeste (%)
2006-2011



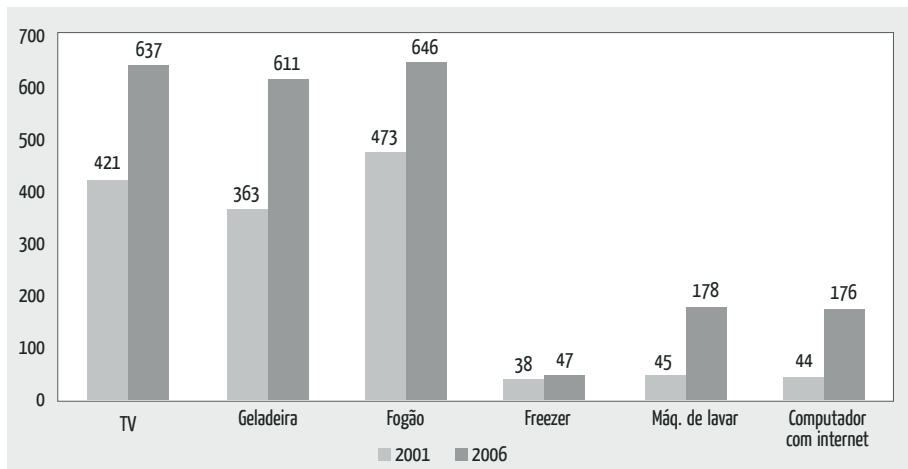
Fonte: IBGE-Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar (PNAD).

mais domicílios brasileiros, principalmente aqueles situados nos estados mais pobres, passaram a contar com serviços públicos e ter acesso a bens de consumo duráveis, dados que sintetizam as novas condições proporcionadas pelo ciclo de crescimento inclusivo.

O número de famílias sergipanas com computadores em casa e acesso à internet saltou de 71 mil para 176 mil, entre 2006 e 2011, crescendo 149%. Eram apenas 8,5% dos domicílios em 2006 e passou para 26,9% em 2011. O número de domicílios com televisor subiu de 524 mil para 637 mil. O percentual de domicílios com geladeira passou de 81,6% em 2006 para 93,4% em 2011. O número de famílias com máquina de lavar se restringia a 75 mil, em 2006; passou para 178 mil em 2011, com um crescimento de 137%. O Gráfico 2 apresenta o percentual de acesso a bens duráveis, em 2006 e 2011.

Entre 2001 e 2009, a participação da classe C na população sergipana passou de 23,4% para 38,4% do total da população, tornando-se o estrato de renda com maior contingente populacional. Em termos absolutos, o número de pessoas pertencentes a esse segmento saltou de 431 mil para 788 mil, um incremento de 83%. Ou seja, mais 357 mil pessoas passaram a fazer parte da classe C, o maior incremento entre os segmentos considerados, tanto em termos relativos, quanto em termos absolutos. O estrato referente às classes A e B que, em 2001, contava com 75 mil pessoas registrou, em 2009, 132 mil pessoas, 56 mil a mais, enquanto a classe D foi ampliada em 54 mil pessoas.

Gráfico 2

Sergipe – Acesso aos bens (em 1.000 domicílios)
2006-2011

Fonte: IBGE-Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar (PNAD).

Em relação à erradicação da pobreza, o êxito de Sergipe pode ser traduzido em três eixos principais: o avanço nos indicadores econômicos, a retomada do investimento público e as políticas de transferência de renda. Os indicadores econômicos avançaram bastante nos últimos anos, apresentando taxas de crescimento bem superiores ao Nordeste e à média brasileira.

É importante destacar o aumento do investimento público a partir de 2007. Mais de mil quilômetros de malha viária do estado foram recuperados. Além disso, o governo construiu novas rodovias e pontes. Está em curso o maior volume de investimentos da história em saneamento, principalmente no abastecimento de água e em esgotamento sanitário. Na área de habitação, foram construídas mais de 15 mil casas dotadas de infraestrutura. Destacam-se também investimentos expressivos na reforma de ampliação de escolas e reestruturação da rede de atenção à saúde, seja básica ou hospitalar. As políticas de transferência de renda, especialmente o Programa Bolsa Família, também foram fundamentais para diminuição da miséria. Mais de 125 mil famílias inscritas no Cadastro Único passaram a ter renda superior a R\$ 70,00, graças à atuação do Programa em Sergipe, reduzindo em 58,8% o número de famílias nessa condição.

Estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece) revelou que a proporção de pessoas na extrema pobreza (aquelas cujo rendimento domiciliar mensal não ultrapassa R\$ 70,00 *per capita*), em Sergipe, caiu de 9,89% para 5,5%, no período entre 2006 e 2011. A pesquisa

mostra ainda que a quantidade de indivíduos nessa condição foi reduzida de 195.563 para 113.766, o que significa uma diminuição de 41,8%. São 81.797 sergipanos que deixaram a pobreza extrema em cinco anos.

A opção por um padrão de desenvolvimento econômico cada vez mais inclusivo provocou mudanças expressivas para os mais de dois milhões de sergipanos, refletidas pela melhoria das condições de vida ao longo dos anos 2000. O grande desafio é dar seguimento a políticas sociais sustentáveis, aumentando a renda, incluindo os mais pobres e dando oportunidades a todos sergipanos.

Para isso, deu-se atenção especial ao nível de investimentos realizados em Sergipe. No quadro mais recente, a Petrobras anunciou quatro descobertas de hidrocarbonetos leves em águas ultra profundas da Bacia de Sergipe/Alagoas. A empresa estima que Sergipe possa tornar-se, nos próximos quatro anos, o maior produtor de petróleo do Norte e Nordeste. A Bacia Sergipe/Alagoas vive a expectativa de quintuplicar sua produção nos próximos anos, saltando de 40 para 200 mil barris/dia de petróleo. Essas descobertas asseguram que o petróleo continuará a ser, pelo menos nos próximos 30 anos, uma das principais âncoras da economia sergipana.

Em 2012, foi consolidado o maior investimento privado já realizado no estado, com a assinatura de contrato de arrendamento entre Petrobras e Vale; o que permite a exploração das jazidas de potássio no subsolo sergipano. Foi a concretização do Projeto Carnalita, representativo de um investimento de quatro bilhões de dólares, uma ação sem precedentes para impulsionar a economia sergipana. Em um futuro breve, Sergipe sediará a mais dinâmica cadeia produtiva de fertilizantes do país; quando o Projeto Carnalita adicionará volume estimado em 1,3 milhões de toneladas à produção de potássio nacional. Com isso, o Brasil vai economizar cerca de 17 bilhões de dólares em importações, além de alavancar a consolidação da cadeia produtiva de fertilizantes; serão gerados – na construção da nova usina para o Projeto Carnalita – quatro mil empregos diretos e cerca de dez mil indiretos, beneficiando milhares de sergipanos. O Projeto Carnalita assegurará a continuidade da produção de potássio por cerca de 30 anos.

METODOLOGIA

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Em Sergipe, a visão estratégica resultou em um plano que orientou a gestão durante os quatro anos de governo, de 2007 a 2010, chamado “Sergipe, Governo de Todos: Desenvolver e Incluir”. Com a colaboração de todos os órgãos da administração estadual, o documento criado reúne a missão do governo, os valores que o guiaram e a visão de futuro, permitindo que as ações desenvolvidas ao longo desses quatro anos pudessem estabelecer entre si uma forte coerência e alta capacidade de resolução dos problemas sociais a serem enfrentados por um governo que se propôs a incluir os cidadãos por meio da universalização dos direitos sociais e pelo aumento e distribuição da renda.

Dentre os valores elencados e colocados em prática, destacam-se a ética, a transparência, o espírito republicano e a visão da participação popular, marcas que distinguiram esse governo na história de Sergipe. A participação popular, entendida também como uma ferramenta de gestão, uma técnica cotidiana nas decisões administrativas do governo, materializou-se na forma de um processo amplo de consulta popular – o Planejamento Participativo. O nosso Plano Plurianual de Investimentos (PPA), previsto em lei, foi feito a partir do Planejamento Participativo, incorporando o capital social e fortalecendo uma relação republicana de confiança entre Estado e sociedade.

MISSÃO

Implementar programas e ações voltadas à promoção do desenvolvimento territorial sustentável visando a inclusão pela renda e pelo direito.

VISÃO DE FUTURO

Ser, até 2017, uma organização de referência nacional em desenvolvimento territorial sustentável, que promoveu a inclusão pelo direito e pela renda.

PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO

A partir das diretrizes do Plano Estratégico do Governo 2007-2011, na qual estão definidos os valores que guiam as ações governamentais, a missão e visão de futuro, o governo estadual promoveu uma série de conferências com o objetivo de elaborar o Plano Plurianual de Ações (PPA) 2008-2011 de forma participativa e territorializada.

Em primeiro lugar, foram realizadas as Conferências Municipais, em parceria com as prefeituras, quando foi proporcionada interlocução entre os diversos segmentos locais a fim de identificar as demandas prioritárias da população; além de realizar a eleição dos delegados de cada município que representavam o território em todas as etapas subsequentes do Planejamento Participativo.

No segundo momento, foram realizadas as Conferências Territoriais, quando foram discutidas e escolhidas pelos delegados as demandas oriundas das Conferências Municipais, mas que tinham abrangência territorial e estadual.

Por último, foi realizada a Conferência Estadual, onde os secretários estaduais apresentaram seus planos de ação e pactuaram com a sociedade suas metas e projetos prioritários.

PLANEJAMENTO TERRITORIALIZADO

Como estratégia para interiorizar o desenvolvimento, descentralizar e tornar equitativas as ações, o estado procedeu ao reconhecimento de oito Territórios de Planejamento que passaram a ser a base da política estadual de desenvolvimento, como mostra o Mapa 1.

A partir do conceito multidimensional de território, estabelecido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, segundo o qual este é definido “como um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, que compreende cidades e campos caracterizados por critérios multidimensionais tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos – nos quais se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial” (MDA, 2004), o reconhecimento dos Territórios de Planejamento sergipanos fundamentou-se na análise de 15 variáveis e 79 indicadores, distribuídos nas seguintes dimensões:

orientado as ações das secretarias e órgãos estaduais e federais no desenvolvimento das suas políticas públicas.

PLANOS TERRITORIAIS E DESENVOLVER-SE

A tarefa de elaborar os planos de desenvolvimento dos oito territórios e o plano de desenvolvimento de Sergipe representa o coração da política de desenvolvimento, articulando as responsabilidades do governo estadual com os demais níveis federativos e principalmente com a sociedade sergipana.

O Segundo Ciclo de Conferências Territoriais do Planejamento Participativo (PP) teve por objetivo iniciar a discussão sobre a formação da identidade cultural dos territórios, baseado nos símbolos e valores locais, bem como identificar os cenários de desenvolvimento que pudessem traduzir a realidade e a vocação de cada território, mediante o estudo das cadeias produtivas identificadas.

Essa tarefa se constituiu no levantamento dos pontos fracos que impedem a competitividade e a sustentabilidade das atividades econômicas selecionadas pelos delegados, bem como dos pontos fortes, das oportunidades e das ameaças de todos os elos ou componentes da cadeia produtiva analisada.

Todos esses esforços se materializaram na construção dos planos de desenvolvimento dos territórios sergipanos e do plano estadual de desenvolvimento. Isso representa um fato histórico no contexto do planejamento governamental brasileiro, visto que, da década de 1980 para cá, em função das crises inflacionárias e das condições fiscais de estados e municípios, o tema do planejamento do desenvolvimento ficou relegado à União e às Agências de Desenvolvimento Regional. As condições macroeconômicas nacionais favoráveis e a decisão de incorporar ao processo de desenvolvimento os ativos abundantes nas escalas locais (capital social, disponibilidade de recursos naturais, saberes locais etc.), herança dos debates acerca do desenvolvimento local, permitiram que o governo do estado fizesse história ao lançar, no Primeiro Ciclo de Conferências Territoriais, os Planos de Desenvolvimento dos Territórios e o Plano de Desenvolvimento de Sergipe (Desenvolver-SE).

Diferentemente dos planos territoriais, o Desenvolver-SE avança ao propor um projeto de desenvolvimento para Sergipe como um todo, articulando as escalas territorial e estadual por meio de investimentos estruturantes, em um horizonte temporal de dez anos.

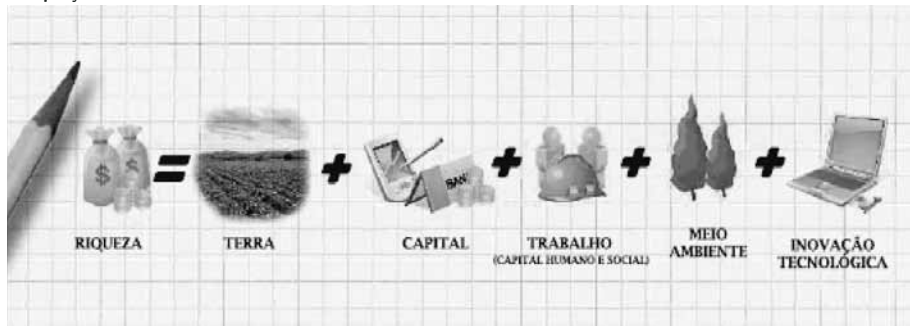
Ele é, portanto, um plano de estado e não um compromisso para apenas um governo, onde se entende desenvolvimento como um processo que é capaz de produzir uma elevação da renda e, ao mesmo tempo, distribuir melhor a riqueza, preservar o meio ambiente e, por meio da educação e da aprendizagem coletiva que só uma rede cultural pode proporcionar, gerar inovação

e progresso tecnológico para ganhos de produtividade continuados. Outras publicações a respeito da cultura foram elaboradas.

Além disso, o Desenvolver-SE coloca como um dos pilares a articulação entre os investimentos públicos e privados, além de pactuar compromissos para a sociedade civil como um todo. Esses são, sem dúvida, mecanismos que nos levam a acreditar na sustentabilidade do plano em longo prazo e no alcance das suas metas. Portanto, a equação do desenvolvimento é ampliada, conforme a Figura 1 representa.

Figura 1

A equação do desenvolvimento



REDES DE CIDADES

Conceitualmente, as Redes de Cidades são espaços que reúnem os municípios em torno de temas de interesse comum, como o fortalecimento das economias locais, políticas urbanas sustentáveis, inclusão social, acesso a financiamentos internacionais e integração regional.

O governo do estado propõe o desenvolvimento difundido a partir da Rede de Cidades: para evitar o êxodo rural e construir cidades sustentáveis com economias dinâmicas integradas em fluxos regionais de mercadorias e conhecimento.

AVANÇO PROPOSTO

- Formação da Rede de Cidades por Território e entre os Territórios, capacitando e investindo nas cidades.

- Criação dos Conselhos de Desenvolvimento Econômico e Social (Cdes) Territoriais.

- Coordenação dos investimentos públicos nos três níveis federativos, o que impulsionará o processo, dando resolutividade e credibilidade ao planejamento participativo.

AS TRANSFORMAÇÕES DE SERGIPE

UMA ANÁLISE COMPARATIVA 2000-2010

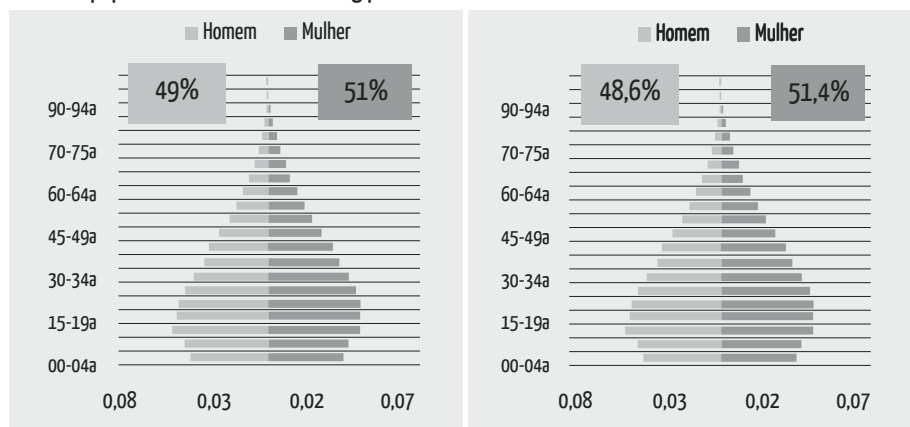
DINÂMICA POPULACIONAL

FAIXA ETÁRIA E EÊNERO

Entre 2000 e 2010 praticamente não se alterou a razão entre homens e mulheres em Sergipe. Houve um envelhecimento da população, com redução na participação das primeiras cinco faixas (0-24 anos).

Gráfico 3

Pirâmide populacional do estado de Sergipe



Censo 2000.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a população sergipana total apresentou um aumento de 15,89% no comparativo 2000- 2010. Logo, teve taxa de crescimento de 1,49%.

As pirâmides mostram um envelhecimento da população, com redução de 2% na participação das primeiras cinco faixas (0-24 anos) e aumento de 36% na participação das últimas cinco faixas (acima de 80 anos).

ETNIA

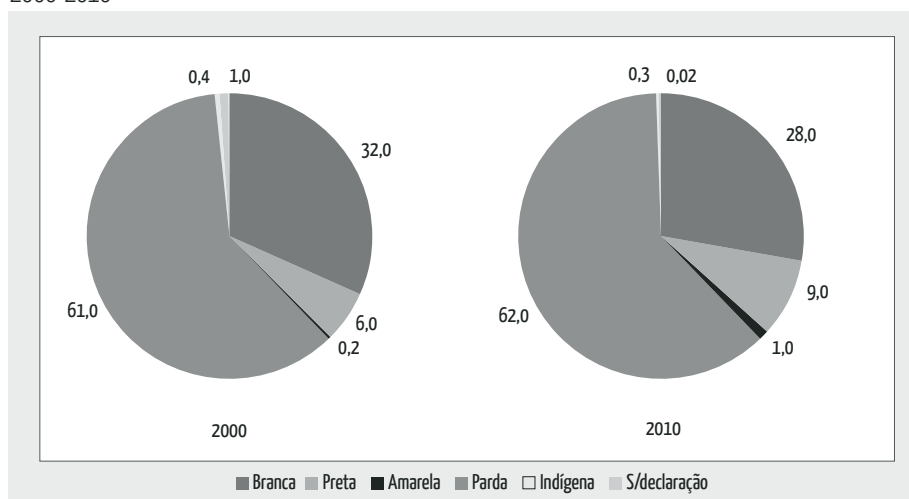
Segundo dados do Censo Demográfico, no período compreendido entre 2000-2010 a composição étnica da população sergipana praticamente não se alterou. Aproximadamente 60% da população declara-se como parda. Ademais, a participação de pessoas pardas e pretas mantém-se praticamente constante; aproximadamente, 70%. Os dados são apresentados no Gráfico 4.

POPULAÇÃO RURAL E URBANA

Conforme Gráfico 5, no comparativo 2000/2010 a população urbana em Sergipe saltou de 71,35% para 73,51%. No entanto, cabe ressaltar que houve um aumento absoluto tanto da população urbana (1.273.226 para 1.520.243 – aumento de aproximadamente 19%) como da população rural (511.249 para 547.788 – aumento de aproximadamente 7%).

Gráfico 4

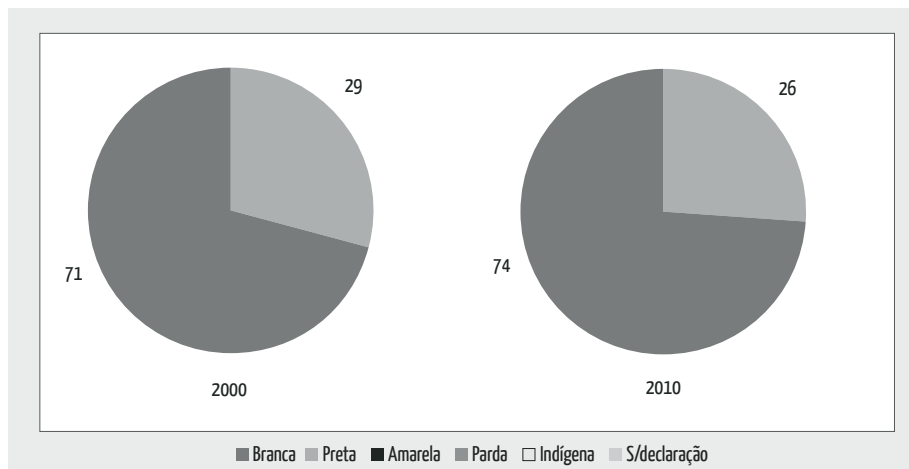
Sergipe – Etnia (%)
2000-2010



Fonte: Censo demográfico 2010. IBGE, 2013.

Gráfico 5

Sergipe – População urbana e rural (%)
2000-2010



Fonte: Censo demográfico 2010. IBGE, 2010, 2013.

IMIGRANTES E EMIGRANTES

No que toca a migração e imigração de população, as unidades da federação que apresentaram os maiores saldos migratórios positivos são Rio Grande do Norte e Sergipe. Por outro lado, no Maranhão e na Bahia, foram observadas as maiores perdas líquidas de população, pois detinham saldos migratórios negativos de maior expressão.

Tabela 1

Nordeste – Imigrantes e emigrantes

Estados	Imigrantes	Emigrantes	Saldo migratório	População residente	Taxa líquida de migração
Alagoas	53.589	130.306	(-) 76.717	3.120.494	(-) 2,5
Bahia	229.224	466.360	(-) 237.136	14.016.906	(-) 1,7
Ceará	112.373	181.221	(-) 68.849	8.452.381	(-) 0,8
Maranhão	105.684	270.664	(-) 164.980	6.574.789	(-) 2,5
Paraíba	96.028	125.521	(-) 29.493	3.766.528	(-) 0,8
Pernambuco	148.498	223.584	(-) 75.086	8.796.448	(-) 0,9
Piauí	73.614	144.037	(-) 70.423	3.118.360	(-) 2,3
Rio Grande do Norte	67.728	54.017	13.711	3 168.027	0,4
Sergipe	53.039	45.144	7.895	2.068.017	0,4

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

COMUNIDADES REMANESCENTES

QUILOMBOLAS EM SERGIPE

Segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Sergipe possui 26 comunidades quilombolas, que contempla 4.315 famílias.

Tabela 2

Sergipe – Comunidades quilombolas

Território	Comunidades quilombolas	Nº famílias quilombolas
Grande Aracaju	4	736
Baixo São Francisco	6	1.138
Leste Sergipano	6	602
Alto Sertão	2	311
Médio Sertão Sergipano e Agreste Central	2	294
Sul Sergipano	5	1.156
Centro-sul	1	78
Total	26	4.315

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

INDÍGENAS EM SERGIPE

De acordo com o Censo Demográfico 2010 – características gerais dos indígenas –, a população sergipana é composta de 5.221 indígenas. No entanto, apenas 335 pessoas são residentes em terras indígenas.

SITUAÇÃO SOCIAL

ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER

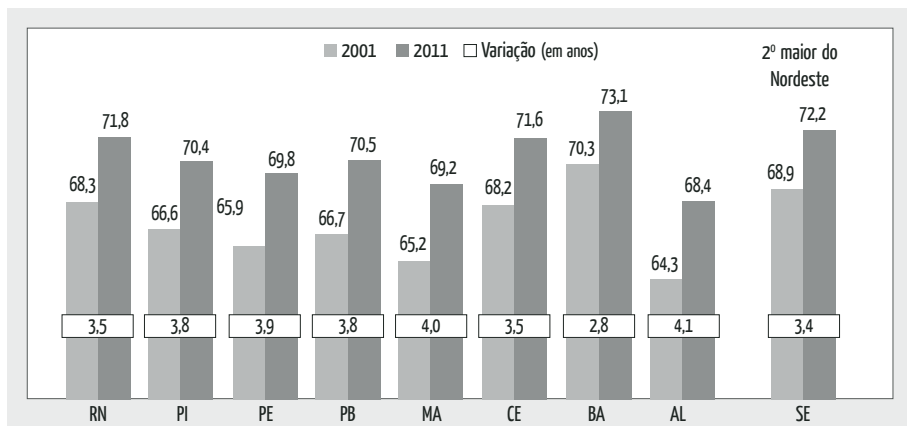
O aumento da esperança de vida dos sergipanos é consequência da melhoria nas condições de vida e no acesso a serviços de saúde, observado praticamente em todos os estados do Nordeste, conforme Gráfico 6, com destaque para Bahia e Sergipe que apresentam as maiores expectativas de vida da região, aproximando-se, na última década, da média nacional.

Em 2001, Sergipe era o segundo estado do Nordeste na avaliação de esperança de vida ao nascer, com 68,9 anos. No comparativo com 2011, percebe-se que todos os estados melhoraram e, apesar disso, Sergipe manteve-se na mesma posição com 72,2 anos.

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO - IDH-M (2000-2010)

Os indicadores sociais de Sergipe nos últimos anos vêm se distinguindo dos demais estados nordestinos, com melhores resultados na educação, saúde e níveis de PIB *per capita*, o que se traduziu no melhor Índice de Desenvolvi-

Gráfico 6

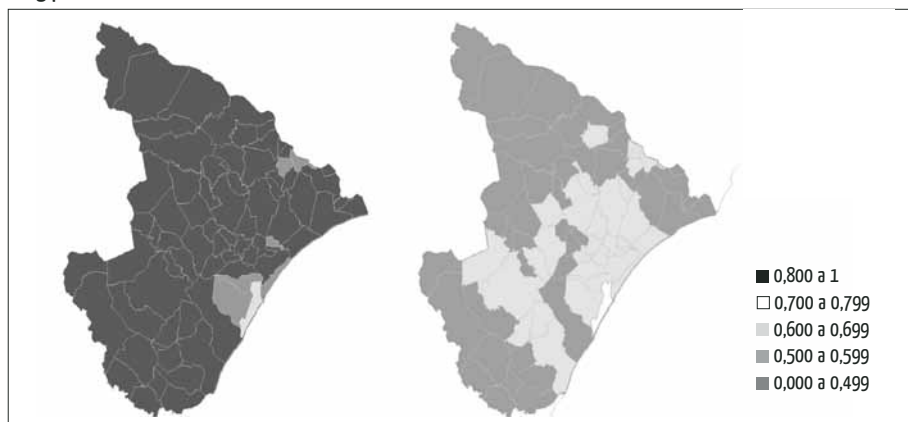
Nordeste – Esperança de vida ao nascer
2001-2011

Fonte: IBGE/DNPE/Coordenação de População e Indicadores Sociais (Copis).

mento Humano (IDH) e o melhor Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDSE/FGV), entre os estados nordestinos. Sergipe está deixando de ser um estado pobre para se tornar de médio desenvolvimento e tem avançado mais rapidamente do que a média do Brasil; isso é reflexo de melhorias nas várias dimensões do desenvolvimento, como no acesso a saneamento básico, elevação da escolaridade média da população, redução da pobreza e da desigualdade, crescimento da renda, acesso a bens de consumo e condições de moradia.

Mapa 2

Sergipe – IDH-M 2000-2010



Fonte: Atlas PNUD, 2013.

A melhora no IDH dos municípios sergipanos, observada no Mapa 2, é decorrente do avanço nas três esferas que compõem o índice: longevidade, renda e habitação.

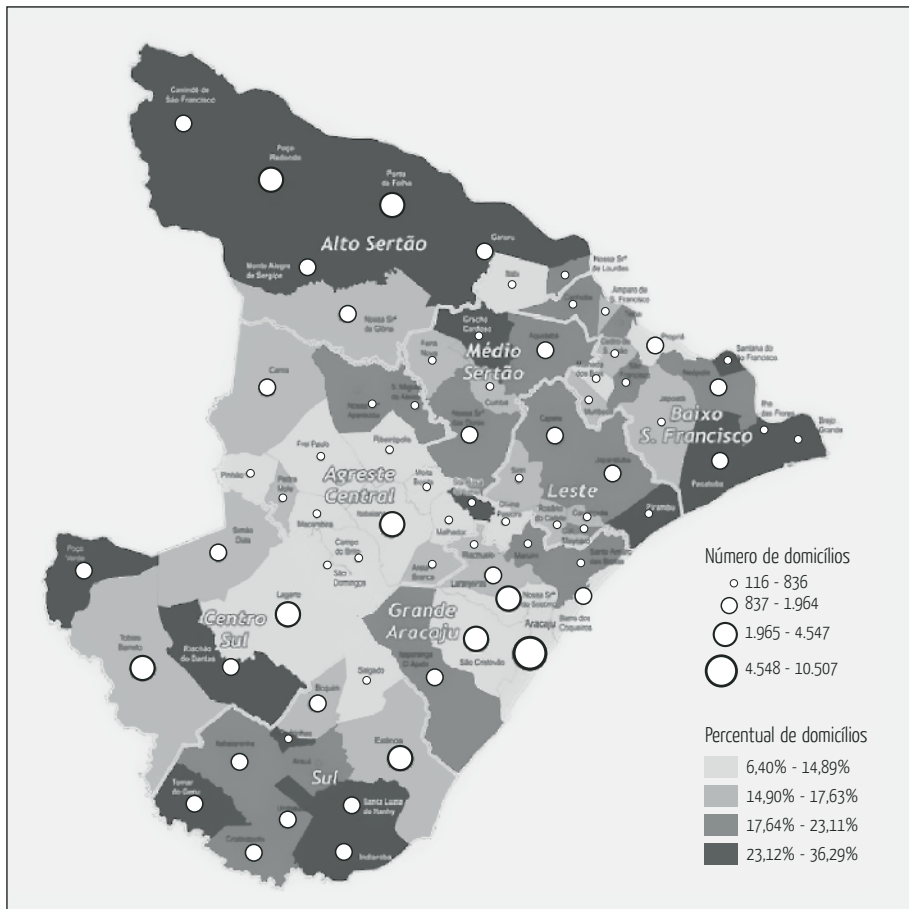
EXTREMA POBREZA

Em 2011, o governo federal fixou como linha oficial da extrema pobreza o rendimento nominal mensal domiciliar até R\$ 70,00 *per capita*. O Mapa 3 apresenta a distribuição espacial em Sergipe das pessoas nessa situação.

28

Mapa 3

Sergipe – Domicílios em situação de extrema pobreza 2011



Fonte: Censo demográfico - IBGE, 2010.

1. Do total de domicílios, consideram-se apenas os domicílios particulares permanentes ocupados entrevistados.

Estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece) revelou que a quantidade de indivíduos em extrema pobreza caiu de 195.563 para 113.766, o que significa que 81.797 sergipanos deixaram a pobreza extrema em cinco anos. Os dados dos estados do Nordeste estão na Tabela 3, a seguir. Como dito anteriormente, a proporção de pessoas na extrema pobreza caiu de 9,89% para 5,5%, no período entre 2006 e 2011, no estado de Sergipe.

Tabela 3

Sergipe – Pessoas em condição de extrema pobreza
2006 e 2011

Estados	2006		2011		Nº de pessoas que saíram da extrema pobreza	Redução da extrema pobreza (%)
	Número de pessoas	Proporção da população	Número de pessoas	Proporção da população		
Sergipe	195.563	9,89	113.766	5,5	-81.797	-41,8
Paraíba	411.494	11,24	236.253	6,35	-175.241	-42,6
Rio Grande do Norte	304.548	9,94	209.718	6,55	-94.830	-31,1
Piauí	565.182	18,62	268.633	8,59	-297.549	-52,6
Pernambuco	1.083.712	12,91	826.795	10,1	-256.917	-23,7
Ceará	1.211.982	15	858.323	10,14	-353.659	-29,2
Bahia	1.641.335	12,16	1.363.184	10,32	-278.151	-16,9
Alagoas	557.366	18,32	329.723	10,97	-227.643	-40,8
Maranhão	1.260.469	,17	1.026.077	15,81	-234.392	-18,6

Fonte: IBGE/PNAD. Cálculo do IPECE.

As razões para o sucesso de Sergipe na redução da miséria:

1. Avanço nos indicadores econômicos

- Aumento da renda
- Geração de emprego
- Crescimento do PIB

2. Retomada do investimento público

- Recuperação da malha viária do estado
- Implantação de novas rodovias e pontes
- Maior volume de investimentos da história em saneamento básico
- Construção de mais de 15 mil casas dotadas de infraestrutura
- Reforma e ampliação de escolas
- Reestruturação da rede de atenção à saúde

3. Transferência de renda

Em junho de 2012, em Sergipe, constavam do Cadastro Único 212.836 famílias com renda até R\$ 70,00. Com a concessão do Bolsa Família este nú-

mero caiu para 87.588, o que implica que 125.248 famílias foram retiradas da extrema pobreza.

DESIGUALDADES TERRITORIAIS

Os desequilíbrios existem não somente em trocas inter e intrarregionais, mas reproduzem-se entre os territórios do estado. A seguir, alguns dados resultantes de um diagnóstico feito em 2007:

- desigualdades econômicas e política;
- concentração social da renda;
- 47% da população são considerados abaixo da linha de pobreza;
- concentração espacial da infraestrutura social e produtiva no litoral: 67,6%;
- concentração do PIB industrial nas indústrias de petróleo e energia hidrelétrica: 43,7%;
- concentração do poder: oligarquias regionais e clientelismo.

SEM-TERRA

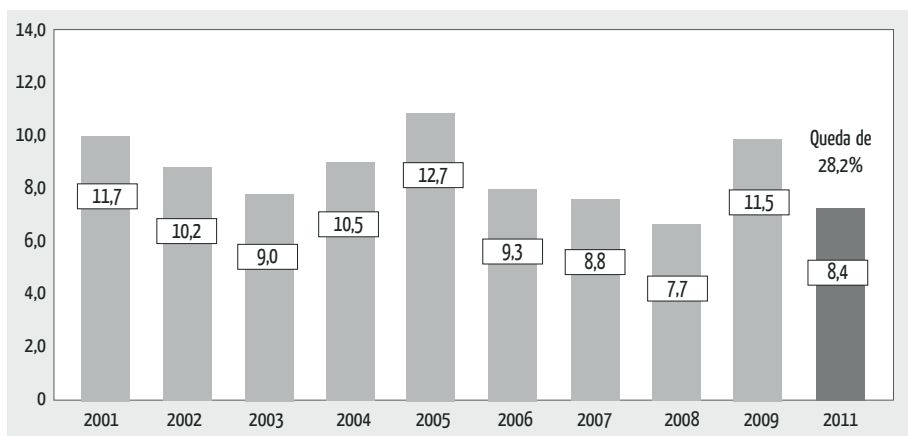
Segundo dados do Incra, na população sergipana há 63.448 sem-terra, representando cerca de 2,92% da população total do estado. Famílias assentadas são 9.862 e 6000 sem assentamentos.

POPULAÇÃO DESOCUPADA

O forte crescimento do estoque de empregos formais no estado, resultado dos contínuos saldos positivos gerados pela economia sergipana nos úl-

Gráfico 7

Sergipe – Taxa de desocupação (população desocupada / população economicamente ativa)
2001-2011



Fonte: Observatório de Sergipe - Seplan, 2013.

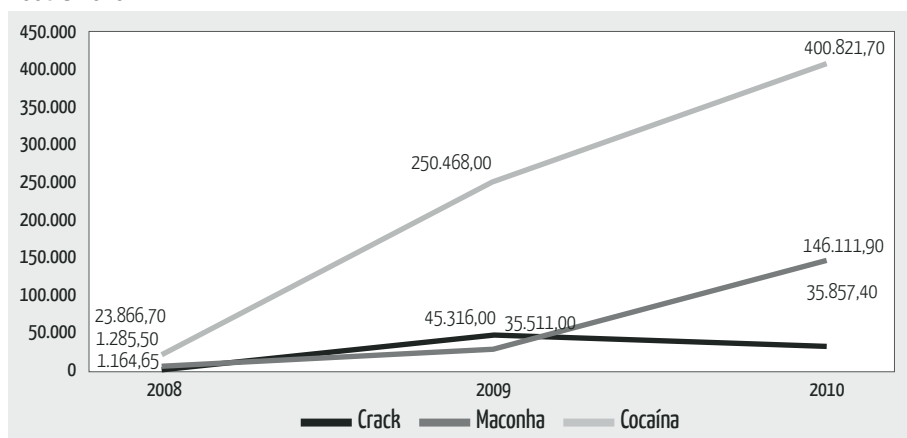
timos anos, fez a taxa de desocupação cair de 11,7% em 2001 para 8,4% em 2011, conforme Gráfico 7. Vale ressaltar que a queda na desocupação aliada ao crescimento do rendimento real é responsável pela melhoria da qualidade de vida e aumento no consumo de bens e serviços pelas famílias sergipanas.

DEPENDÊNCIA QUÍMICA

No estado de Sergipe as estatísticas demonstram que o número de usuários de drogas ilícitas vem aumentando drasticamente, e as consequências vêm se refletindo no aumento dos índices de criminalidade, uma vez que grande parte dos crimes cometidos atualmente está ligada, direta ou indiretamente, ao consumo e a comercialização de narcóticos. O Gráfico 8 apresenta o volume de drogas apreendidas em Sergipe entre 2008 e 2010.

Gráfico 8

Sergipe – Drogas apreendidas (em gramas)
2008 a 2010



Fonte: Denarc (Elaboração: Ceacrim/PC).

Vale reafirmar que a questão das drogas e da violência deve ser tratada, também, como um problema de saúde pública, a fim de minimizar os danos físicos e psíquicos nos seres humanos e isso, como já citado, termina por rebar nos custos da saúde e na previdência.

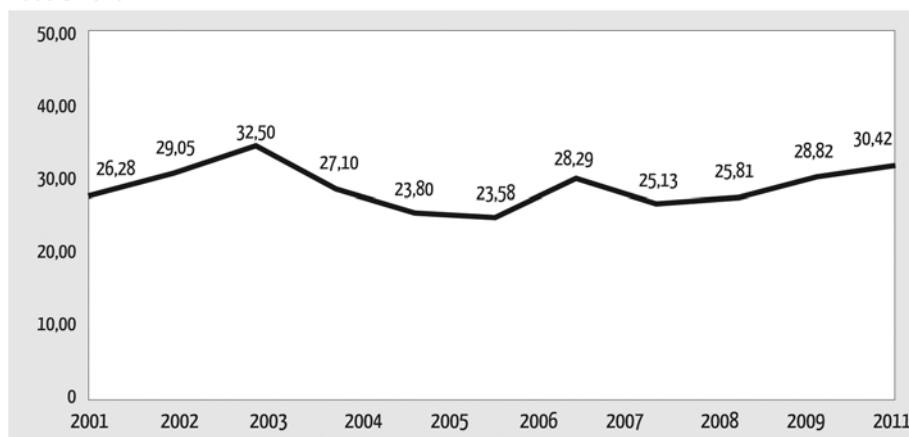
Dessa forma, na esfera da saúde o governo estadual vem avançando com a implantação dos Centros de Atenção Psicossocial (Caps) e Residências Terapêuticas, fortalecendo a rede de serviços substitutivos. Com a elaboração, aprovação e implementação da Política Estadual de Atenção Integral aos Usuários de Álcool e Outras Drogas, com ênfase no *crack* e *oxi*, espera-se garantir aos usuários dos SUS o cuidado integral, humanizado e resolutivo.

TAXA DE HOMICÍDIOS DOLOSOS

Na atual conjuntura social brasileira, a violência e a criminalidade permeiam progressivamente todas as esferas de convívio e classes sociais. Em Sergipe, a realidade não se diferencia do quadro nacional, demonstrada na taxa de homicídios dolosos (ver Gráfico 9); foi estimada por meio dos dados obtidos pelo Centro de Análise Criminal (Ceacrim) e tendo em vista que se evidenciou uma tendência de aumento do número de homicídios, que chegou a 30 por 100 mil habitantes. Baseando-se nos critérios da Organização das Nações Unidas (ONU), a situação é considerada como de “epidemia de assassinatos”, já que ultrapassa 10 homicídios por 100 mil habitantes.

Gráfico 9

Sergipe – Evolução da taxa de homicídios dolosos (por 100.000 habitantes)
2000 a 2010



Fonte: IML (Elaboração: Ceacrim/SSP/SE).

APREENSÃO DE ARMAS DE FOGO

Outro fato marcante em relação à incidência de homicídios é o alto percentual de ocorrências envolvendo o uso de arma de fogo. No ano de 2010, pouco mais de 67% dos homicídios que ocorreram no estado foram efetuados utilizando armas de fogo, representando, aproximadamente, 20 por 100 mil habitantes, apesar do crescimento vertiginoso das apreensões de armas de fogo em Sergipe, conforme Gráfico 10.

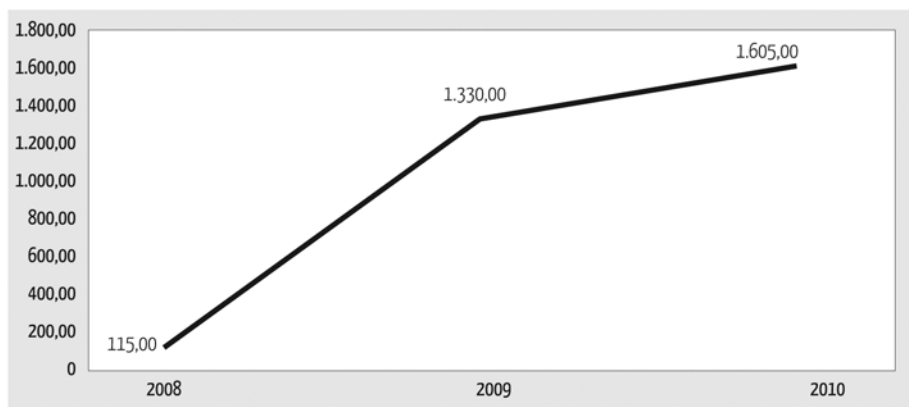
VOLUME DE OCORRÊNCIA EM 2010 (CIOSP)

Para combater tal aumento da violência, o governo aposta na integração entre os órgãos que compõem a segurança pública. Um exemplo de sucesso

nesse sentido foi à criação, em 2009, do Centro Integrado de Operações de Segurança Pública (Ciosp). O Centro integra atividades preventivas, repressivas e de atendimento emergencial, melhorando o tempo de resposta e o atendimento da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros e da Polícia Civil. É importante frisar a existência de procedimentos a serem aperfeiçoados, a exemplo do combate ao trote, em virtude de seu elevado grau de ocorrência, conforme demonstra o Gráfico 11.

Gráfico 10

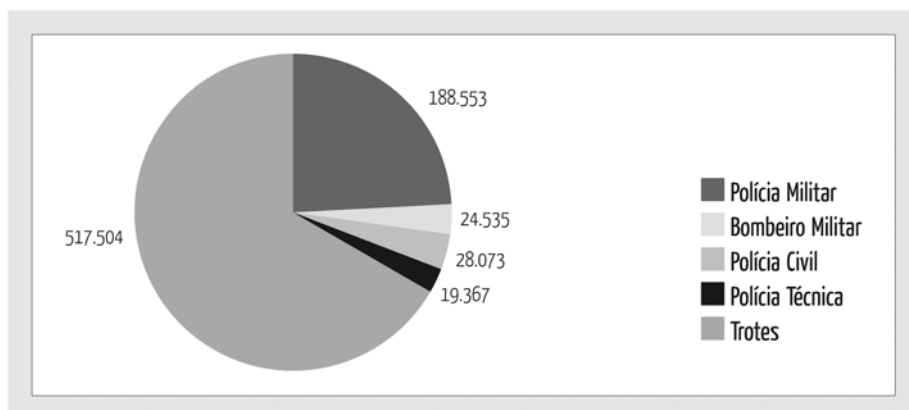
Sergipe – Apreensão de armas de fogo
2008 a 2010



Fonte: Cartoraria Online (Elaboração: Ceacrim/PC).

Gráfico 11

Sergipe – Volume de ocorrências (Ciosp)
2010



Fonte: Call Center Ciosp.

CRIMES LETAIS INTENCIONAIS

A Tabela 4 mostra um crescimento de 50% nos homicídios dolosos, 140% nos latrocínios e 33% nas lesões corporais seguidas de morte.

Tabela 4

Sergipe – Crimes letais intencionais (unidades)
2005, 2010 e 2011

	Homicídios dolosos	Latrocínio	Lesão corporal seguida de morte
2005	447	10	3
2010	629	20	8
2011	671	24	13

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010. Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2005; 2012.

CRIMES NÃO LETAIS INTENCIONAIS CONTRA A PESSOA

A Tabela 5, abaixo, mostra que no comparativo 2005/2011 as tentativas de homicídios aumentaram 19%, as lesões corporais dolosas aumentaram 56%, os estupros aumentaram 64% e as tentativas de estupro aumentaram 29%.

Tabela 5

Sergipe – Crimes não-letais intencionais contra a pessoa (unidades)
2005, 2010 e 2011

	Tentativa de homicídio	Lesão corporal doloso	Estupro*	Tentativa de estupro**
2005	292	2.537	198	38
2010	402	4.041	292	51
2011	349	3.96	325	49

Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2005; 2012.

* Como o quadro foi elaborado em 2013, ele está de acordo com a Lei Federal 12.015/2009 que altera a conceituação de estupro, passando a incluir além da conjunção carnal os "atos libidinosos" e "atentados violentos aos pudores".

** Tentativa de estupro passa, portanto, a incluir "tentativa de atentado violento ao pudor".

SISTEMA PRISIONAL

A Tabela 6 mostra que no comparativo 2005/2011 o número de vagas no sistema prisional de Sergipe cresceu 95%.

Tabela 6

Sergipe – Sistema prisional
2005, 2010 e 2011

Ano	Presos	Vagas existentes	Razão presos/vagas	Déficit de vagas
2005	2.142	1.149	1,9	993
2006	2.228	1.260	1,8	968
2010	3.437	2.068	1,7	1.369
2011	3.558	2.235	1,6	1.323

Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2005; 2012.

PRESÍDIO FEMININO

Foi inaugurado em dezembro de 2010 no município de Nossa Senhora do Socorro. A obra é fruto de um investimento de R\$ 2,5 milhões, sendo que 1,57 milhões do governo federal e 862 mil de contrapartida do governo do estado de Sergipe, numa área de mais de 17 mil metros quadrados. Lá são oferecidas 176 vagas para as detentas de Sergipe, sendo 11 delas especiais (com berçário, para pessoas com necessidades especiais e idosas).

BALANÇO DAS POLÍTICAS SOCIAIS

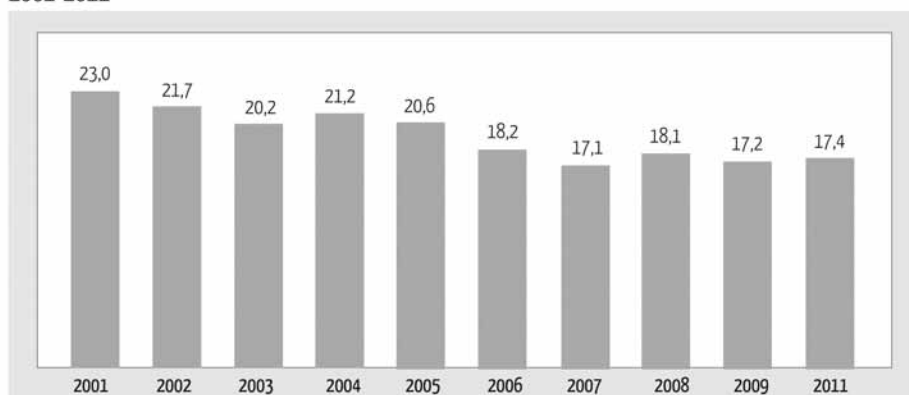
EDUCAÇÃO

ANALFABETISMO E ANOS DE ESTUDO

Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) revelam que entre as pessoas de 5 anos de idade ou mais, apenas 17,4% foram consideradas não alfabetizadas em 2011, contra 23% apontado pela pesquisa no ano de 2001, como mostra o Gráfico 12.

Gráfico 12

Sergipe – Pessoas de 5 anos de idade ou mais, não alfabetizadas (%)
2001-2011



Fonte: Observatório de Sergipe - Seplag, 2013.

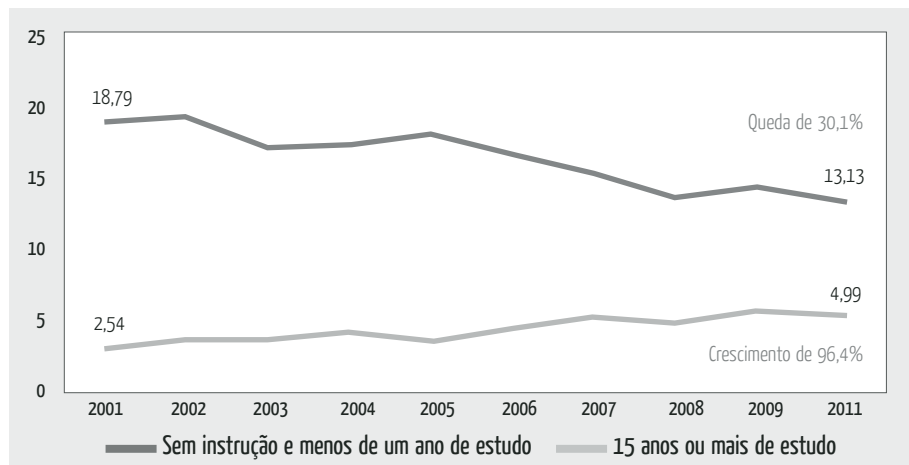
ANOS DE ESTUDO DA POPULAÇÃO

O número médio de anos de estudo da população de 10 anos de idade ou mais aumentou. Em 2001, a média foi de 4,5 anos, saltando para 5,8 anos em 2011. Ressalte-se que entre 2001 e 2011 o percentual de pessoas sem instrução e com menos de um ano de estudo passou de 18,8% para 13,1%, registrando uma queda de mais de 30% no período. Já entre as pessoas com 15 anos de estudo ou mais, no período 2001-2011, o percen-

tual médio com elevado nível de instrução praticamente dobrou, saindo de 2,54% para 4,99% em 2011. A evolução ano a ano pode ser observada no Gráfico 13, a seguir.

Gráfico 13

Sergipe – Anos de estudo da população entre pessoas de 10 anos ou mais (%)
2001-2011



Fonte: PNAD/IBGE.

EDUCAÇÃO BÁSICA

Segundo o Censo Demográfico de 2010, Sergipe apresentou uma taxa de alfabetização de 80,93%, na faixa etária de cinco anos ou mais de idade. Essa taxa continua sendo maior do que a registrada na região Nordeste (80,18%) e menor que a do país (89,08%). O número de pessoas não alfabetizadas, por sua vez, representa 19,07% da população do estado.

De acordo com dados do último Censo Escolar realizado pelo Ministério da Educação (MEC), observa-se que em Sergipe a rede pública de ensino, em todos os níveis, é a principal responsável pela oferta de matrículas. Em 2010 era responsável por 73,31% das matrículas na educação infantil, 82,29% no ensino fundamental e 82,24% no ensino médio. Neste mesmo ano, a educação infantil registrou uma diferença de 34.057 matrículas iniciais a mais em relação às realizadas por instituições de ensino particular. Não fugindo à regra, as instituições de ensino fundamental e médio reafirmaram o predomínio da rede pública de ensino; ambas com diferenças de 260.778 e 56.715, respectivamente. Contudo, a quantidade de matrículas no ensino particular nas últimas duas décadas vem alcançando índices significativos de crescimento e apenas no ensino médio foram registrados uma elevação de 9,68%.

Com o objetivo de melhorar a condição de ensino e reduzir a taxa de analfabetismo do país, o MEC, junto com estados e municípios, elaborou o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) que propõe ações articuladas para recuperação da qualidade do ensino básico da rede pública brasileira. Esse projeto tem como base o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), indicador criado em 2007 para medir a qualidade de cada escola e de cada rede de ensino, com base no desempenho do estudante e em taxa de aprovação. Sergipe, nos últimos anos, tem atingido as metas projetadas do Ideb: 2007 = 3,4; 2009 = 3,8; e 2011 = 4,1.

A Tabela 7 apresenta a evolução dos dados entre 2003 e 2010.

Tabela 7

Sergipe – Número de estabelecimentos e matrículas iniciais no ensino fundamental 2003-2010

Ano	Nº de estabelecimentos				Matrícula inicial			
	Pública	Varição (%)	Particular	Varição (%)	Pública	Varição (%)	Particular	Varição (%)
2003	2.032	-	209	-	381.925	-	34.278	-
2004	2.019	-0,64	206	-1,44	377.852	-1,07	34.597	0,93
2005	1.994	-1,24	201	-2,43	367.853	-2,65	36.505	5,51
2006	1.940	-2,71	213	5,97	357.035	-2,94	38.352	5,06
2007	1.914	-1,34	224	5,16	341.764	-4,28	38.655	0,79
2008	1.902	-0,63	247	10,27	339.289	-0,72	41.443	7,21
2009	1.861	-2,16	287	16,19	331.607	-2,26	50.204	21,14
2010	1.769	-4,94	289	0,7	315.142	-4,97	54.364	8,29

Fonte: Ministério da Educação /INEQ/DEED – Censo Escolar.

Com relação ao número de estabelecimentos de ensino, ao comparar com 2009, percebe-se uma diminuição de 6,44% no número de escolas públicas da educação infantil, 4,94% do ensino fundamental e 6,63% do ensino médio. Esse comportamento é observado também no setor privado, embora em menor proporção. A Tabela 8 apresenta a evolução dos dados entre 2003 e 2010.

Alinhado com a política do governo federal, Sergipe vem promovendo o desenvolvimento de políticas públicas embasadas pelos princípios de desenvolvimento econômico, inclusão social, redução das desigualdades, erradicação da miséria e de garantia dos direitos e da cidadania. A Secretaria de Estado da Educação trabalha esse tema por meio da realização de programas e ações educacionais transversais, investindo fortemente na democratização e no fortalecimento da educação básica. Para isso, executa políticas educacionais voltadas para os ensinos fundamental e médio, educação profissional e as modalidades de educação especial e de jovens e adultos. Tudo isso visa

Tabela 8

Sergipe – Número de estabelecimentos e matrículas iniciais no Ensino Médio
2003-2010

Ano	Nº de estabelecimentos				Matrícula inicial			
	Pública	Varição (%)	Particular	Varição (%)	Pública	Varição (%)	Particular	Varição (%)
2003	137	-	60	-	70.849	-	11.016	-
2004	145	5,84	64	6,67	80.128	13,1	9.991	-9,3
2005	149	2,76	71	10,94	80.068	-0,07	10.816	8,26
2006	151	1,34	74	4,23	77.417	-3,31	10.713	-0,95
2007	158	4,64	70	-5,41	76.904	-0,66	10.158	-5,18
2008	166	5,06	79	12,86	75.793	-1,44	11.065	8,93
2009	166	0	92	16,46	63.609	-16,08	12.560	13,51
2010	155	-6,63	91	-1,09	10	9,68	13.049	3,89

Fonte: Ministério da Educação /INEQ/DEED – Censo Escolar.

ampliar e qualificar a educação e o conhecimento para a promoção do desenvolvimento do povo sergipano

Dessa forma, foi realizada pela Secretaria de Estado da Educação (Seed) uma gama de ações por meio deste programa de educação básica com o objetivo de melhorar os indicadores educacionais, destacando-se as seguintes:

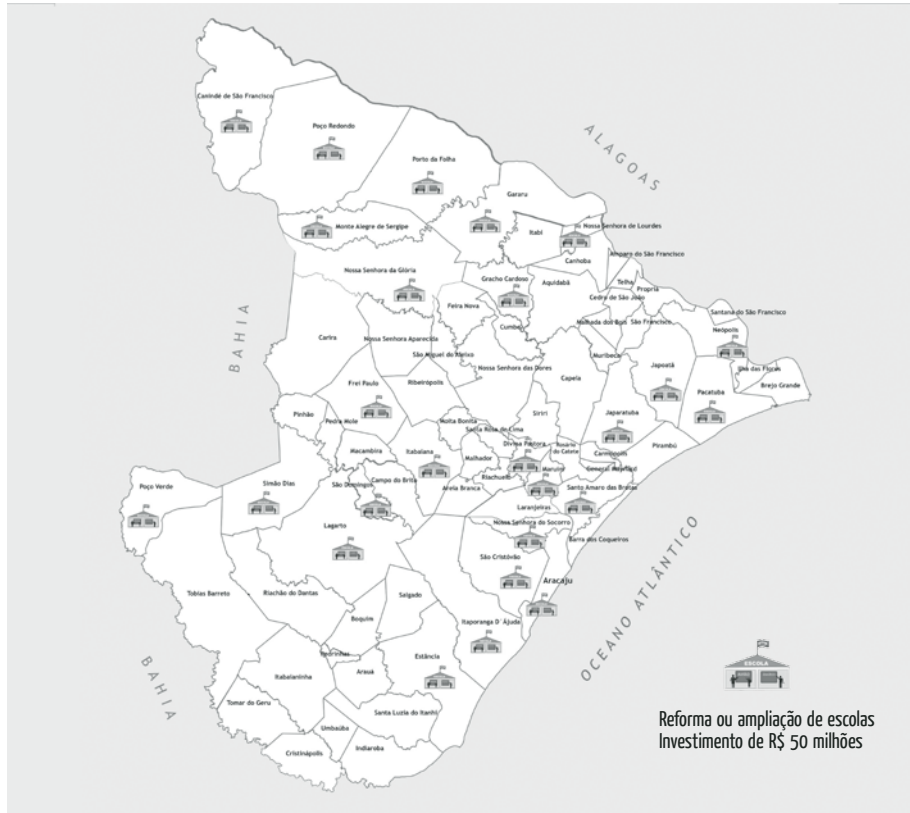
- reforma e ampliação de escolas;
- construção de quadras;
- reformas de quadras;
- aquisição de equipamentos.

O Mapa 4 apresenta um conjunto de investimentos na educação distribuídos nos municípios sergipanos.

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Percebe-se, ao longo do quadriênio 2007/2010, que a matrícula articulada ao ensino médio não apresenta um crescimento significativo, conforme Tabela 9, a seguir. A rede federal de educação tem os maiores números e cresce ao longo dos anos. É importante ressaltar toda *expertise* dos Institutos Federais de Educação (IFs) ao longo de 100 anos de existência e experiência na formação profissionalizante.

Visamos integrar o conhecimento do ensino médio à prática profissional, e temos o objetivo de implantar e desenvolver, com qualidade, a educação profissional na rede estadual de ensino. Sendo assim, no ano de 2011, a Seed ampliou em 24% o número de matrículas na educação profissional. Em 2010, foram registradas 871 matrículas. Já em 2011 se matricularam, nos 13 cursos ofertados, 1.135 alunos.

Mapa 4**Sergipe – Investimentos em educação
2012****Tabela 9****Sergipe – Matrículas na educação profissional articulada com o nível médio
2007-2010**

Ano	Localização / Dependência Administrativa									
	Total	Concomitante			Subsequente			Integrado		
		Federal	Estadual	Privada	Federal	Estadual	Privada	Federal	Estadual	Privada
2007	3.868	121	235	57	2.646	-	258	504	-	47
2008	3.783	230	290	86	1.550	159	284	1.143	-	71
2009	4.310	154	68	415	1.478	304	243	1.375	120	153
2010	3.654	96	61	-	1.448	184	176	1.515	63	111

Fonte: MEC/INEP/DEED.

Nota: O mesmo aluno pode ter mais de uma matrícula e os municípios ainda não ofertam o ensino profissional.

Em parceria com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS) e com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), o governo estadual já oferta cursos técnicos de nível médio em unidades escolares da rede e em parceria com o governo federal em: Aracaju, Estância, Lagarto, São Cristóvão, Itabaiana e Nossa Senhora da Glória. Serão construídos, ainda nos próximos anos, os campi Tobias Barreto, Poço Redondo, Nossa Senhora do Socorro e Propriá.

Já a respeito do ensino profissionalizante, de responsabilidade exclusiva do estado, algumas informações são apresentadas na Tabela 10.

Tabela 10

Sergipe – Informações sobre educação profissional na rede estadual de ensino

Unidade escolar	Nº de beneficiados	Formação profissional
Colégio Estadual Presidente Médici	30 Alunos	Técnico de Segurança do Trabalho
Colégio Estadual Governador João Alves Filho	30 Alunos	Técnico Administrativo
Colégio Estadual Costa e Silva	30 Alunos	Agroindústria
Colégio Estadual Francisco Rosa	60 Alunos	Agroindústria e Agropecuária

Fonte: SEED, 2012.

Todavia, o grande destaque nas ações desenvolvidas pelo governo de Sergipe na educação profissional vai para a implantação dos Centros Estaduais de Educação Profissional (Ceep). Com foco no desenvolvimento integral do cidadão trabalhador e tendo como fim o desenvolvimento socioeconômico, foram implantadas, até hoje, quatro Unidades de Educação Profissional nos municípios sergipanos, capacitando 934 alunos.

A Tabela 11 dispõe dados sobre os Centros de Educação Profissional desde o início da gestão do governador Marcelo Déda.

Tabela 11

**Sergipe – Dados sobre os Centros de Educação Profissional
2007-2012**

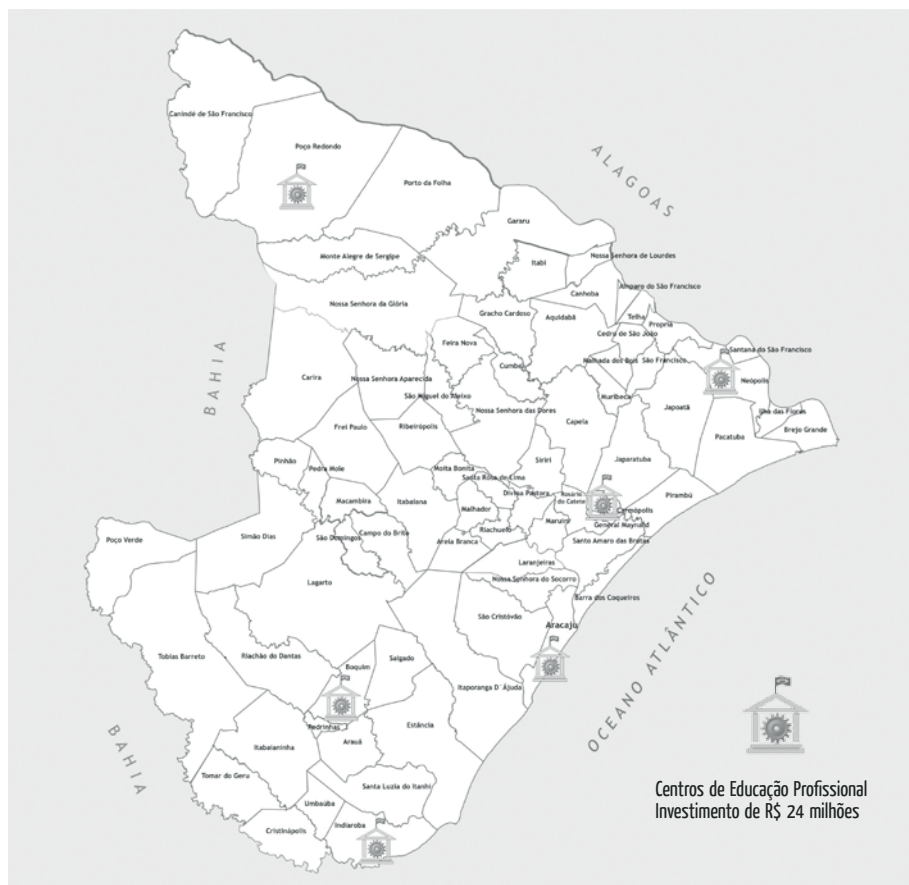
Centros de Educação Profissional	Município	Beneficiários	Cursos técnicos ofertados
José Agonaldo Pacheco da Silva	Neópolis	129 alunos	Agroindústria e alimentos
José de Figueiredo Barreto	Aracaju	635 alunos	Serviços de condomínio, redes de computadores e serviço de restaurantes e bar
Conservatório de Música	Aracaju	100 Alunos	Instrumentos musicais
Escola Família Agrícola de Ladeirinha	Japoatã	70 Alunos	Agropecuária

Fonte: SEED, 2012.

O governo estadual, no período entre 2007 e 2012, inaugurou dois Centros de Ensino Profissional, um em Neópolis e o outro em Aracaju, beneficiando 764 alunos. Mais quatro Centros estão sendo concluídos pelo Programa Sergipe Cidades, nas cidades de Carmópolis, Poço Redondo, Boquim e Indiaroba, nos quais serão beneficiados 960 alunos. Tais Centros podem ser observados no Mapa 5.

Mapa 5

Sergipe – Centros de Educação Profissional 2012



ENSINO SUPERIOR

Segundo o MEC/Inep/Deed, em 2010 Sergipe registrou o total de 233 cursos de graduação presencial, obtendo um aumento de 19,49% em rela-

ção a 2009 (195). Já em relação à evolução do número de vagas da educação superior, Sergipe obtém um significativo crescimento de 18,8%, alcançando o mais alto patamar, após o ínfimo desempenho obtido em 2009. O Nordeste registrou uma tímida elevação de 6,1%, percentual menor do que em 2009 (10,1%); e o comportamento do Brasil foi o pior na última década, pois estreitou o número de vagas no ensino superior brasileiro em -1,4%). A Tabela 12, na página 41, apresenta os dados de ensino superior por número de instituições, matrículas, cursos de graduação presencial e funções docentes em 2010.

A Tabela 13 apresenta o número de vagas na educação superior no Brasil, Nordeste e Sergipe, entre 2003 e 2010.

Tabela 13

Brasil, Nordeste e Sergipe – Evolução do número de vagas da educação superior 2003-2010

Ano	Brasil	Variação (%)	Nordeste	Variação (%)	Sergipe	Variação (%)
2003	2.002.733	-	277.540	-	9.560	-
2004	2.320.421	15,9	321.929	16,0	12.064	26,2
2005	2.435.987	5	334.897	4,0	13.737	13,9
2006	2.629.598	7,9	358.428	7,0	15.692	14,2
2007	2.823.942	7,4	393.690	9,8	15.545	-0,9
2008	2.985.137	5,7	428.754	8,9	19.256	23,9
2009	3.164.679	6	472.189	10,1	19.904	3,4
2010	3.120.192	-1,4	500.771	6,1	23.645	18,8

Fonte: Ministério da Educação/INEP/DEED.

Com a expansão do ensino superior no estado de Sergipe, nos anos de 2007 a 2013 foram criados dois campi federais. Além dos campi da Universidade Federal de Sergipe, localizados nos municípios de São Cristóvão, Aracaju e Itabaiana, foram criados os de Laranjeiras e Lagarto.

A construção do campus da Universidade Federal de Sergipe, em Lagarto, representa um marco na expansão do ensino superior em Sergipe. O campus foi instalado em março de 2011, provisoriamente no Colégio Estadual Prof. Abelardo Romero Dantas, cedido pelo governo do estado. Ele conta com os cursos de Farmácia, Nutrição, Enfermagem, Fonoaudiologia, Fisioterapia, Terapia Ocupacional, Lagarto e Odontologia, que oferecem 410 vagas.

Em agosto de 2013 foi anunciado pelo ministro Mercadante mais um campus no Alto Sertão Sergipano que será destinado às ciências agrônômicas.

O Mapa 6, na página 44, apresenta as universidades do estado.

Tabela 12

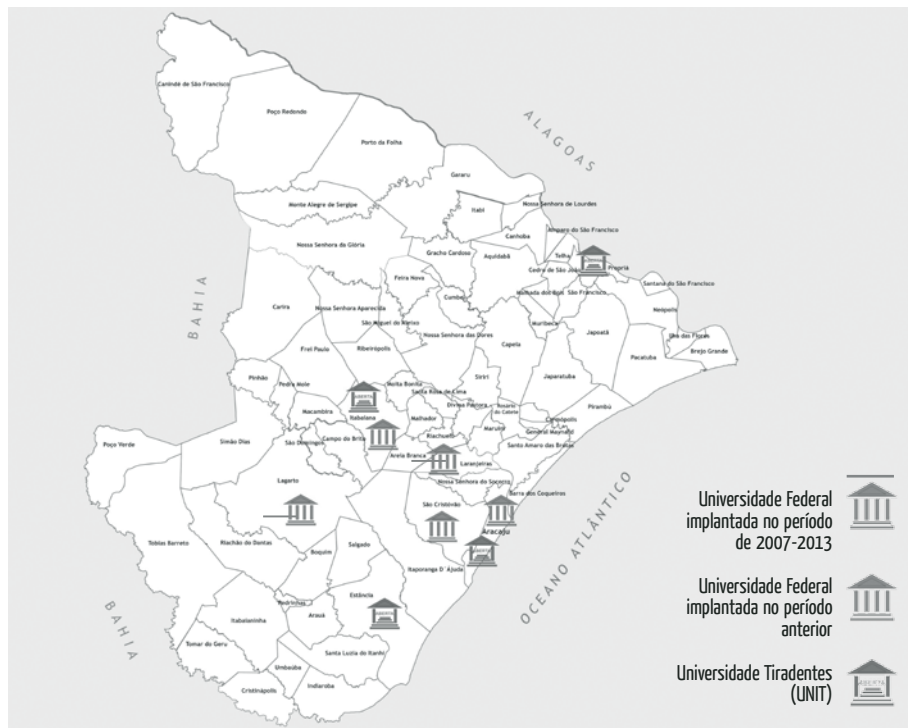
Sergipe – Ensino superior por número de instituições, matrículas, cursos de graduação presencial e funções docentes
2010

Especificação	Quantidade
Nº de instituições de ensino superior	
Localização	15
Capital	13
Interior	02
Organização acadêmica	15
Universidade	02
Facddades, escolas e institutos	12
*CEFET/IF	01
Matrículas em cursos de graduações presenciais	49.296
Localização	
Capital	27.281
Interior	22.515
Sexo	
Masculino	20.634
Feminino	25.514
Nº de cursos de graduação presenciais	233
Localização	
Capital	111
Interior	122
Categoria administrativa	
Pública	115
Particular	118
Nº de funções docentes	2.568
Sexo (em exercício)	
Masculino	1.467
Feminino	1.101
Grau de formação (em exercício)	
Graduação	245
Especialização	632
Mestrado	886
Doutorado	803
Regime de trabalho	
Tempo integral	1.457
Tempo parcial	477
Horlsta	634

Fonte: Ministério da Educação / INEP/DEED.

*CEFET-IF – Centro Federal de Educação e Tecnologia / Intituto Federal de Ciência e Tecnologia.

Mapa 6

Sergipe – Universidades
2012**HABITAÇÃO**

A distribuição espacial da população sergipana revela uma maior concentração na capital, na qual se concentra 27,6% da população, em função da oferta de infraestrutura, equipamentos, serviços e oportunidades de trabalho. Considerando-se a Região Metropolitana de Aracaju, amplia-se esta participação para 40,4%. O Censo 2010 do IBGE registra a população total de Sergipe em 2.068.031 habitantes.

Do total de 75 municípios, 52 (cerca de 70%) possuem menos de 20 mil habitantes; 17 possuem até 50 mil (22%) e, conforme mostra o Mapa 7, somente seis municípios possuem mais de 50 mil habitantes, sendo que Aracaju e Nossa Senhora do Socorro possuem mais de cem mil habitantes. Em Sergipe, 63% da população concentra-se em treze municípios.

A taxa de crescimento populacional dos municípios sergipanos, nos últimos dez anos, foi maior em Carmópolis, Barra dos Coqueiros e em Canindé do São Francisco, que tiveram crescimento superior a 39%. Em relação à situ-

Mapa 7

Sergipe – Municípios acima de 50.000 habitantes
2012

ação dos domicílios, 61% dos municípios sergipanos têm taxa de urbanização maior que 50%. Em relação à urbanização importa esclarecer que o indicador é proveniente apenas da taxa anual de crescimento da população urbana. Não foram analisados os processos de (re)produção dos espaços urbano e rural em Sergipe, nem as articulações e sinergias entre os setores produtivos, necessários ao zoneamento ambiental e à formulação das diretrizes de usos e ocupações dos solos e das terras.

O crescimento populacional tem impulsionado a demanda habitacional tanto no espaço urbano quanto no rural, e desenvolvido estratégias de moradias que refletem o dinamismo e a complexidade de determinada realidade socioeconômica da população. Assim, as necessidades de moradias por *déficit* habitacional não são apenas diferentes para os diversos setores sociais. Também variam e se transformam com a própria dinâmica da sociedade.

Em 2007 a Fundação João Pinheiro publicou documento sobre o *Déficit* Habitacional no Brasil e, diante do levantamento da referida fundação, o go-

verno do estado de Sergipe, estabeleceu para o Plurianual (PPA) 2008-2011, uma meta de resolutividade para o *déficit* na faixa de zero a três salários mínimos em 30% do *déficit* total (72.547 novas habitações), o que equivale a 22 mil unidades habitacionais. Pelo exposto, a política habitacional adotada em Sergipe, a partir de 2007, permitiu a redução do *déficit* habitacional, considerando o número de unidades habitacionais contratadas, conforme Tabela 14.

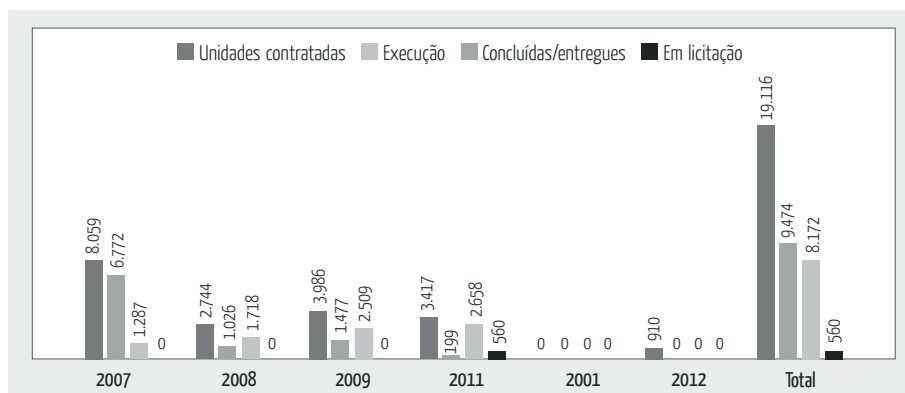
O Mapa 8 (p.47) apresenta a distribuição nos municípios sergipanos de unidades habitacionais construídas por diferentes programas habitacionais.

Tabela 14**Sergipe – Déficit habitacional**

Territórios	Déficit habitacional	Meta da PPA	Unidades contratadas/2011*	% da meta alcançada
Alto Sertão	5.935	5.042	2.432	48,2
Baixo São Francisco	6.146	1.722	1.313	76,2
Médio Sertão	3.190	662	1.020	154,1
Leste Sergipano	4.660	2.475	1.153	46,6
Agreste Central	7.076	2.795	1.976	70,7
Sul Sergipano	10.900	3.409	2.330	68,3
Centro Sul	7.541	1.073	1.943	181,1
Grande Aracaju	27.099	4.822	659	13,7
Total	72.547	22.000	12.826	58,3

Fontes: Ministério das Cidades e SEPLAN/SE - Relatório do Casa Nova, Vida Nova - junho 2010.

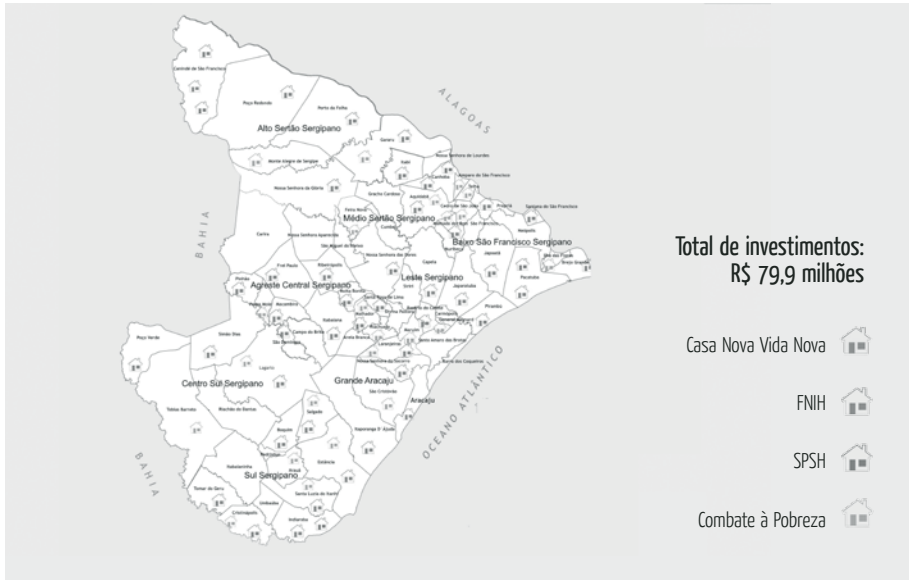
* Trata-se de Unidades concluídas e em execução com recursos da FGTS/CAIXA, INCRA e Fundo de Combate a Pobreza/Seides. Destas, foram inauguradas, até 20/07/2011, o total de 2.991 unidades habitacionais. Encontram-se prontas para inaugurar o total de 1.495 unidades habitacionais.

Gráfico 14**Sergipe – Unidades habitacionais**

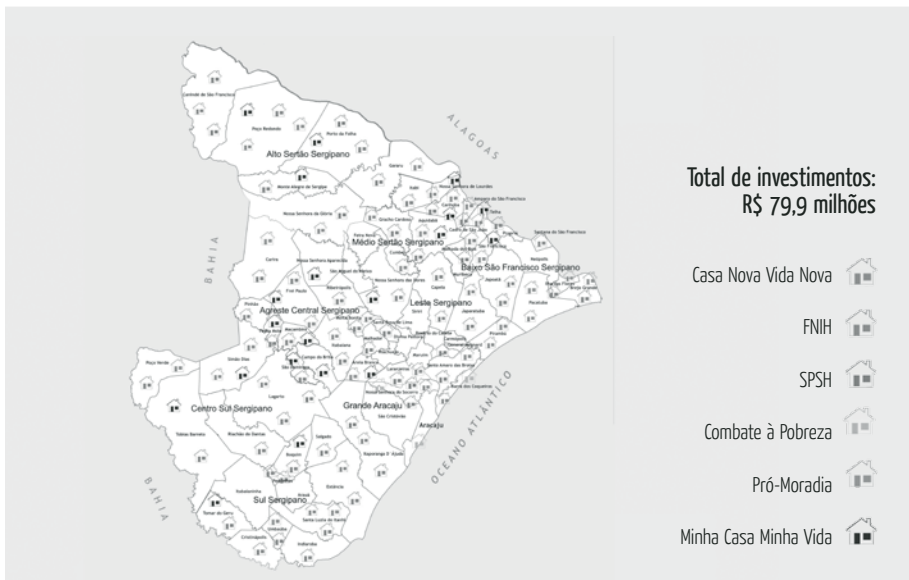
Fonte: DAHB/Sedurb, 2013.

Mapas 8 e 9

Sergipe – Obras concluídas e obras em andamento de programas habitacionais 2012



47



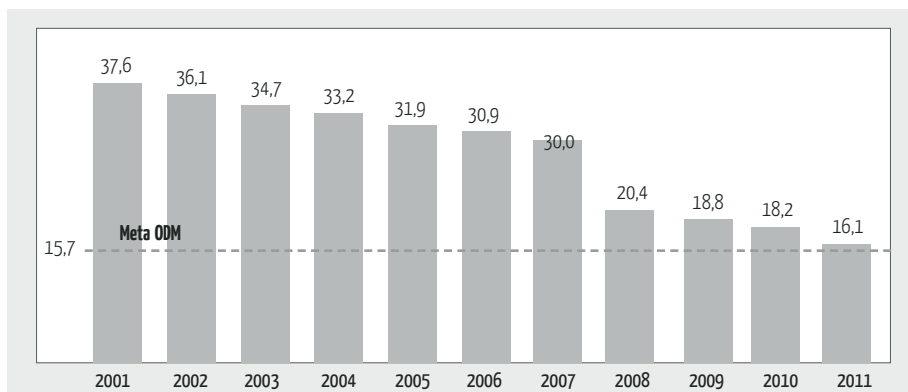
O Mapa 9 apresenta as obras, em andamento, de diferentes programas habitacionais nos municípios sergipanos.

SAÚDE**MORTALIDADE INFANTIL**

A taxa de mortalidade infantil recuou de 37,6 óbitos por mil nascidos vivos, em 2001, para 16,1 por mil, em 2011, como pode ser observado no Gráfico 15. Com este resultado, Sergipe praticamente atingiu a meta dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, estipulada em 15,7 óbitos por mil nascidos vivos.

Gráfico 15

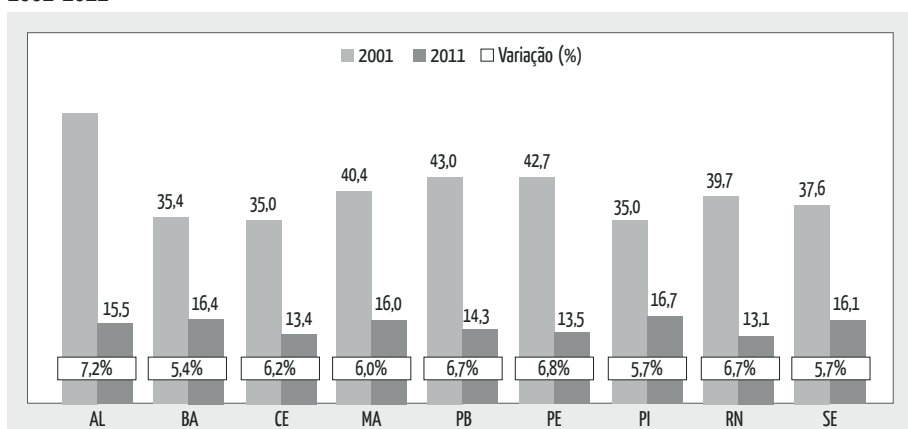
Sergipe – Mortalidade infantil por mil nascidos vivos
2001-2011



Fonte: Observatório de Sergipe - Seplag, 2013.

Gráfico 16

Nordeste – Mortalidade infantil (por 1.000)
2001-2011



Fonte: Observatório de Sergipe - Seplag, 2013.

TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL POR ESTADO

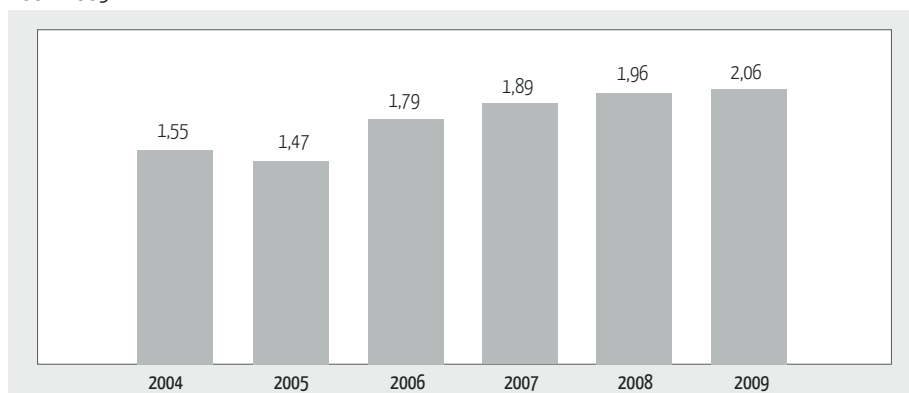
O declínio na mortalidade infantil pode ser observado em todos os estados do Nordeste. Em 2001, a média de óbitos da região, que girava em torno de 40 por mil nascidos vivos, cai para cerca de 15 por mil nascidos vivos em 2011, uma redução de mais de 62%. A taxa de redução média em Sergipe ficou em torno de 5,7% (a.a.), conforme Gráfico 16.

SERGIPE: ECONOMIA DA SAÚDE

Entre os anos de 2004 e 2009, Sergipe aumentou a proporção de seus gastos com saúde em relação ao PIB do estado. De acordo com o Gráfico 17, a seguir, ocorreu uma elevação de 1,55% (2004) para 2,06% (2009). Destacou-se o ano de 2005, quando houve uma redução nessa proporção para 1,47%.

Gráfico 17

Sergipe – Proporção dos gastos estaduais com saúde/PIB (%)
2004-2009



Fonte: Ministério da Saúde/Secretaria Executiva/Departamento de Economia da Saúde e Desenvolvimento/Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde - Siops (Gasto Estadual e Municipal); SPO/SE e Fundo Nacional de Saúde - FNS (Gasto Federal) e IBGE (PIB regional).

O Gráfico 18 apresenta os dados de forma *per capita*.

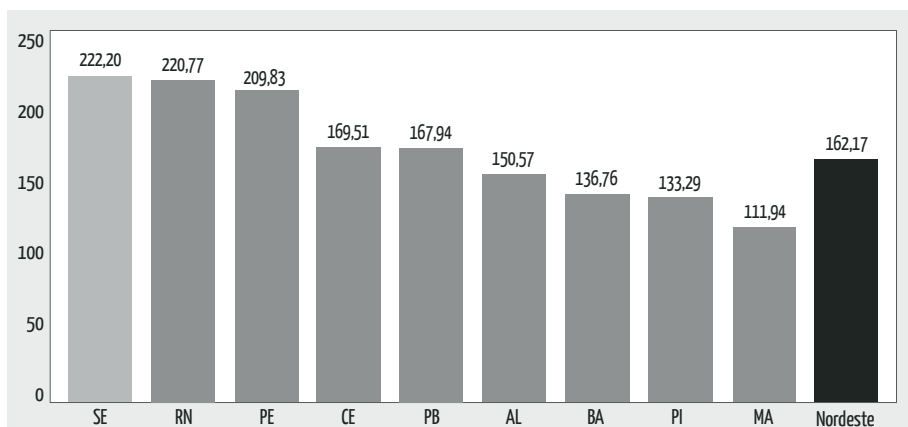
No comparativo com os demais estados do Nordeste, em 2010, Sergipe apresentou a proporção dos gastos com saúde em relação ao PIB, ficando à frente da média da região – que foi de R\$162,17. Sergipe gastou R\$ 222,20 devido às novas instalações de saúde, aperfeiçoamento de programas e ampliação da rede de assistência médica. O Gráfico 19 apresenta os gastos com saúde em relação à renda familiar.

O comprometimento da renda familiar com saúde em Sergipe (1,24%) é relativamente baixo, comparado com outros estados nordestinos; é inferior a estados como Piauí (1,36%), Alagoas (1,42%) e Pernambuco (2,04%). Apesar de não

garantir, isto indica que, apesar das deficiências dos serviços de saúde em Sergipe, eles são melhores que em outros estados do Nordeste, haja vista que a população precisa empregar menor parte de sua renda para esse fim. O Gráfico 19 ainda mostrou que Sergipe está abaixo da média da região Nordeste (1,3%). A Tabela 15, apresenta o percentual de óbitos por faixa etária e grupo de causas em 2010.

Gráfico 18

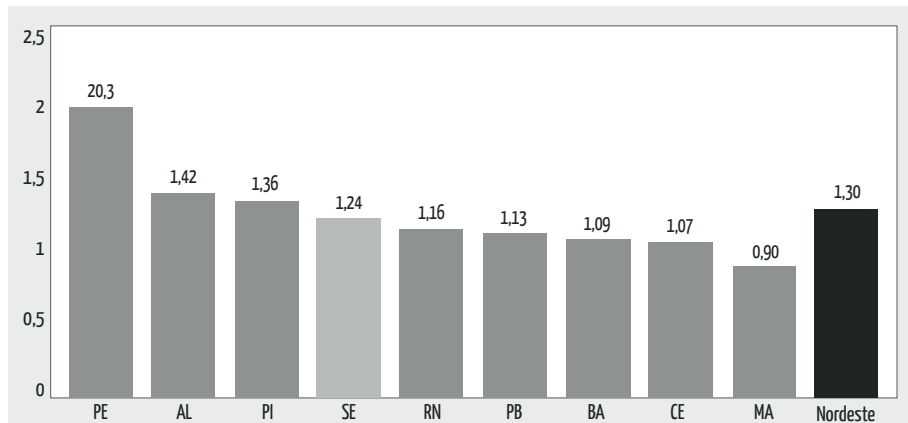
**Nordeste – Proporção do gasto *per capita* dos estados em saúde (em R\$)
2010**



Fonte: Ministério da Saúde/Secretaria Executiva/Departamento de Economia da Saúde e Desenvolvimento/Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde - Siops (Gasto Estadual e Municipal); SPO/SE e Fundo Nacional de Saúde - FNS (Gasto Federal) e IBGE (PIB regional).

Gráfico 19

**Nordeste – Proporção da renda familiar utilizada com saúde (assistência à saúde), por estado (%)
2013**



Fonte: Apresentação – Secretário de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico de Sergipe, 2013; dados: Datasus, 2010.

Tabela 15

Sergipe – Promoção de óbitos por faixa etária e grupo de causas (%)
2010

Faixa etária	Doenças infecciosas e parasitárias	Neoplasias	Doenças do aparelho circulatório	Doenças do aparelho respiratório	Afeções originadas no período perinatal	Causas externas	Demais causas definidas
Menor 1 ano	5,76	-	0,62	4,12	63,99	1,65	23,87
1 a 4 anos	11,76	10,59	2,35	21,18	2,35	18,82	32,94
5 a 9 anos	7,14	14,29	5,36	7,14	-	32,14	33,93
10 a 19 anos	3,8	7,22	4,56	5,32	-	67,68	11,41
20 a 29 anos	3,86	4,57	4,43	1,29	-	75,14	10,71
30 a 39 anos	6,91	7,05	10,98	4,07	-	52,44	18,56
40 a 49 anos	5,25	17,67	19,38	4,82	-	26,45	26,45
50 a 59 anos	4,73	21,84	29,32	4,64	-	13,07	26,4
60 a 69 anos	3,58	20,37	36,36	7,23	-	6,57	25,88
70 a 79 anos	2,62	17,99	41,28	9,6	-	3,38	25,14
80 anos e mais	3,14	10	42,46	14,37	-	3,41	26,62
Total	4,03	13,86	29,53	8,21	3,03	17,21	24,13

Fonte: Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM.

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), o parâmetro considerado ideal para a atenção à saúde da população é a relação de 1 (um) médico para cada grupo de 1.000 habitantes. Em janeiro de 2013, Sergipe contava com 2.721 vínculos de médicos, mas 2061 destes estavam em Aracaju (75,74%). Com isso, embora a relação para o estado esteja aparentemente acima da preconizada pela OMS (1,32), o interior apresenta um índice muito aquém do desejado: apenas 0,44 médicos por 1.000 habitantes.

CARACTERÍSTICAS DA POPULAÇÃO MÉDICA EM ATIVIDADE EM SERGIPE

A Tabela 16, na página seguinte, mostra o número de médicos em relação à população sergipana. Fica evidente o aumento de médicos especialistas, que é de 1.736 em relação aos médicos clínicos gerais, na ordem de 1.277; a maioria destes profissionais é do sexo masculino.

INVESTIMENTO PÚBLICO EM SAÚDE

O governo de Sergipe vem concentrando esforços para superar esses desafios e oferecer uma saúde pública de qualidade, equânime e integral a toda a população. A Reforma Sanitária e Gerencial do SUS/SE, iniciada em 2007, representou grande marco nas políticas públicas do estado. Tal Reforma teve

Tabela 16**Sergipe – Características da população médica em atividade
2013**

Número de médicos	3.013
População do estado	2.118.867
Masculino	1.664
Feminino	1.341
Idade média (Desvio Padrão - DP)	45,84 anos (13,20)
Tempo de formado (DP)	20,17 anos (12,76)
Número de generalistas	1.277
Número de especialistas	1.736

Fonte: CFM: Pesquisa *Demografia Médica no Brasil*, 2013.

como objetivo estruturar um sistema que permitisse assegurar os valores do SUS, discutindo os papéis de cada ente federado na gestão e colocando o estado como indutor de políticas, coordenador do sistema e produtor complementar de serviços. Promoveu a interiorização da saúde, reestruturando a rede básica de atenção à saúde; isso se traduziu, entre outros aspectos, no projeto de implantação de Clínicas de Saúde da Família em todos os municípios sergipanos.

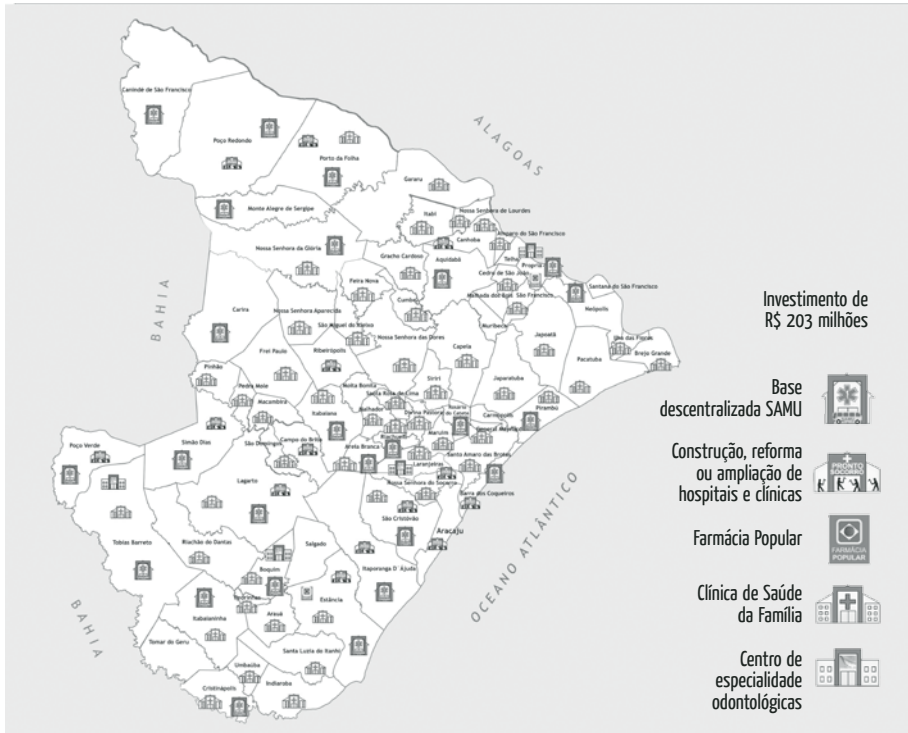
Ainda no processo de interiorização da saúde, foram inaugurados dois hospitais regionais: o Hospital Regional de Propriá – com maternidade já funcionando, após ter ficado desativada por seis anos – e o Hospital Regional de Estância, com 120 leitos disponibilizados e o segundo a ter UTI no interior do estado, com mais 10 leitos. A reforma do Hospital de Urgência (HUSE) e o Hospital da Polícia Militar devem ser contabilizados também.

O Serviço Estadual de Resgate (Samu) teve especial atenção, uma vez que já cobre 100% do território e é um sistema aprovado pelos sergipanos. Assim, o governo estadual reformou e adequou as bases do Samu no interior, para oferecer mais conforto aos trabalhadores. Os investimentos em saúde podem ser observados no Mapa 10.

PREVIDÊNCIA SOCIAL

A Previdência Social do estado de Sergipe, que operacionaliza os planos de benefícios previdenciários dos servidores públicos estaduais é gerida pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Sergipe (Sergipe Previdência). Como destaque, em 2012, houve a criação do relatório estatístico e gerencial denominado “Sergipe Previdência em Números”, objetivando maior transparência na gestão e uma visualização mais abrangente dos resultados

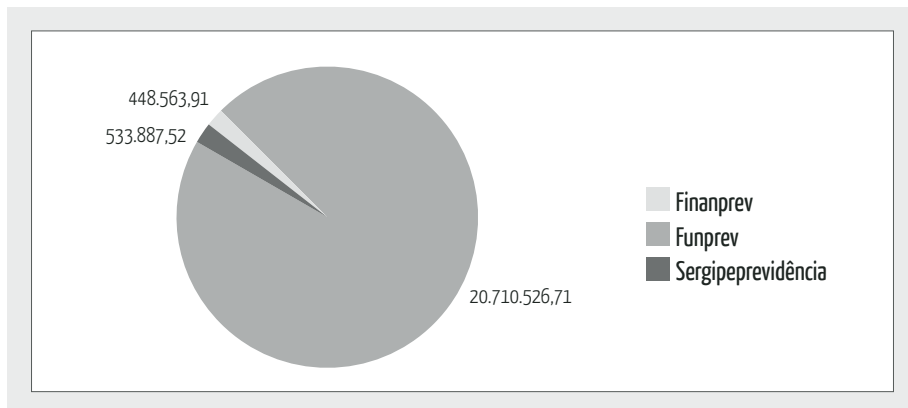
Mapa 10

Sergipe – Investimento em saúde
2012

gerenciais, orçamentários, financeiros e previdenciários. As aplicações financeiras sobre os recursos financeiros disponíveis no Sergipe Previdência e nos fundos – Fundo Financeiro de Previdência do Estado de Sergipe (Finanprev), por regime de repartição simples, e Fundo Previdenciário do Estado de Sergipe (Funprev), por regime de capitalização, geraram, até novembro de 2012, diferentes rendimentos, apresentados no Gráfico 20, na página seguinte.

A política de investimentos dos recursos do Regime Próprio de Previdência de Sergipe (RPPS/SE) estabelece como meta atuarial INPC + 6% ao ano, cujo percentual acumulado até Nov/2012 é de 2,36%. A aplicação dos recursos de acordo com a política de investimentos obteve uma rentabilidade de 3,69% no mesmo período, correspondendo, portanto a 156,36% da meta atuarial.

Na concessão de benefícios, realizada durante o exercício de 2012, destacam-se: 49,53% (945 benefícios) concedidos para a Seed, 16,77% (320 benefícios) para a Polícia Militar e 10,59% (202 benefícios) para a SES. A

Gráfico 20**Sergipe – Desempenho dos investimentos (em R\$)**
Nov/2012

Fonte: Gerência de Investimentos/Sergipe Previdência.

fim de evitar fraudes e gerar informações mais precisas, o Sergipe Previdência manteve a sua política de revisão de benefícios e dados dos seus segurados.

Neste ano, o Portal do Segurado, além de disponibilizar os comprovantes de rendimentos, auxiliando aqueles que declaram o Imposto de Renda, tornou disponíveis os contracheques dois dias antes da data do recebimento dos benefícios. Assim, o segurado pode, em sua casa ou em qualquer lugar do mundo, através da internet, acessar o seu contracheque. O Instituto também iniciou a descentralização dos atendimentos, investindo em terminais de autoatendimentos.

CULTURA

A política de cultura desenvolvida no período entre 2007 e 2010 atendeu essencialmente ao eixo “Inclusão pelo Direito”, porque buscou proporcionar aos sergipanos o acesso à produção cultural do nosso estado e a fornecer mais oportunidades de aprimoramento, produção e intercâmbio.

Além disso, as ações empreendidas dialogam com o fortalecimento da nossa identidade, a valorização do nosso patrimônio material e imaterial e elevação da nossa autoestima. Podemos dizer, sem medo de errar ou exagerar, que o nosso governo foi o que mais investiu na recuperação e na preservação do nosso patrimônio histórico, tendo como maiores exemplos o Palácio Museu Olímpio Campos; o Museu da Gente Sergipana; O Campus da Cultura, em Laranjeiras; e a Praça São Francisco, em São Cristóvão.

O projeto “Sergipe em Cena”, criado em 2009, realizou dezenas de oficinas de aperfeiçoamento nas áreas de interpretação, expressão corporal, ex-

pressão vocal, técnicas circenses, maquiagem, cenário, figurinos e adereços, direção teatral e elaboração de projetos culturais. O projeto atendeu grupos de teatro, dança e circo com oficinas realizadas com profissionais de outros estados em módulos de dança contemporânea, consciência do movimento, movimento corporal para o teatro, arqueologia do movimento e direção teatral.

Foram investidos cerca de R\$ 7 milhões, entre obras físicas e de restauro de mobiliários e outras peças, e o resultado foi a devolução de patrimônio significativo à população. E mais, com novo uso, como uma unidade cultural acessível a todos. A história revigorada através da liberação dos cômodos e corredores do palácio que abrigou nossos governantes.

Outro grande marco da política de recuperação e preservação do patrimônio histórico de Sergipe é a construção do Museu da Gente Sergipana. O espaço, que por muitos anos abrigou o Colégio Atheneu Dom Pedro II, ou Atheneuzinho, foi totalmente restaurado pelo governo do estado, com um investimento total de R\$ 22 milhões, através do Banco do Estado de Sergipe.

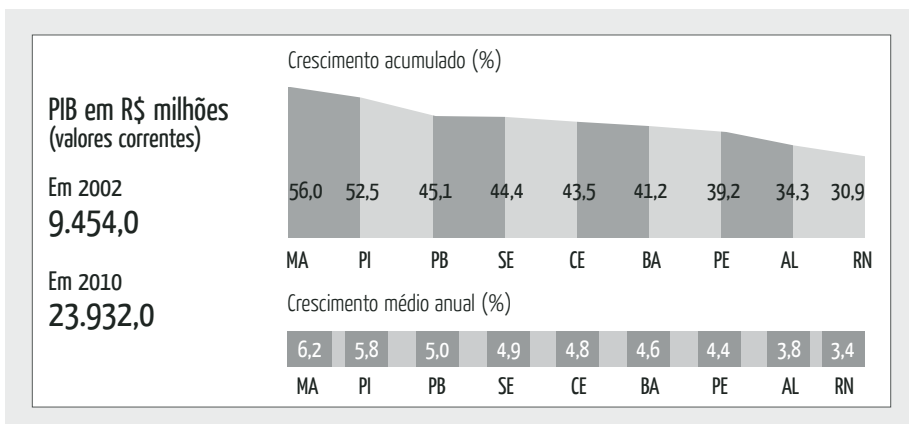
ECONOMIA DO ESTADO

PRODUTO INTERNO BRUTO

O PIB sergipano cresceu continuamente nos últimos anos. No acumulado de 2002-2010, série oficial disponível para todos os estados brasileiros, mostra que a taxa de crescimento da economia sergipana foi de 44,4%, a quarta maior da região, conforme Gráfico 21.

Gráfico 21

Sergipe – Crescimento do PIB (em %)
2002-2010

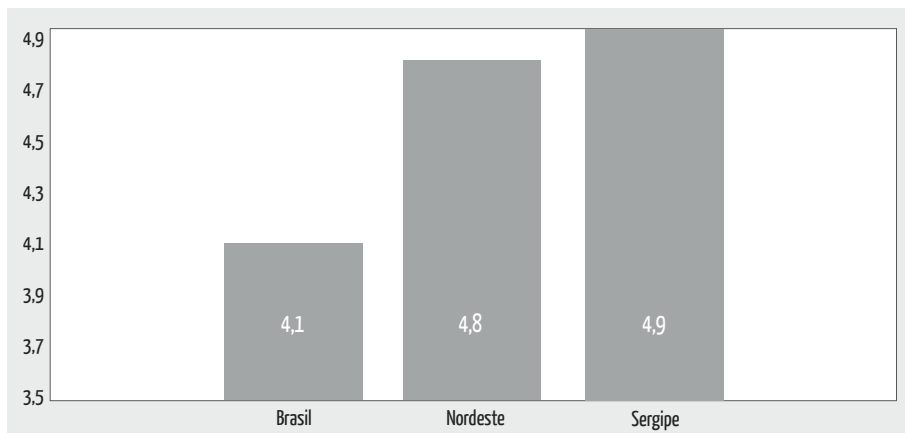


Fonte: IBGE / Contas Regionais do Brasil.

Apesar de Sergipe manter sua participação na composição do PIB nacional em 0,6%, no comparativo 2002/2010 apresentou crescimento médio do PIB (4,9%) superior ao do Nordeste e do Brasil, como pode ser observado na Gráfico 22.

Gráfico 22

Brasil, Nordeste e Sergipe – Taxa média anual de crescimento do PIB (em %)
2002-2010



Fonte: IBGE / Contas Regionais do Brasil.

O Mapa 11 apresenta a distribuição espacial de diferentes níveis de renda dos municípios sergipanos.

PRODUTO INTERNO BRUTO PER CAPITA REAL (2001-2011)

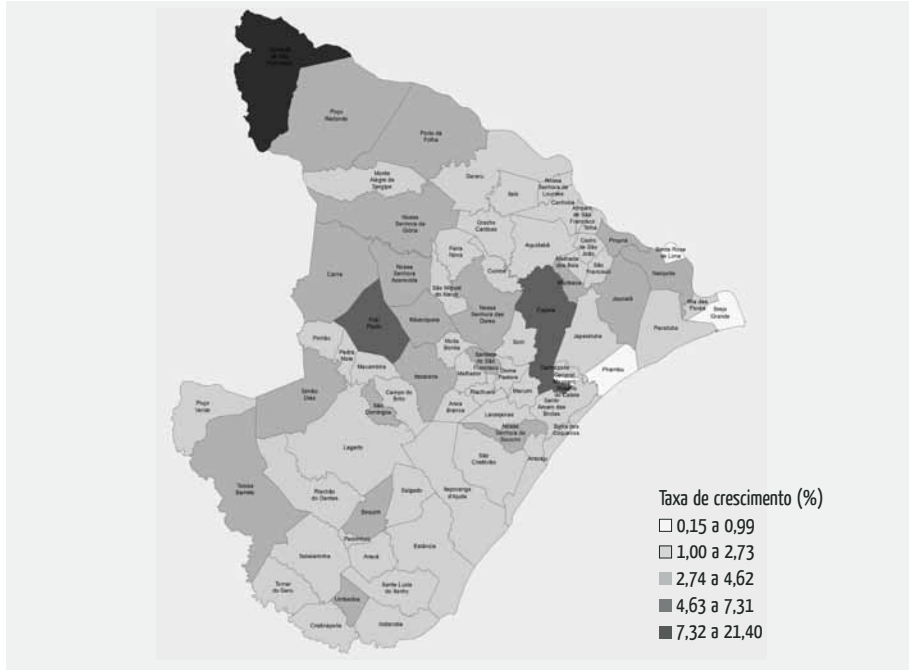
A economia sergipana foi marcada nesses últimos dez anos pelo crescimento da riqueza com inclusão social, conseguindo promover uma melhor distribuição de renda. O PIB *per capita* é o maior entre todos estados do Nordeste e obteve um crescimento real de 47,5% entre 2001 e 2011. O coeficiente de Gini – que mede a concentração de renda – caiu sistematicamente nos últimos dez anos; moveu-se de 0,571 para 0,530 no período entre 2001 e 2011. Esses resultados refletem os avanços na redução da pobreza em Sergipe, a criação de novas oportunidades de emprego, aumento na qualidade da educação, saúde, infraestrutura domiciliar e acesso a bens e serviços. Tal evolução do PIB *per capita* pode ser observada no Gráfico 23.

COMPOSIÇÃO DO PIB POR SETORES E ATIVIDADES ECONÔMICAS (2004-2009)

O setor serviços tem a maior participação no valor adicionado estadual com 66,2%, seguido da indústria com 27,9% e agropecuária com 5,9%.

Mapa 11

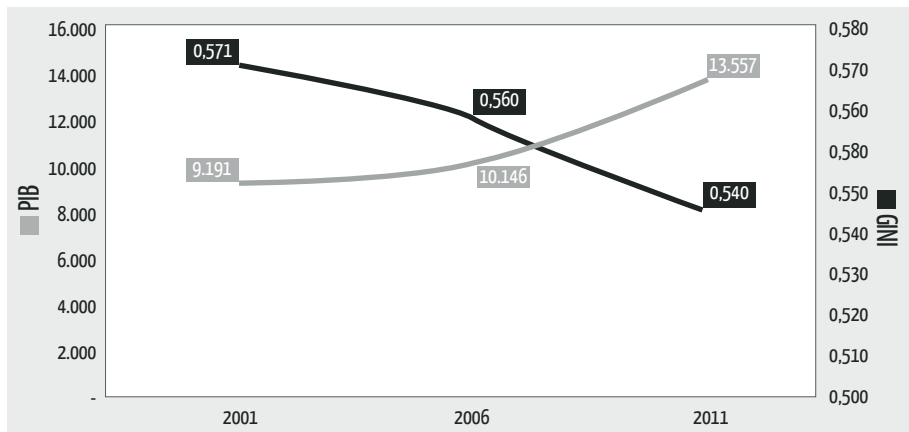
Sergipe – Evolução do PIB 2000-2010



Fonte: IBGE, 2013.

Gráfico 23

Sergipe – PIB per capita (em R\$) e Índice de Gini 2001-2011



Valores atualizados pelo deflator do PIB (2011); GINI do rendimento mensal domiciliar. Para chegar ao PIB per capita 2011 foram utilizados dados estimados do PIB 2011 (Econsult) e projeção populacional IBGE para 2011.

A agropecuária apresentou um crescimento de 4,4%. Dentre as culturas mais importantes, o milho continua em expansão na sua produção, obtendo, neste ano, um crescimento de 20,3%; a cana-de-açúcar cresceu 6,3%, aumentando sua representatividade para 16,5% de toda a produção agrícola estadual. Na pecuária, o destaque continua sendo a produção de leite, que apresentou crescimento de 10,3%.

Tabela 17

Sergipe – Participação no VAB (%)
2004-2008

Discriminação	Participação no VAB						Taxa de crescimento 2009/2008
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	4,3
Agropecuária	4,7	4,5	4,9	4,6	5,2	5,9	4,4
Agricultura, silvicultura e exploração florestal	2,4	1,9	2,4	2,3	2,8	3,3	5,0
Pecuária e pesca	2,3	2,6	2,5	2,3	2,4	2,6	3,8
Indústria	34,6	33,3	31,3	30,6	33	27,9	6,0
Indústria extrativa mineral	4,4	6	7,4	6,2	9,8	5,2	-4
Indústria de transformação	11,1	10,7	9,7	9,7	8,9	8,6	9,6
Construção	7,1	6,8	6	6,6	6,4	7,2	-1,5
Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana	12	9,8	8,2	8,1	7,9	6,9	20,3
Serviços	60,7	62,3	63,8	64,8	61,8	66,2	3,4
Comércio e serviço de manutenção e reparação	10,1	11,3	10,7	12	11,4	12	2,5
Serviço de alojamento e alimentos	1,5	1,4	1,8	1,8	1,5	1,8	-1,4
Transporte, armazenagem e correio	4,8	4	4,7	4,9	4,4	4,1	-6,5
Serviço de informação	2,6	2,6	2,3	2,3	2,1	1,8	-6,5
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar	3,3	4	3,8	4	3,5	4	16,5
Serviços prestados às famílias associativos	1,7	1,7	1,6	1,6	1,5	1,7	4,1
Serviços prestados às empresas	3,4	2,4	3	2,6	2,6	2,9	8,7
Atividades imobiliárias e aluguel	9,4	9,3	8,6	8,3	7,6	8,4	6,8
Administração pública, saúde e educação pública	21	22,4	24,5	24,5	24,5	26,4	3,5
Saúde e educação mercantis	1,9	2,1	1,7	1,7	1,6	1,8	-4,4
Serviços domésticos	1	1,1	1,1	1,1	1,1	1,2	5,9

Fonte: IBGE; Seplag/Supes.

A indústria, em 2009 perdeu participação na economia sergipana, mas conseguiu um crescimento de 6,0% em relação ao ano anterior. A queda de 4,0% na indústria extrativa foi resultado da menor produção de petróleo e gás natural, compensada pelos serviços industriais de eletricidade, água e esgoto, pois apresentaram crescimento de 20,3%; além da indústria de transformação, com produção maior 9,6% que o ano anterior.

O setor de serviços sergipano apresentou um crescimento de 3,4%. A administração, saúde e educação públicas, atividades mais importante do estado, aumentaram a sua participação para 26,4% de toda a economia. Os serviços de intermediação financeira apresentaram a mais alta variação em volume do setor (16,5%), seguido dos serviços prestados às empresas, com crescimento de 8,7% e das atividades imobiliárias e aluguel (6,8%). Dentre as atividades mais representativas do setor, o transporte foi aquele com o pior resultado do ano (-6,5%). Os dados são apresentados na Tabela 17.

FINANÇAS PÚBLICAS

No que se refere à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), o estado de Sergipe atendeu a todos os seus limites máximos, destacando-se a despesa líquida total de pessoal, a qual representou 58,07% da receita corrente líquida, sendo: 48,27% do Poder Executivo, 5,16% do Poder Judiciário, 2,91% do Poder Legislativo e 1,73% do Ministério Público. Na sequência, é apresentado o detalhamento dos indicadores e seus respectivos limites da LRF. Atendeu a todos os seus limites máximos, destacando-se a despesa líquida, conforme Tabela 18, na página seguinte.

RECEITAS E DESPESAS TOTAIS DO ESTADO

A receita total do estado atingiu um montante da ordem R\$ 6,4 bilhões, representando um crescimento nominal de 6,3% e um crescimento real de 0,5% (descontada a inflação pelo IPCA), quando comparada com 2011. Por conseguinte, contribuíram positivamente para alcançar tal resultado as seguintes rubricas destacadas: o ICMS, que cresceu 11,4%; o IPVA, que aumentou em 17,0%; as Receitas de Serviços, com crescimento nominal de 25,4%; e as receitas patrimoniais, que cresceram cerca de 28,1% - com destaque para os dividendos que incrementaram em 48,6% o resultado de 2011.

Por outro lado, as rubricas que apresentaram um resultado abaixo do esperado e comprometeram a obtenção de uma receita total ainda melhor foram as seguintes: as transferências da união, principalmente o Fundo de Participação dos Estados (FPE) e representam cerca de 40% da receita total do estado, apresentaram um crescimento nominal de apenas 3,1%, ou seja, uma

Tabela 18

Sergipe – Indicadores da Lei de Responsabilidade Fiscal (%)
2012

Indicadores	Fórmulas	Cálculo Dez/12	Real Dez/12	Limite Prud.	Limite máx.	Ok	Real Dez/11	Var %
Gasto total com Pessoal	Desp. Líq. Total Pessoal Receita Corr. Líquida	3.032,3 5.221,7	50,07	57,00	60,00	ok	56,62	2,0
Gastos com Pessoal do Poder Executivo	Desp. Líq. Pers. Exec. Receita Corr. Líquida	2.520,7 5.221,7	48,27	46,55	49,00	ok	46,89	2,9
Gastos com Pessoal do Poder Judiciário	Desp. Líq. Pers. Judic. Receita Corr. Líquida	269,4 5.221,7	5,16	5,70	6,00	ok	5,10	1,2
Gastos com Pessoal do Poder Legislativo	Desp. Líq. Pers. Leg. Receita Corr. Líquida	152,0 5.221,7	2,91	2,85	3,00	ok	3,01	-3,1
Gastos com Pessoal do Ministério Público	Desp. Líq. Pers. MP Receita Corr. Líquida	90,2 5.221,7	1,73	1,90	2,00	ok	1,62	6,1
Dívida Consolidada	Dívida Consolidada Líquida Receita Corr. Líquida	2.755,4 5.221,7	52,77	NA	200,0	ok	43,42	21,5
Serviço da Dívida	Serviço da Dívida Receita Corr. Líquida	341,9 5.221,7	6,55	NA	11,5	ok	5,79	13,1
Garantia de Valores	Garantia de Valores Receita Corr. Líquida	0,0 5.221,7	0,00	NA	22,0	ok	0,00	0,0
Operações de Crédito Internas e Externas	Op. Créd. Int. e Ext. Receita Corr. Líquida	272,6 5.221,7	5,22	NA	16,8	ok	7,65	-31,8
Operações de Crédito por Antec. da Receita	Op. Créd. Antec. Rec. Receita Corr. Líquida	0,0 5.221,7	0,00	NA	7,0	ok	0,00	0,0

Fonte: Sefaz / Superintendência de Finanças Públicas.

queda real de 2,6% ao se descontar a inflação pelo IPCA acumulado; também, contribuíram negativamente, a diminuição dos valores obtidos em convênios e operações de crédito, que foram aproximadamente R\$ 150 milhões a menos que em 2011, representando uma queda de 26,2%. Já as despesas de 2012 foram na ordem de R\$ 6,5 bilhões (incluindo os R\$ 75,4 milhões de restos a pagar não processados), representando um crescimento nominal de 8,6% em face de 2011. Destaque para as despesas com o serviço da dívida do estado, inclusas as despesas com juros, encargos e amortizações do endividamento, que cresceram cerca de 20,6%, exigindo para seu adimplemento um montante de R\$ 58,5 milhões a mais que em 2011.

Destarte, deduzindo-se a despesa total da receita total, o estado apresentou, em 2012, um *deficit* de R\$ 125,8 milhões. Na Tabela 19, um balanço resumido dos anos de 2011 e 2012, descrevendo mais detalhadamente esses resultados.

Tabela 19

Balança resumido do estado de Sergipe (em R\$ milhões)

Jan/12 a Dez/12

Discriminação	Jan-Dez/11	Jan-Dez/12	Dif. Valor	% Var N	s/IPCA
Receita total	6.046,6	6.429,5	303,0	6,3	0,5
Receita corrente	5.512,0	6.024,8	511,9	9,3	3,3
Receitas tributárias	1.556,3	1.763,1	206,8	13,3	7,0
IRRF	272,0	312,6	40,5	14,9	0,6
ICMS	1.958,1	2.180,6	222,5	11,4	5,2
IPVA	93,5	109,4	15,9	17,0	10,5
ITCDM	7,5	13,5	6,0	79,0	69,1
(-) Deduções FUNDEB/Munic.	(851,8)	(940,6)	(99,9)	10,4	4,3
Taxas	27,0	31,6	4,6	16,9	10,4
Adic. Fundo Comb. à Pobreza	49,8	56,0	6,2	12,3	6,1
Transferências Correntes	2.874,0	3.052,6	178,7	6,2	0,4
FPF	2.496,8	2.574,4	77,6	3,1	-2,6
CIDE	25,4	13,5	(11,9)	-46,0	-49,0
Royalties	142,2	167,0	24,8	17,4	10,9
(-) Deduções FUNDEB/Munic	(526,4)	(542,1)	(15,7)	3,0	-2,7
Transferências FUNDEB	459,3	495,3	36,0	7,0	1,9
Transferências de Convênios	39,2	23,2	(16,1)	-41,0	-44,2
Outras Transf. Correntes	237,4	321,3	83,9	35,4	27,9
Receitas de Contribuições	827,6	891,1	63,5	7,7	1,7
Receitas de Serviços	77,5	97,2	19,7	25,4	18,5
Receitas Patrimoniais	96,5	123,5	27,1	28,1	21,0
Dividendos	36,2	53,7	17,6	40,6	40,4
Remun. de Dep. Bancário	41,0	34,9	(6,1)	-14,9	-19,6
Outras Rec. Patrimoniais	19,2	34,8	15,6	81,0	71,0
Outras Receitas Correntes	81,0	97,3	16,2	20,0	13,4
Receita de Capital	533,7	404,8	(128,9)	24,2	28,3
Operações de Crédito	377,4	272,6	(104,8)	-27,8	-31,7
Transferências de Convênios	154,4	125,7	(20,7)	-10,6	-23,1
Outras Rec. de Capital	1,9	6,4	4,6	0,0	-5,5
Despesa Total	6.035,0	6.555,4	520,4	8,6	2,6
Despesa Corrente	5.395,6	5.937,9	542,3	10,1	4,0
Pessoal e Encargos Sociais	3.839,9	4.163,3	323,4	8,4	2,4
Juros e Encargos da Dívida	119,8	130,9	11,1	9,3	3,2
Outras Despesas Correntes	1.435,9	1.643,7	207,8	14,5	8,2
Transferências à Municípios	74,6	100,4	26,0	34,9	27,4
Aplicações Diretas (Custeio)	1.322,6	1.498,2	175,6	13,3	7,0
Outras Despesas Correntes	38,9	45,1	6,2	15,9	9,5
Despesas de Capital	639,4	617,5	(21,9)	3,4	8,8
Investimentos	422,2	369,1	(53,1)	-12,6	-17,4
Inversões Financeiras	53,3	37,4	(15,8)	-29,7	-33,6
Amortização da Dívida	163,9	210,9	47,0	28,7	21,6
Superávit/Déficit Total	11,6	(125,8)	(137,4)	1.186,9	1.126,9

Fonte: SEFAZ / Superintendência de Finanças Públicas.

Cabe destacar que em 2008 iniciou-se uma crise financeira internacional que provocou impactos na economia brasileira, ainda que amenos se comparados à economia norte-americana e europeia. De acordo com a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), após cinco anos de crise a economia mundial está se enfraquecendo novamente. A Organização afirmou ainda que, ao longo de 2012, os sinais de recuperação sofreram abrandamento. A zona do euro permaneceu em recessão e a economia americana, ainda que a recuperação esteja em curso, apresentou desempenho abaixo do que era esperado no início de 2012, com fortes implicações negativas para as economias emergentes.

Nesse contexto, a política econômica do governo federal brasileiro conseguiu estabilizar a economia, criar um ambiente favorável para investimentos. E tal desenvolvimento econômico deve beneficiar a todos os brasileiros e brasileiras e respeitar o meio ambiente. A parceria com o governo federal é importante e necessária para garantir o fluxo de investimentos. A partir dela, Sergipe conseguiu manter um ritmo acelerado de investimentos em diversas áreas (estradas, saneamento, saúde, educação, combate à seca etc.), e, por conseguinte, o crescimento e desenvolvimento do estado. Cabe ao governo estadual estar atento às oportunidades de captação de recursos (reembolsáveis – empréstimos a baixo custo e não reembolsáveis – do Orçamento Geral da União) para apresentar os projetos prioritários aos organismos nacionais e internacionais. Para não perder nenhuma oportunidade de investimento, Sergipe está cumprindo os requisitos legais, técnicos e financeiros para a captação de novos recursos.

Os investimentos estão sendo financiados por operações de crédito, além de convênios e repasses do governo federal, que viabilizam diversos programas e projetos. Nesse contexto, pode-se citar: Programa de Aceleração do Crescimento - PAC II, PAC Mobilidade, PAC Complemento, Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal (Proinvest), O Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (Prodetur/NE), Programa Emergencial para Seca (FNE Seca), Programa de Ajuste Fiscal (PAF), Programa Águas de Sergipe, Programa Sergipe Cidades, entre outros.

As operações de crédito são efetuadas com diferentes agentes financeiros, dentre eles a Caixa Econômica Federal, Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES), Banco Mundial (Bird), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), entre outros. Nos últimos quatro anos, Sergipe realizou investimentos com recursos provenientes de operações de créditos da ordem de R\$ 1,2 bilhão. Já em 2013, destaca-se o Proinvest, recurso de, aproximadamente, R\$ 570 milhões, obtido após longa negociação na Assembleia Legislativa.

Apesar da solução encontrada para manutenção dos investimentos, o estado tem dificuldade com o pagamento do custeio. A crise econômica provocou uma redução no valor recebido por meios das transferências diretas, onde se destaca o Fundo de Participação dos Estados (FPE). Apesar da recente recuperação ocorrida nessa fonte de recursos, isso não foi suficiente para deixar o estado em situação confortável em relação ao custeio. De 2009 para 2010 o FPE (que representava 41,5% da receita corrente) caiu 9,6% quando comparado com o ano anterior. Além disso, os gastos previdenciários são crescentes. No comparativo entre 2010 e 2012, ocorreu um aumento de aproximadamente, 50%.

Outro recurso que o governo de Sergipe lançou mão para manter o nível de investimento no estado, foi a atração de empresas, em grande parte atraídas pela nossa base de recursos minerais. Isso proporcionou a Sergipe, em 2012, a garantia de investimentos de mais de um bilhão de reais, entre investimentos já realizados e anunciados.

ENDIVIDAMENTO DO ESTADO

A dívida contratual interna junto ao Tesouro Nacional e ao Sistema Financeiro Nacional Saldo devedor, podem ser observados a seguir, na Tabela 20.

Tabela 20

Sergipe – Dívida contratual interna junto ao Tesouro Nacional e ao Sistema Financeiro Nacional Saldo devedor (em R\$)
Dez/2012

Devedor	Tesouro Nacional	Credor Instituições financeiras públicas	Instituições financeiras privadas	Total
a) Administração direta	913.139.445,65	1.225.582.552,42	0	2.138.721.998,07
b) Administração indireta	183.027.543,65	24.837.632,01	25.013.723,88	232.878.899,54
Autarquias	19.986.223,66	0	0	19.986.223,66
Fundações	0,00	0	0	0,00
Empresas públicas	0,00	0	0	0,00
Sociedades de economia mista	163.041.319,99	24.837.632,01	25.013.723,88	212.892.675,88
Total (a) + (b)	1.096.166.989,30	1.250.420.184,43	25.013.723,88	2.371.600.897,61

* Informações sujeitas a revisão.

Fonte: Instituições financeiras cadastradas no Cadip - Sistema de Registro de Operações de Crédito com o Setor Público.

Obs. Não inclui informações para a dívida externa, mobiliária e junto ao INSS, FGTS ou outras instituições não financeiras que não o Tesouro Nacional.

PERSPECTIVAS DE INVESTIMENTO PÚBLICOS E PRIVADOS

INVESTIMENTOS PRIVADO

Por meio do PSDI, o governo de Sergipe concedeu incentivo locacional, perspectivas em novos investimentos:

■ Ramo de minerais não metálicos: são três investimentos na fabricação de cimento, sendo duas ampliações, do Grupo Nassau e do Grupo Votorantim, e a instalação de uma nova fábrica do Grupo Brennand, originário de Pernambuco.

■ Saint-Gobain, uma das maiores fabricantes de vidros do mundo, que implantará uma unidade no município de Estância, disponibilizando 485 novos postos diretos de trabalho e 1.000 indiretos, a partir de R\$ 228 milhões investidos.

■ Votorantim investirá R\$ 72,2 milhões na ampliação da capacidade de moagem. A unidade atenderá os mercados de Sergipe, Bahia, Alagoas e Pernambuco, com capacidade de produção de 850 mil toneladas de cimento por ano. Com a intervenção, a unidade gerará 371 novos empregos diretos e 279 indiretos, ou seja, 650 novas vagas.

■ Nassau investirá R\$ 68 milhões, destinados ao aumento da capacidade de produção e geração de energia (usina termoelétrica) da planta, gerando 100 novos empregos diretos e 167 indiretos, totalizando 267 vagas. Juntas, as três cimenteiras investirão R\$ 506,2 milhões em Sergipe.

■ Instalação da fábrica da Amsia Motors: é um empreendimento industrial que deverá produzir veículos automotores híbridos e elétricos, com expectativa de gerar aproximadamente 4 mil empregos diretos, onde será investido um montante aproximado de R\$ 1 bilhão. A planta industrial deverá ser instalada no município de Barra dos Coqueiros, num terreno próximo ao Parque Eólico, nas imediações do antigo projeto do Polo Cloro Químico.

■ Fábrica Verallia, empresa fabricante de embalagens de vidro do grupo Saint-Gobain, que será instalada no município de Estância.

■ Investimento de vulto, da ordem de R\$ 140 milhões, pelo Grupo Maratá, de origem sergipana, na implantação de frigorífico e na modernização tecnológica das empresas do grupo, com grande impacto sobre a atividade pecuária do estado.

■ As indústrias Arumã, Sergitex e o Consórcio Industrial Têxtil.

■ O governo estadual tem buscado parcerias com a Vale e a Petrobras, detentoras do porto, para ampliação e melhor adequação às necessidades dos usuários do local. A Sedetec, em conjunto com a Companhia de Desenvolvimento Econômico de Sergipe (Codise), criará um grupo permanente de acompanhamento dos assuntos portuários de Sergipe. A parceria contempla melhoria dos acessos rodoviários e ferroviários; recursos de dragagem; melhoramento na infraestrutura e adequação dos equipamentos portuários e obras de ampliação das instalações do terminal portuário.

INVESTIMENTOS PÚBLICOS

■ Saúde

■ Construção do Centro de Reabilitação (CER IV), em Aracaju, que funcionará como serviço de referência para todo o estado, totalizando investimento de R\$ 23 milhões.

■ Construção do Hospital do Câncer (HC), totalizando investimentos de R\$ 47,7 milhões.

■ Obras de construção de duas casas de apoio à gestante, em Aracaju, na Maternidade Nossa Senhora de Lourdes e na Maternidade Santa Isabel;

■ Implantação de três Pontos de Coleta (PC) de leite em Nossa Senhora da Glória, Nossa Senhora do Socorro e Capela, além de um Banco de Leite, em Propriá.

■ Construção de três Centros de Parto Normal, em Aracaju, na Maternidade Nossa Senhora de Lourdes e na Maternidade Santa Isabel, e em Lagarto.

■ Abertura do CEO de Nossa Senhora da Glória, com a ampliação da oferta.

■ Implantação e qualificação dos Caps de Frei Paulo, São Cristóvão, Lagarto, Nossa Senhora da Glória, Ribeirópolis, Propriá, Nossa Senhora do Socorro, Estância, Indiaroba, Cristinápolis, Moita Bonita, Canhoba, Pacatuba, Carmópolis, Japararuba, Rosário do Catete e Poço Redondo.

■ Implantação da Rede de Atenção Psicossocial, envolvendo recursos estimados da ordem de R\$ 23,9 milhões.

■ Inclusão social

■ Implantação de Agricultura Urbana e Periurbana na Região Metropolitana de Aracaju.

■ Ampliação da Feira da Agricultura Familiar para outros municípios de Sergipe.

■ Implantação, acompanhamento e avaliação do Plano Estadual Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária.

■ Segurança pública e Justiça

■ Reaparelhamento do Instituto de Análises e Pesquisas Forense (IAPF).

■ Elaboração do projeto de reforma e ampliação do Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico na grande Aracaju, no valor de R\$ 2,2 milhões.

■ Elaboração do projeto de reforma e ampliação do Presídio de Areia Branca, que criará aproximadamente 800 vagas em regime semiaberto.

■ Reforma do antigo Batalhão de Polícia, em Propriá, para sediar a Cadeia Pública Territorial no Baixo São Francisco.

■ Cultura e lazer

- Implantação de uma nova Escola de Esporte, no bairro Santos Dumont, em Aracaju.
- Reforma do Estádio Estadual Lourival Baptista (Batistão).
- Construção de um Ginásio Poliesportivo, em Itabaiana.

■ Desenvolvimento econômico e tecnológico

- Construção de Incubadora de Empresas de Base Tecnológica de Energias Renováveis e do Núcleo de Energias Renováveis e Eficiência Energética, com área total de 1.576m².
- Segunda fase da obra de infraestrutura básica do Sergipetec, em área de 130.000m² e conclusão da obra do prédio principal, com 870m².
- Construção do Centro Vocacional de Tecnologia (CVT), de 870m², interligado ao prédio principal do Sergipetec.
- Ampliação da biofábrica em mais de 975m², voltados para a diversificação da produção da cana-de-açúcar, ampliação do laboratório de apoio tecnológico e a implantação de mais uma biofábrica, voltada para a produção de fungos. Os recursos financeiros das obras são provenientes de convênio com a Finep.
- Construção do Instituto de Análises e Pesquisas Forenses (IAPF).

■ Agricultura

- Projeto Jacaré/Curituba: localizado em Canindé do São Francisco, está em fase de implantação e contempla pequenas unidades familiares e empresas agrícolas. Possui uma área irrigável de 3.681ha e beneficiará cerca de 15.460 pessoas.
- Realização das obras do Terminal Pesqueiro de Aracaju.
- Projeto Dom Távora: será financiado pelo Fida e está orçado em U\$ 28,6 milhões, sendo U\$ 12,6 de contrapartida do governo de Sergipe. A meta será beneficiar 10.000 pequenos produtores, prioritariamente do Baixo São Francisco, com a execução de 300 planos de negócios rurais, agrícolas e não agrícolas.

■ Infraestrutura e desenvolvimento urbano

- Duplicação da BR-101 no trecho Estância-Divisa SE-BA: quando este projeto for concluído, toda a BR-101 em solo sergipano estará duplicada, ou seja, da divisa de Alagoas até a divisa com a Bahia.
- Canal de Xingó: cabe ressaltar a elaboração de estudos e do projeto básico para construção do Canal de Xingó, que abrangerá cinco municípios do

sertão sergipano e contemplará cerca de 170 mil habitantes.

■ Perímetro irrigado Manuel Dionísio: merece destaque a elaboração dos projetos básico e executivo e estudos complementares do Perímetro Manuel Dionísio, que envolverá recursos da ordem de R\$ 5,5 milhões e contemplará municípios do noroeste sergipano, abrangendo uma área total de 22.447ha.

■ Ampliação do aeroporto Santa Maria: a construção e ampliação da pista são a primeira parte das iniciativas do governo de Sergipe para revitalizar o aeroporto de Santa Maria.

INVESTIMENTO PÚBLICO EM SERGIPE SOB GOVERNO PETISTA (2007-2013)

INFRAESTRUTURA ECONÔMICA – PRODUTIVA

UNIVERSIDADES

Com a expansão do ensino superior no estado de Sergipe, nos anos de 2007 a 2013 foram criados dois campi federais. Além dos campi da Universidade Federal de Sergipe localizados nos municípios de São Cristóvão, Aracaju e Itabaiana, foram criados os campi de Laranjeiras e Lagarto.

A construção do campus da Universidade Federal de Sergipe em Lagarto representa um marco na expansão do ensino superior no estado. O campus foi instalado em março de 2011, provisoriamente no Colégio Estadual Prof. Abelardo Romero Dantas, cedido pelo governo do estado. Ele conta com os cursos de farmácia, nutrição, enfermagem, fonoaudiologia, fisioterapia, terapia ocupacional e odontologia, que ofertam, no total, 410 vagas.

Em agosto de 2013 foi anunciado pelo ministro da educação, Aloízio Mercadante, mais um campus no alto sertão sergipano que será destinado às ciências agronômicas.

O Mapa 6, na página 44, apresenta as universidades do estado.

ENSINO PROFISSIONALIZANTE

Visando integrar o conhecimento do ensino médio à prática profissional, o objetivo de implantar e desenvolver, com qualidade, a educação profissional

na rede estadual de ensino. Sendo assim, no ano de 2011, a Secretaria de Estado da Educação (SEED) ampliou em 24% o número de matrículas na educação profissional. Em 2010, foram registradas 871 matrículas, já em 2011, 1135 alunos se matricularam, nos 13 cursos ofertados.

Em parceria com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS) e com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), o governo de Sergipe oferece cursos técnicos de nível médio em algumas unidades escolares da rede estadual.

Através do incentivo do governo federal, o IFS pode abrir campi em: Aracaju, Estância, Lagarto, São Cristóvão, Itabaiana e Nossa Senhora da Glória. Serão construídos, ainda, nos próximos anos os campi Tobias Barreto, Poço Redondo, Nossa Senhora do Socorro e Propriá.

Com relação ao ensino profissionalizante de responsabilidade do estado, algumas informações são apresentadas na Tabela 21.

Tabela 21

Sergipe – Informações sobre educação profissional na rede estadual de ensino 2012

Unidade escolar	Nº de beneficiados	Formação profissional
Colégio Estadual Presidente Médici	30 Alunos	Técnico de segurança do trabalho
Colégio Estadual Governador João Alves Filho	30 Alunos	Técnico administrativo
Colégio Estadual Costa e Silva	30 Alunos	Agroindústria
Colégio Estadual Francisco Rosa	60 Alunos	Agroindústria e agropecuária

Fonte: ISEED, 2012.

Todavia, o grande destaque nas ações desenvolvidas pelo governo de Sergipe na educação profissional vai para a implantação dos Centros Estaduais de Educação Profissional (CEEP). Com foco no desenvolvimento integral do cidadão trabalhador e tendo como fim o desenvolvimento socioeconômico do estado. Foram implantadas, até hoje, quatro unidades de educação profissional nos municípios sergipanos, capacitando 934 alunos (Tabela 22).

A Tabela 22 dispõe de dados sobre os centros de educação profissional desde o início da gestão do governador Marcelo Déda.

O governo estadual no período de 2007 a 2012 inaugurou dois Centros de Ensino Profissional, em Neópolis e em Aracaju, beneficiando 764 alunos. Mais quatro Centros de Ensino Profissional estão sendo concluídos, pelo Programa Sergipe Cidades, nos municípios de Carmópolis, Poço Redondo, Boquim e Indiaroba, onde serão beneficiados 960 alunos. Os Centros de Educação Profissional podem ser observados no Mapa 7 (ver página 45).

Tabela 22

Sergipe – Dados sobre os centros de educação profissional
2007-2012

Centros de educação profissional	Município	Beneficiário	Cursos técnicos ofertados
José Agonaldo Pacheco da Silva	Neópolis	129 alunos	Agroindústria e alimentos
José de Figueiredo Barreto	Aracaju	635 alunos	Serviços de condomínio, redes de computadores e serviço de restaurantes e bar
Conservatório de Música	Aracaju	100 Alunos	Instrumentos musicais
Escola Família Agrícola de Ladeirinha	Japoatã	70 Alunos	Agropecuária

Fonte: ISEED, 2012.

SANEAMENTO

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Como resultados dos investimentos em abastecimento de água, podemos apontar uma série de obras de grande importância para a qualidade de vida dos sergipanos, a exemplo da conclusão das obras pertencentes ao sistema de abastecimento de água do Poxim, que teve um custo total de R\$ 85 milhões.

A primeira etapa desse sistema, é referente à barragem do rio Poxim Açu, que já foi concluída. Essa obra tem como objetivo regularizar a vazão do rio Poxim, o que melhorará a oferta de água para a região metropolitana de Aracaju. O rio Poxim, nos períodos de seca, sofre drástica redução na sua capacidade de vazão em cerca de 60%, saindo de uma vazão média de 860 litros por segundo (l/s) para 300 l/s. Atualmente, após as várias intervenções efetivadas pela barragem e a recuperação ambiental das nascentes dos seus rios integrantes e de outras áreas nele inseridas, já se consegue obter uma vazão média de 1.200 l/s, o que evidencia a importância dessa obra. Além disso, as obras para a conclusão da segunda fase do sistema de abastecimento de água do Rio São Francisco chegaram ao final de 2011 com mais de 60% concluídas, parcela significativa de um investimento que totalizará mais de R\$ 127 milhões. A obra já está possibilitando ampliar efetivamente a capacidade de produção e oferta de água nos municípios supridos por esse sistema, tendo sido incrementado, nessa fase, o volume produzido, que passou de 2.400 l/s para 2.650 l/s. As obras referentes à Adutora do Semiárido, sistema que também vai atender municípios situados na região semiárida sergipana – área onde alternativas de suprimento de água são bastante limitadas –, têm implicado em ganhos efetivos na capacidade de produção dos sistemas ali existentes, incorporando ao conjunto, atualmente, mais 300 l/s.

ESGOTAMENTO SANITÁRIO

No ano de 2012, em parceria com o governo federal, foram implantadas novas redes de esgoto sanitário em diversos municípios sergipanos, como Barra dos Coqueiros, Propriá e São Cristóvão, além dos bairros Santa Maria e Coqueiral, na grande Aracaju, que também serão beneficiados com essa ação. Na capital sergipana, estão sendo implantados 163,3 km de rede de esgoto, o que vai garantir mais saúde e qualidade de vida à população. A previsão é de que, ao final de todas as obras, a cobertura do sistema de esgotamento atinja o total de 80% da população residente na capital. Foram contemplados com esse projeto os bairros Coroa do Meio, Atalaia, Farolândia, Grageru, Jardins, Ponto Novo, São Conrado e Coqueiral. Graças às parcerias com os governos federal e municipal, a atual administração está levando a efeito uma obra milionária e de suma importância para os moradores do bairro Santa Maria. Uma vez pronta, erradicará as precárias condições de habitação e de infraestrutura da localidade. Para que os benefícios cheguem à população, a empresa está implantando 12 km de rede de drenagem, mais 58 km de rede de esgoto, além de duas estações elevatórias. São obras que contemplam 6,4 mil unidades habitacionais distribuídas no conjunto Governador Valadares, no Padre Pedro, nos loteamentos Terra Dura, Maria do Carmo e Senhor do Bonfim. Convém registrar que, em 2012, 60,56% dos trabalhos já haviam sido concluídos.

Até o momento são mais de R\$ 610 milhões investidos em obras de sistema de esgotamento sanitário, construção e ampliação de adutora, barragens etc. Quando concluídos todas as obras ainda em execução somarão R\$ 1,4 bilhões em investimentos na área de saneamento básico. A especialização dos investimentos estão apresentadas no Mapa 8 (página 47).

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

O Sergipe Parque Tecnológico (Sergipetec) tem por objetivo a promoção do desenvolvimento científico e tecnológico local e regional, mediante o fomento de atividades de pesquisa e de ensino; do apoio a empreendimentos de base técnica e industrial; e da implantação de um parque tecnológico que atue em diversas áreas.

Na área de pesquisa de biotecnologia, em parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), estão sendo desenvolvidas pesquisas com mudas de abacaxizeiro de origem genética certificada, resistentes a pragas e doenças, com o objetivo de garantir a qualidade e reduzir o custo de sua produção.

Como forma de atrair empreendimentos para avenida Maranhão, foi assinado o contrato de concessão de direito real de uso entre a Seplag e Ser-

gipetec, além de elaborados o plano de ocupação, plano diretor e regimento interno. Em novembro de 2012, foi lançado edital para seleção de empresas e ocupação de nove lotes disponibilizados, ocupação do Centro Empresarial de Petróleo, Gás, Energia e Mineração localizado na avenida Maranhão

O Instituto Tecnológico e de Pesquisas do Estado de Sergipe (ITPS), dando continuidade à modernização laboratorial, realizou em 2012, investimentos da ordem de R\$ 1,2 milhão na aquisição de equipamentos de ponta, com recursos do Tesouro do Estado, do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro), da Financiadora de Fundos e Projetos (FINEP) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) para atender pesquisas, serviços de análises tecnológicas e serviços metrológicos.

A Fundação de Apoio à Pesquisa e Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe (Fapitec) tem como objetivo fomentar atividades científicas, tecnológicas e de inovação por meio da concessão de auxílios e bolsas, seguindo cinco linhas estratégicas: fomento à pesquisa científica; fomento à tecnologia e inovação; fomento à ações em políticas públicas; fomento à difusão científica; e formação de recursos humanos.

REFORMA AGRÁRIA

Destaca-se uma parceria com a União, representada pelo Incra, para implementação do Programa Nacional de Reforma Agrária. Por meio de convênio, as partes aportaram R\$ 57,7 milhões.

Em 2012, o governo de Sergipe deu continuidade às ações de reforma agrária no semiárido sergipano, fruto de convênio com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), firmado em 2007. Até 2011, foram adquiridos 72 imóveis com área total de 29.225 ha, beneficiando 1.189 famílias nos municípios de Canindé de São Francisco, Poço Redondo, Monte Alegre, Nossa Senhora da Glória e Carira, onde foram instaladas 29 colônias agrícolas. O volume de recursos investidos foi de R\$ 58,7 milhões, com 10% de contrapartida estadual. No ano de 2012, as atividades se concentraram na consolidação das colônias, com destaque para o provimento de apoio técnico; elaboração de projetos de infraestrutura agro-produtiva; viabilização de assentamentos provisórios para as famílias; e apoio na obtenção de créditos da reforma agrária.

CRÉDITO FUNDIÁRIO

O Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), do Ministério do Desenvolvimento Agrário, é executado em Sergipe pela Empresa de Desenvol-

vimento Sustentável de Sergipe (Pronese), adquirindo imóveis rurais não passíveis de desapropriação, distribuindo-os para as famílias e consolidando a agricultura familiar. Em 2011, foram investidos R\$ 8.836.993 milhões na aquisição de vinte novas propriedades, com área total de 2.650 hectares, o que beneficiou 191 famílias. No total, entre 2007 e 2011, foram adquiridos 89 imóveis através do Programa Nacional de Crédito Fundiário, onde foram assentadas 1.074 famílias, que significou investimentos totais de R\$ 39.868 milhões.

De 2003 até hoje foram aplicados em Sergipe aproximadamente R\$ 80 milhões, o que possibilitou o assentamento de 2.738 famílias de agricultores, no total de 192 projetos.

GÁS NATURAL

Em Sergipe, os serviços locais de gás canalizado são explorados pela Sergipe Gás S.A (Sergas), sociedade de economia mista, pessoa jurídica de direito privado, vinculada à Secretaria de Estado da Infraestrutura. Ela possui como sócio-acionistas o estado de Sergipe, a Gaspetro (empresa do Grupo Petrobras S.A) e a Mitsui Gás e Energia do Brasil.

A segunda frente de atuação se concentra na ampliação da oferta de gás natural, cuja demanda vem do setor produtivo nas indústrias, no comércio, em veículos etc., e dos consumidores, em suas residências. O serviço de distribuição fica sob encargo da Sergas.

Os investimentos para ampliação da rede de gasodutos estão previstos em mais de R\$ 32 milhões. Dos investimentos realizados, podemos destacar:

- A implantação de gasoduto no distrito industrial do município de Nossa Senhora do Socorro para fornecimento de gás natural (30 mil m³/dia) para a nova indústria cerâmica Serra Azul.

- A implantação de gasoduto no município de Nossa Senhora do Socorro para fornecimento de gás natural (240 mil m³/dia) para a cimenteira Itaguassu Agro Industrial SIA (Nassau).

- A implantação de 7,5 km de rede (gasoduto) em Aracaju para a distribuição de gás natural para estabelecimentos industriais, comerciais e residenciais.

- Expansão da rede rural em Aço-Interiorização: 4,6 km com a duplicação do gasoduto do distrito industrial de Nossa Senhora do Socorro (DIS) para a ampliação da capacidade de fornecimento de gás natural.

OBRAS EM ANDAMENTO:

- Expansão da rede urbana em Polietileno Extrudado de Alta Densidade (PEAD): 12,2 km, com a ampliação da rede de gasodutos nos bairros Atalaia (Passarela do Caranguejo), São José, Luzia, 13 de Julho, Jardins, Farolândia e Tramandaí.

- Implantação de melhorias e reformas nos sistemas existentes de distribuição de gás natural.

- Incorporação de 2.286 novos clientes nos segmentos residencial e comercial, o que equivale a um acréscimo de 28% do número de clientes totais.

ENERGIA EÓLICA

A implantação do parque eólico da Barra dos Coqueiros conta com 23 torres aerogeradoras, com capacidade de 34,5 MW. Energia suficiente para abastecer uma cidade com 120 mil habitantes. O investimento é de R\$ 125 milhões. Por meio do PSDI – Política de incentivos à implantação de indústrias - o governo de Sergipe concedeu incentivo locacional, disponibilizando a área de 300 hectares, vizinha ao Porto de Sergipe.

PROGRAMA SERGIPANO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL (PSDI)

O Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial (PSDI), criado com a finalidade de ser um instrumento de promoção do desenvolvimento socioeconômico, por meio da concessão de incentivos e estímulos, tem contribuído decisivamente para a atração de novos investimentos para Sergipe. Em 2012, vinte e quatro empreendimentos industriais foram implantados no estado, agregando à economia 905 novos postos de trabalho. Isso envolveu um total de investimentos de R\$ 241 milhões. Somando-se aos números do período de 2007 a 2011, o esforço governamental contabiliza os seguintes resultados: 104 empreendimentos industriais em operação; 7.067 empregos gerados; R\$ 717 milhões de investimento total. Ainda no âmbito do PSDI, 233 empreendimentos foram incentivados pelo programa e 67 foram cancelados por não atenderem aos requisitos.

Quanto à situação de implantação dos empreendimentos, os 153 em implantação criarão 9.371 empregos para os municípios de Nossa Senhora da Glória, Estância, Itabaianinha, Tomar do Geru, Neópolis, Lagarto, Poço Verde, Simão Dias, Tobias Barreto, Laranjeiras, Barra dos Coqueiros, Nossa Senhora do Socorro, Carmópolis, Muribeca, Santa Rosa de Lima, Nossa Senhora das Dores e Itabaiana. Esses empreendimentos chegam ao total de R\$ 1,7 bilhão em investimentos.

INFRAESTRUTURA SOCIAL

HABITAÇÃO

O crescimento populacional tem impulsionado a demanda habitacional tanto no espaço urbano quanto no rural e desenvolvido estratégias de mo-

radias que reflete o dinamismo e a complexidade de determinada realidade socioeconômica da população. Assim, as necessidades de moradias por *déficit* habitacional não são apenas diferentes para os diversos setores sociais. Também variam e se transformam com a própria dinâmica da sociedade.

Segundo dados do Ministério das Cidades, a região Nordeste é a região com o segundo maior *déficit* habitacional do país: 2 milhões de domicílios ou 35,1% do total. Para Sergipe foi calculado um *déficit* da ordem de 72.547 novas unidades habitacionais. Conceitualmente o *déficit* habitacional é definido como a necessidade de construção de novas moradias para a solução de problemas sociais e específicos de habitação, detectados em certo momento.

SAÚDE

O governo de Sergipe vem concentrando esforços para superar esses desafios e oferecer uma saúde pública de qualidade, equânime e integral a toda a população. A Reforma Sanitária e Gerencial do SUS/SE, iniciada em 2007, representou grande marco nas políticas públicas do estado. Essa reforma teve como objetivo estruturar um sistema que permitisse assegurar os valores do SUS, rediscutindo os papéis de cada ente federado na gestão e colocando o estado como indutor de políticas, coordenador do sistema e produtor complementar de serviços.

Interiorização da saúde, reestruturando a rede básica de atenção à saúde. Isso se traduziu, entre outros aspectos, no projeto de implantação de Clínicas de Saúde da Família em todos os municípios sergipanos. Ainda no processo de interiorização da saúde, foram inaugurados dois hospitais regionais: Hospital Regional de Propriá – com maternidade já funcionando, após ter ficado desativada por seis anos –, e Hospital Regional de Estância, com 120 leitos disponibilizados e o segundo a ter UTI no interior do estado, com mais dez leitos. Reforma do Hospital de Urgência (HUSE) e do Hospital da Polícia Militar.

O Serviço Estadual de Resgate (Samu) teve atenção especial, uma vez que já cobre 100% do território e é um sistema aprovado pelos sergipanos. Assim, o governo do estado reformou e adequou as bases do Samu no interior, para oferecer mais conforto aos trabalhadores. Os investimentos em saúde podem ser observados no Mapa 10 (ver página 53).

SEGURANÇA PÚBLICA

O governo do estado vem, ao longo dos anos, adotando medidas que permitem promover ações de segurança pública com cidadania, trabalhando desde a prevenção, passando pela repressão e finalizando na reparação do dano, no tratamento das causas e na reinclusão do autor do ato ilícito na sociedade.

Dessa forma, no período entre 2007 e 2012 o governo de Sergipe, com o objetivo de continuar adotando uma gestão que tente controlar a violência e permita uma convivência pacífica entre os cidadãos, desenvolveu um conjunto de ações, apresentadas no Mapa 12 (ver página seguinte), entre as quais se destacam:

- construção e reforma de delegacias;
- aquisição de equipamento de análise toxicológica;
- construção de nove Centros Integrados em Segurança Pública (CIP);
- centro de referência em direitos humanos;
- aquisição de equipamentos de segurança;
- aquisição de veículos e equipamentos para o corpo de bombeiros;
- sistema de monitoramento por câmeras.

EDUCAÇÃO BÁSICA

Como meta da atual gestão, o governo de Sergipe vem promovendo o desenvolvimento de políticas públicas embasadas pelos princípios de desenvolvimento econômico, inclusão social, redução das desigualdades, erradicação da miséria e de garantia dos direitos e da cidadania. A Secretaria de Estado da Educação trabalha esse tema por meio da realização de programas e ações educacionais transversais, investindo fortemente na democratização e no fortalecimento da educação básica. Para isso, executa políticas educacionais voltadas para os ensinamentos fundamental e médio, educação profissional e as modalidades de educação especial e de jovens e adultos. Tudo isso visa ampliar e qualificar a educação e o conhecimento para a promoção do desenvolvimento do povo sergipano.

Dessa forma, foi realizada pela Secretaria de Estado da Educação (SEED) uma gama de ações por meio do Programa Educação Básica com o objetivo de melhorar os indicadores educacionais, destacando-se as seguintes:

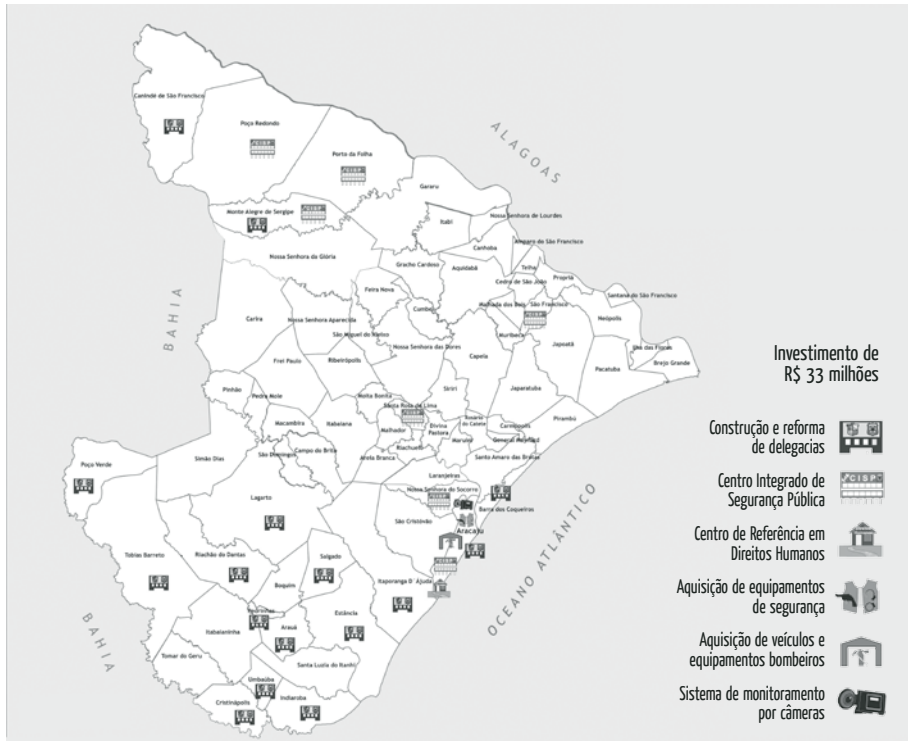
- reforma e ampliação de escolas;
- construção de quadras;
- reformas de quadras;
- aquisição de equipamentos.

O Mapa 4 (ver página 39) apresenta um conjunto de investimentos na educação distribuídos nos municípios sergipanos.

PROGRAMA SERGIPE CIDADES

Este programa foi concebido para responder às demandas sociais oriundas do processo do planejamento participativo, instituído em 2007, tanto no que se refere às ações que promovam a inclusão pelo direito quanto às que propiciam a inclusão pela renda. Assim, os objetivos do programa, em 2012, fo-

Mapa 12

Sergipe – Investimento em segurança
2012

ram voltados para a implantação de equipamentos urbanos, aqui definidos como todos os bens públicos destinados à prestação de serviços à população. O valor total do contrato do empréstimo feito com o BNDES atinge o montante de R\$ 250 milhões, sendo que, até o ano de 2013, foram investidos em obras recursos da ordem de R\$ 170 milhões. Dessas obras, 113 foram inauguradas e 20 encontram-se em execução, distribuídas nos oito territórios sergipanos.

O Programa Sergipe Cidades tem como objetivo melhorar o planejamento e a infraestrutura urbana, dinamizar a economia regional, além de apoiar o desenvolvimento institucional do estado e municípios. Oferece investimentos em equipamentos urbanos, infraestrutura urbana, educação, sistema de saneamento e infraestrutura econômica.

Entre as ações executadas, de 2007 a 2012, destacam-se:

- as delegacias de Amparo de São Francisco, Boquim, Canhoba, Itabaiana, Malhada dos Bois, Laranjeiras, Telha e Maruim;

- o destacamento de bombeiros militares no município de Propriá;
- os mercados municipais de Itabaianinha e Propriá;
- urbanização de praças em Pacatuba, Carira, Graccho Cardoso, Macambira e Umbaúba;
- pavimentação de ruas em Canhoba, Itabaiana, Macambira, Salgado, Barra dos Coqueiros e Laranjeiras;
- construção de creches em Pedra Mole e Santa Luzia do Itanhý;
- construção de quadras de esportes em Nossa Senhora de Lourdes, Nossa Senhora das Dores, Malhador e Nossa Senhora do Socorro;
- construção do ginásio de esportes de Carmópolis;
- ampliação do esgotamento sanitário em Aracaju.

Dessa forma, no exercício em foco, o Sergipe Cidades beneficiou 35 municípios, distribuídos nos oito territórios de planejamento. O Mapa 13 apresenta as obras concluídas até agosto de 2013 (ver página seguinte).

De forma análoga, o Mapa 14 apresenta as obras em andamento.

PROGRAMA LUZ PARA TODOS

O Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica permitiu que novas famílias passassem a usufruir da energia elétrica em casa. Com isso, proporciona-se uma melhor qualidade de vida, garantindo a dignidade do ser humano e permitindo a aquisição de aparelhos eletroeletrônicos.

Por meio do programa foi possível levar, no ano de 2012, energia a 521 lares sergipanos, totalizando 38.372 atendimentos no período de 2007 a 2012. Foram utilizados recursos na ordem de R\$ 106 milhões, resultado de um esforço conjunto do governo federal, governo estadual e concessionário. Desse total R\$ 7,7 milhões são oriundos do estado.

Até 2015 mais 15 mil ligações domiciliares em ambiente rural serão realizadas, um investimento previsto de R\$ 100 milhões, com o objetivo de contribuir para a redução da pobreza pela inclusão produtiva.

O Mapa 15 apresenta o índice de atendimento do Programa Luz para Todos em Sergipe entre os anos de 2004 e 2012.

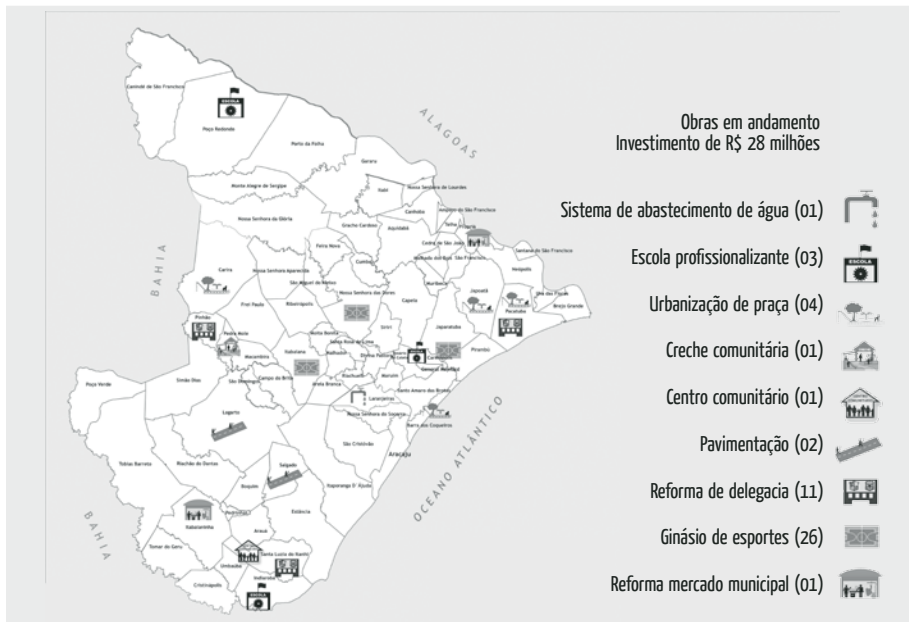
INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA

De 2007 até 2013, cerca de R\$ 504 milhões foram investidos em 5.080 km em obras de pavimentação de rodovias, recapeamento de ruas e recuperação de estradas vicinais.

Mapas 13 e 14

Sergipe – Programa Sergipe Cidades
2012

80



Mapa 16

Sergipe – Sistema viário
2012

minal de Uso Privado (TUP), porém, é administrado pelo governo do estado.

Trata-se de um terminal *offshore* com um cais de acostagem a 2.400m da linha da costa, abrigado por um quebra-mar de 550m. O cais de acostagem, com extensão de 356m e largura de 17m, é alargado para 23,60m no trecho sul, numa extensão de 59,20m, o que permite a manobra de qualquer veículo. A profundidade natural é de 9,50m (maré mínima) elevada para 10,90m com dragagem. A atracação é realizada na face interna em dois berços, com capacidade de atender navios com no máximo 30.000 TPB. A área do retroporto é de 200 ha, com 785.000 m² de área alfandegada. A ponte de acesso ao cais, com estrutura de concreto, tem 2.400m de extensão, com 6,60m de largura, classe 36t, permitindo o tráfego nos dois sentidos. Dispõe de seis armazéns de cargas gerais, dois silos de armazenagem de cimento, com altura de 63m e capacidade total de 64 mil toneladas. Possui capacidade de operar cargas gerais como madeira, coque, ureia, trigo, fertilizantes e sucos naturais.

TURISMO

Nos últimos anos, o turismo em Sergipe tem apresentado crescimento significativo. O governo do estado tem realizado ações que foram primordiais para tornar possível esse crescimento.

Implantação de centros de informações turísticas, recuperação de patrimônio histórico, sinalização, revitalização de espaços públicos, construção de pontes e pavimentação de estradas para interligar destinos turísticos e facilitar o acesso dos turistas, foram algumas das ações realizadas no período. Essas intervenções foram realizadas pelo Ministério do Turismo (MTur) em todo o país, para promover o desenvolvimento dessa atividade, com impactos positivos na geração de negócios, emprego e renda.

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO (PRODETUR)

Atualmente tem se buscado a liberação de recursos do Prodetur, um programa do governo federal que apoia a construção de infraestrutura turística, a divulgação dos atrativos turísticos do estado e a qualificação da mão de obra ligada ao setor turístico. Parte desse programa é financiada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Os recursos pleiteados por Sergipe giram em torno dos U\$ 100 milhões, sendo U\$ 60 milhões do BID, por meio de operação de crédito, e o restante do governo federal, por meio de convênios (transferências voluntárias) com contrapartida do Tesouro Estadual.

Para obras que tiveram início em 2013, foram assinados contratos que somaram cerca R\$ 8,3 milhões. Pelos menos 13 municípios foram beneficiados com obras de drenagem, pavimentação de ruas, reforma e construção de praças. Serão direcionados recursos também para a melhoria da gestão dos órgãos públicos que trabalham com o turismo; elaboração de Planos de Desenvolvimento Integrado de Turismo Sustentável (PDITS), Polo Costa dos Coqueirais e Polo Velho Chico; qualificação de profissionais que atendem o turista; e elaboração de pesquisas e planos de *marketing*. Os recursos para realização dessas ações são oriundos de convênios com o MTUR, por meio do Prodetur Nacional.

PROGRAMAS SOCIAIS

SERGIPE MAIS JUSTO

Baseado em três eixos: transferência de renda; inclusão produtiva; e acesso aos serviços públicos, o Sergipe Mais Justo tem como objetivos fortalecer e ampliar políticas públicas de inclusão produtiva e geração de renda que beneficiem, primordialmente, a população sergipana que vive em situação de extrema pobreza.

O programa beneficiou mais de 70 mil famílias. Atua por meio de programas como Mão Amiga, Bolsa Família, Sergipe Alfabetizado, Distribuição de Sementes, Busca Ativa e os Novos Rumos (qualificação profissional e inclusão produtiva).

PROGRAMA MÃO AMIGA

Concede bolsa mensal de R\$ 190,00 aos trabalhadores rurais da cana-de-açúcar e da laranja no período da entressafra. A participação em cursos de qualificação profissional e alfabetização também fazem parte do programa. Os recursos são oriundos do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza (FUNCEP). Os municípios participantes podem ser observados no Mapa 17.

No período de 2009 a 2013 foram repassados, aproximadamente, R\$ 24 milhões, sendo cerca de R\$ 20 milhões referentes a 25.727 bolsas.

BOLSA FAMÍLIA

Estratégia para localização, inclusão no cadastro único e atualização cadastral de todas as famílias em situação de extrema pobreza, a fim de levar a essas famílias programas de transferência de renda, como o Programa Bolsa Família (PBF), inclusão produtiva e acesso aos serviços públicos. De acordo com informações da Caixa Econômica Federal (CEF), em 2012, 258.293 famílias foram beneficiadas com o programa, conforme pode ser visto no Mapa 18. Em janeiro de 2013, já estavam registradas 262.877 famílias na pobreza e extrema pobreza, recebendo o benefício. Essas famílias estavam distribuídas por todo o estado.

AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS – FRUTOS DA TERRA

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é uma das ações mais importantes para beneficiar os agricultores familiares e a população que depende de instituições como creches, escolas e asilos para ter uma boa alimentação. Valoriza o que é produzido pelos agricultores familiares e alimenta com qualidade milhares de crianças, jovens e idosos.

PAA FRUTOS DA TERRA

- 12 municípios já aderiram à ação
- 112 agricultores familiares beneficiados em 2011 e 108 em 2012
- 149 novas entidades socioassistenciais cadastradas, em 2012

PAA LEITE

- Valor investido: R\$ 42 milhões.
- Municípios atendidos: 35.

Fonte: Relatório Resultados do Plano Sergipe Mais Justo. SEIDES, 2012.

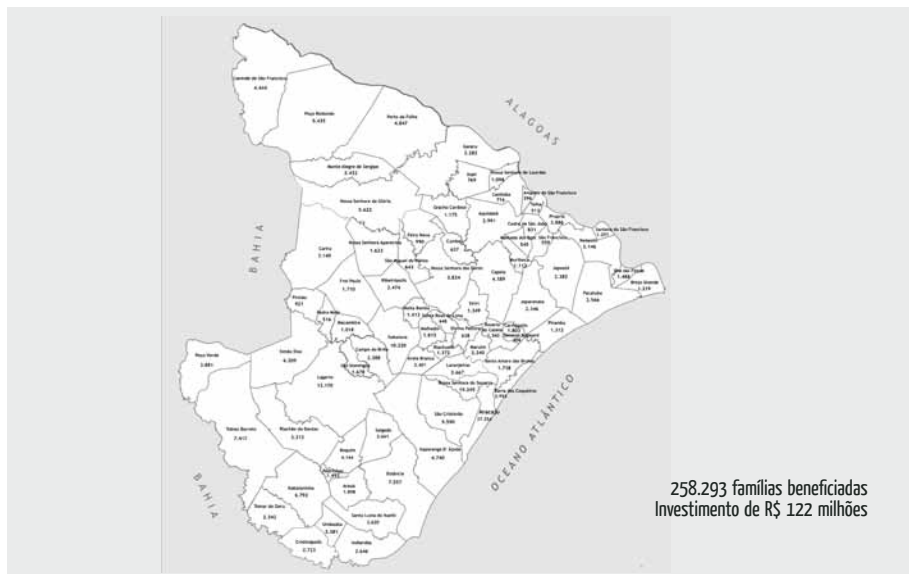
Mapa 17

Sergipe – Área de abrangência do programa *Mão Amiga*
2008-2012



Mapa 18

Sergipe – Programa Bolsa Família
2012



EMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI) – SEBRAE

Desde 2010, quando foi iniciado o cadastramento de microempreendedores em Sergipe, até o ano de 2013 foram cadastradas 61.143 pessoas, que além de terem o próprio negócio regularizado, passam a acessar crédito e previdência. São costureiras, cabeleireiros, pipoqueiros, pequenos comerciantes etc.

MATRIZ INSUMO PRODUTO

A matriz insumo produto apresenta, de forma sistemática, as relações de produção do estado. Ela é uma espécie de “foto” da economia, onde é possível ver como os 56 setores estão relacionados entre si, ou seja, quais setores suprem os outros de serviços e produtos (112) e quais setores compram de quais.

Logo, é possível identificar na matriz os fluxos de bens intermediários e bens finais. Aqui estão apresentados cartogramas dos fluxos de bens e serviços intrarregionais dos estados nordestinos. A matriz insumo produto do Nordeste foi elaborada pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB). Com esse instrumento podemos planejar uma rota de crescimento econômico para a região e “completar” o quadro da produção para reduzir as importações e aumentar as exportações da região, incentivando as trocas intrarregionais.

REPRESENTAÇÃO DOS FLUXOS DO CONSUMO INTERMEDIÁRIO E DEMANDA FINAL POR ESTADO

Em linhas gerais, a observação das tabelas permite que alguns aspectos ganhem destaque como:

- a Bahia é o maior polo fornecedor de produtos na região do Nordeste, seja para o consumo das indústrias ou para consumo das famílias, seguido pelos estados de Pernambuco e Ceará;

- nem sempre as ligações entre os estados do Nordeste ocorrem com maior intensidade com os vizinhos correspondentes, isso se deve, em parte, ao fato de que o sistema de comunicação interestadual não é muito eficiente, pois as rodovias e/ou ferrovias que poderiam fazer a comunicação entre as capitais e de suas cidades do interior não existem ou são mal conservadas;

- a forte relação de Sergipe com a Bahia é explicada, basicamente, pela ligação específica associada à cadeia de produção do petróleo.

As Tabelas 23 a 31, apresentam os fluxos existentes no Nordeste e a intensidade dos mesmos para cada estado da região.

Tabela 23**Destino da produção de Alagoas
(em R\$ milhões)**

2004

Origem/destino	Valor	%
AL/AL	16.402	80%
AL/RBR	2.682	13,1%
AL/Estados do Nordeste	1.423	6,9%
AL/SE	156	11%
AL/PE	614	43%
AL/PB	72	5%
AL/RN	19	1%
AL/CE	90	6%
AL/BA	417	29%
AL/PI	22	2%
AL/MA	32	2%
Total	20.507	

Nota: Fluxos comerciais que partem do estado; inclui consumo intermediário e demanda final.

Fonte: ISEED, 2012.

Tabela 25**Destino da produção do Ceará
(em R\$ milhões)**

2004

Origem/destino	Valor	%
CE-CE	47,085	81,4%
CE-RBR	7,525	13,0%
CE-Estados NE	3,249	5,6%
CE-RN	650	20,0%
CE-PB	352	11,0%
CE-PE	732	23,0%
CE-PI	288	9,0%
CE-AL	123	4,0%
CE-MA	312	10,0%
CE-SE	99	3,0%
CE-BA	692	21,0%
Total	57,860	

Nota: Fluxos comerciais que partem do estado; inclui consumo intermediário e demanda final.

Fonte: ISEED, 2012.

Tabela 24**Destino da produção da Bahia
(em R\$ milhões)**

2004

Origem/destino	Valor	%
BA-BA	113,344	77,4%
BA-RBR	29,001	19,8%
BA-Estados NE	4,171	2,8%
BA-SE	531	13,0%
BA-AL	566	14,0%
BA-PE	1,147	28,0%
BA-PI	202	5,0%
BA-PB	337	8,0%
BA-CE	717	17,0%
BA-RN	339	8,0%
BA-MA	332	8,0%
Total	146,516	

Nota: Fluxos comerciais que partem do estado; inclui consumo intermediário e demanda final.

Fonte: ISEED, 2012.

Tabela 26**Destino da produção do Maranhão
(em R\$ milhões)**

2004

Origem/destino	Valor	%
MA-MA	26,864	83,5%
MA-RBR	4,283	13,3%
MA-Estados NE	1,031	3,2%
MA-PI	312	30,0%
MA-CE	261	25,0%
MA-PE	171	17,0%
MA-PB	382	4,0%
MA-RN	29	3,0%
MA-AL	24	2,0%
MA-SE	17	2,0%
MA-BA	179	17,0%
Total	32,178	

Nota: Fluxos comerciais que partem do estado; inclui consumo intermediário e demanda final.

Fonte: ISEED, 2012.

Tabela 27**Destino da produção da Paraíba
(em R\$ milhões)**

2004

Origem/destino	Valor	%
PB-PB	17,165	79,5%
PB-RBR	2,507	11,6%
PB-Estados NE	1,914	8,9%
PB-RN	376	20,0%
PB-PE	680	36,0%
PB-AL	95	5,0%
PB-CE	365	19,0%
PB-SE	50	3,0%
PB-PI	35	2,0%
PB-BA	260	14,0%
PB-MA	53	3,0%
Total	21,587	

Nota: Fluxos comerciais que partem do estado; inclui consumo intermediário e demanda final.

Fonte: ISEED, 2012.

Tabela 29**Destino da produção do Piauí
(em R\$ milhões)**

2004

Origem/destino	Valor	%
PI-PI	12,372	86,2%
PI-RBR	1,351	9,4%
PI-Estados NE	634	4,4%
PI-MA	239	38,0%
PI-CE	211	33,0%
PI-PE	68	11,0%
PI-PB	13	2,0%
PI-SE	7	1,0%
PI-RN	13	2,0%
PI-AL	11	2,0%
PI-BA	71	11,0%
Total	14,357	

Nota: Fluxos comerciais que partem do estado; inclui consumo intermediário e demanda final.

Fonte: ISEED, 2012.

Tabela 28**Destino da produção de Pernambuco
(em R\$ milhões)**

2004

Origem/destino	Valor	%
PE-PE	55,588	81,3%
PE-RBR	7,773	11,4%
PE-Estados NE	5,000	7,3%
PE-PB	1,080	22,0%
PE-AL	477	10,0%
PE-SE	237	5,0%
PE-RN	382	8,0%
PE-CE	827	17,0%
PE-PI	138	3,0%
PE-BA	1648	33,0%
PE-MA	211	4,0%
Total	68,261	

Nota: Fluxos comerciais que partem do estado; inclui consumo intermediário e demanda final.

Fonte: ISEED, 2012.

Tabela 30**Destino da produção de Sergipe
(em R\$ milhões)**

2004

Origem/destino	Valor	%
SE-SE	14,201	78,3%
SE-RBR	2,562	14,1%
SE-Estados NE	1,369	7,6%
SE-AL	98	7,0%
SE-PE	104	8,0%
SE-PB	279	2,0%
SE-BA	970	71,0%
SE-RN	30	2,0%
SE-CE	82	6,0%
SE-PI	20	1,0%
SE-MA	37	3,0%
Total	18,132	

Nota: Fluxos comerciais que partem do estado; inclui consumo intermediário e demanda final.

Fonte: ISEED, 2012.

Tabela 31**Destino da produção do Rio Grande do Norte
(em R\$ milhões)**

2004

Origem/destino	Valor	%
RN-RN	19,920	80,5%
RN-RBR	3,701	14,9%
RN-Estados NE	1,136	4,6%
RN-PB	191	17,0%
RN-PE	151	13,0%
RN-CE	279	25,0%
RN-AL	19	2,0%
RN-SE	38	3,0%
RN-PI	22	2,0%
RN-BA	403	35,0%
RN-MA	33	3,0%
Total	24,758	

Nota: Fluxos comerciais que partem do estado; inclui consumo intermediário e demanda final.

Fonte: ISEED, 2012.

PRINCIPAIS CADEIAS PRODUTIVAS DO ESTADO

SETOR DA ECONOMIA - PRIMÁRIO

A pesquisa do IBGE/Produção Agrícola Municipal de Sergipe possibilita uma análise das principais áreas, produtos e produção das lavouras temporárias e permanentes no estado. Com relação às lavouras temporárias, a cana-de-açúcar foi responsável pela maior quantidade produzida (2.994.819 ton.), ou seja, aumento de 14,87% em comparação a 2009, seguida do milho em grão, cuja produção em 2010, alcançou 750.718 toneladas, representando um aumento de 6,74% em comparação a 2009.

O IBGE por meio da pesquisa da Produção da Pecuária Municipal aponta um tímido crescimento da pecuária em Sergipe. Comparando 2010 com 2009, o maior crescimento ocorreu na produção de galináceo, alcançando 4,25%, seguidos de ovino com 4,03% e asinino com 2,31%.

A produção de bovino encolheu em -0,27%. Os demais efetivos de rebanhos não conseguiram superar o índice de 1,36.

SETOR SECUNDÁRIO

Sergipe foi o estado que mais cresceu na região Nordeste durante a década de 1970 e a primeira metade da década de 1980. Esse desempenho está ligado aos investimentos do Sistema Petrobras, que implantou três unidades industriais no estado para extração e transformação de suas riquezas minerais. Houve também a implantação de empreendimentos privados incentivados pela Sudene e, ambos os fatores alteraram a estrutura econômica sergipana, que era fundamentada em uma economia rural.

No âmbito do estado de Sergipe, o processo de geração de novos negócios, foi apoiado no Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial (PSDI), que possibilitou, no período de 2007a 2010, a atração de 61 investidores ou empreendimentos industriais. Assim, foi possível ofertar 1.634.754m² de áreas industriais, onde foram investidos em infraestrutura e galpões o montante de R\$ 7,5 milhões, contemplando os municípios dos oito territórios sergipanos. A geração de novos negócios pressupõe, também, a formalização de micros e pequenas empresas, bem como a ampliação da Junta Comercial em territórios ainda não beneficiados.

Dessa forma, em Sergipe, é preciso implantar mais três Juntas Comerciais, para que sejam contemplados os territórios do Baixo São Francisco, na cidade de Propriá, Leste Sergipano, em Carmópolis e Médio Sertão, no município de Nossa Senhora das Dores.

SETOR TERCIÁRIO

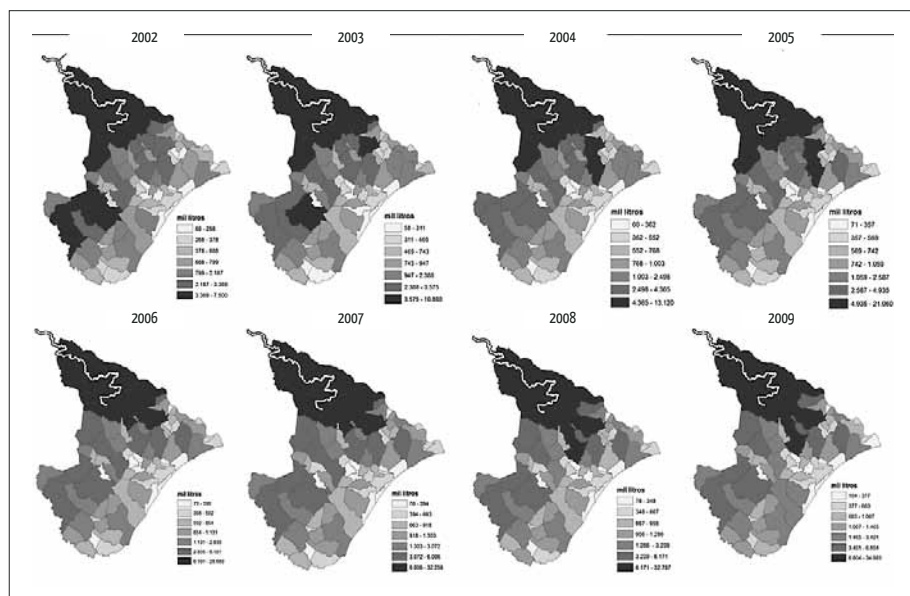
O setor de serviços no estado de Sergipe, apoiado pelos ramos das telecomunicações, transportes, turismo, comércio, além das atividades públicas e privadas de defesa, segurança, energia, saúde, educação, serviços bancários entre outros vem se desenvolvendo a cada ano. Em 2010, a participação na economia sergipana do setor de serviços contribuiu com 66,2% do PIB estadual. A indústria participou com 27,9% e a agropecuária com 5,9%. Assim, é notória a importância do setor terciário na composição da riqueza estadual. Administração pública, serviços de saúde, educação e transporte.

ALGUMAS CADEIAS PRODUTIVAS

Nos últimos dez anos, a pecuária leiteira foi uma das atividades que mais se desenvolveu na pecuária local. A produção estadual, que se concentra mais fortemente no Alto Sertão sergipano, quase triplicou em dez anos, apresentando-se como uma das grandes responsáveis pela geração de emprego e renda na região e pela manutenção de inúmeras famílias no campo. Em 2011, a produção estadual de leite chegou à casa dos 315,9 milhões de litros, a quinta maior da região, superando estados como Rio Grande do Norte e Paraíba, que historicamente tinham uma produção de leite superior a de Sergipe. No Mapa 19 é possível visualizar qual região do estado é mais relevante na produção de leite. Nele visualiza-se também como essa produção tornou-se cada vez mais concentrada no Alto Sertão Sergipano.

Em 2011, a quantidade de gado leiteiro (vacas ordenhadas) no estado chegou a 226,9 mil cabeças, volume 73,3% superior a quantidade registrada em 2001. Tanto o número de vacas ordenhadas como os ganhos de produtividade tem favorecido o desenvolvimento da atividade em Sergipe.

Mapa 19

Sergipe – Produção de leite
2002-2009

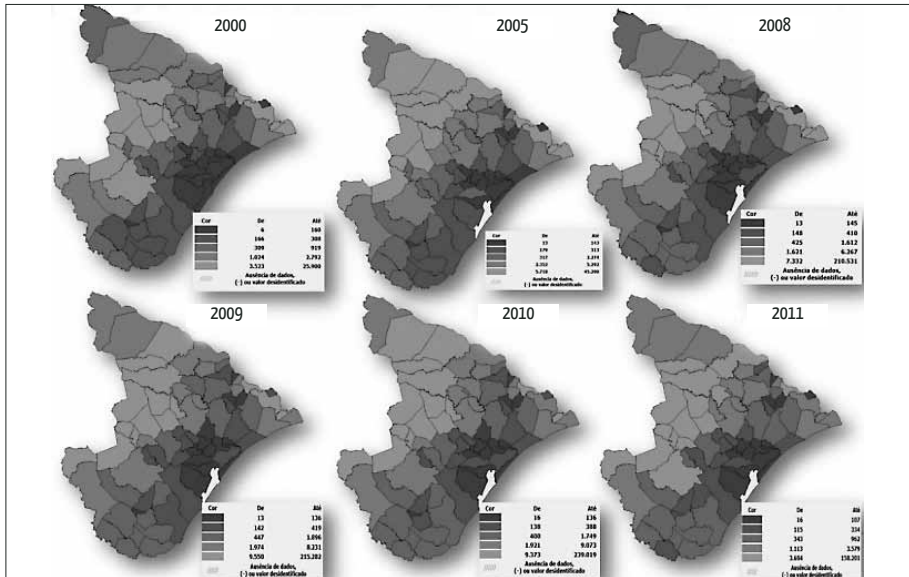
A importância da cultura do milho para a agricultura sergipana vem crescendo bastante nos últimos anos. Isto pode ser observado no Mapa 20, bem como, onde se concentra a produção.

Impulsionada pelo aumento da demanda, que tem garantido bons preços de venda ao produtor, esta lavoura tem contribuído para implantar uma nova dinâmica econômica em alguns municípios do estado. Através de programas como o de distribuição de sementes transgênicas e cessão de maquinário para apoio ao produtor, Sergipe começa a ocupar posição de destaque na produção nacional, alcançando a incrível marca de 750,7 mil toneladas em 2010, o melhor ano da lavoura. Prejudicado pela escassez de chuva, a produção estadual de milho diminuiu em 2011, porém ainda se mantém acima da média e fechou o ano em 480,4 mil toneladas.

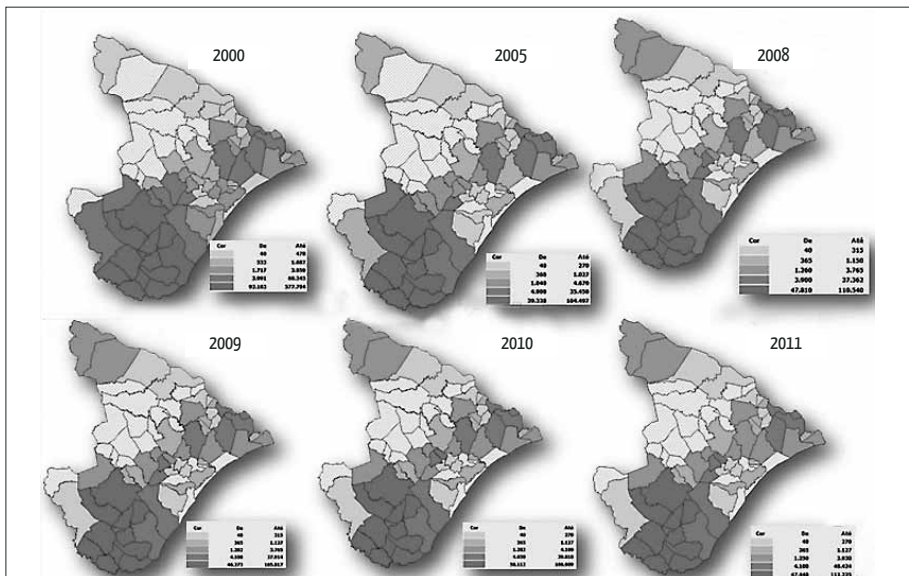
O Mapa 21, apresenta o desenvolvimento da fruticultura em Sergipe.

Dentre as lavouras, o grupo da fruticultura desponta como um dos segmentos mais importantes, embora apresente pouca diversificação. Especial relevância se reveste a citricultura. A atividade, que está mais presente em 14 municípios da região centro-sul do estado, é predominantemente conduzida por agricultores familiares que exploram cultivos com área inferior a 10 hectares.

Mapa 20

Sergipe – Produção de grãos
2000-2011

Mapa 21

Sergipe – Fruticultura
2002-2009

Fonte: Produção Agrícola Municipal 2011. IBGE, 2013.

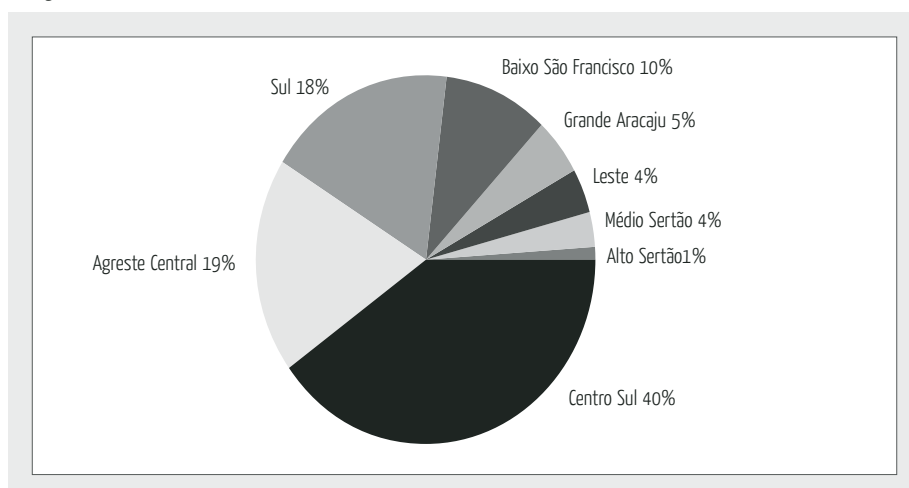
FRUTICULTURA NOS TERRITÓRIOS SERGIPANOS

A pesquisa Produção Agrícola Municipal de Sergipe, divulgada pelo IBGE, permite uma análise das principais áreas, produtos e produção das lavouras temporárias e permanentes no estado. Com relação às lavouras temporárias, em 2010, a cana-de-açúcar foi responsável pela maior quantidade produzida (2.994.819 toneladas), e apresentou um crescimento em sua produção de 14,87% em comparação a 2009. A segunda maior produção em toneladas foi a de milho em grão, que alcançou 750.718 toneladas, representando um aumento de 6,74% em comparação a 2009. Apesar de uma pequena retração da área plantada (redução de 0,3%), no comparativo entre 2010 e 2009, a produção cresceu 10,48%. Além desses produtos só a produção de abacaxi cresceu 8,37% e os demais produtos como: arroz, batata doce, fumo, mandioca, melancia e tomate, tiveram uma produção negativa no exercício de 2010.

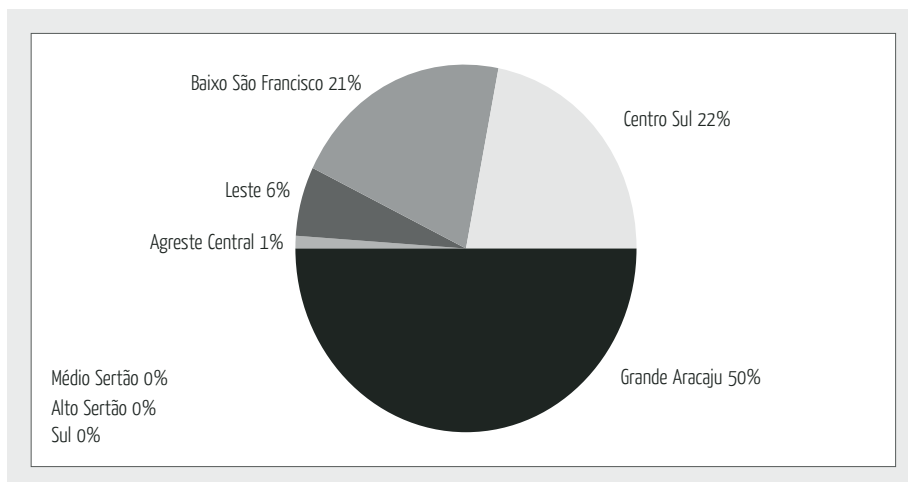
No que diz respeito às lavouras permanentes, a laranja e o coco-da-bahia, ocupam as maiores áreas colhidas em 2010, abrangendo 54.733 e 41.890 hectares, respectivamente. Quando se trata da quantidade produzida, a laranja também é responsável pela maior produção em 2010, alcançando 805.962 toneladas, mas com um crescimento de apenas 2,75% em relação ao ano anterior. Já o coco-da-bahia registrou uma queda considerável de (- 9,16%) totalizando 253.621 toneladas.

Gráfico 24

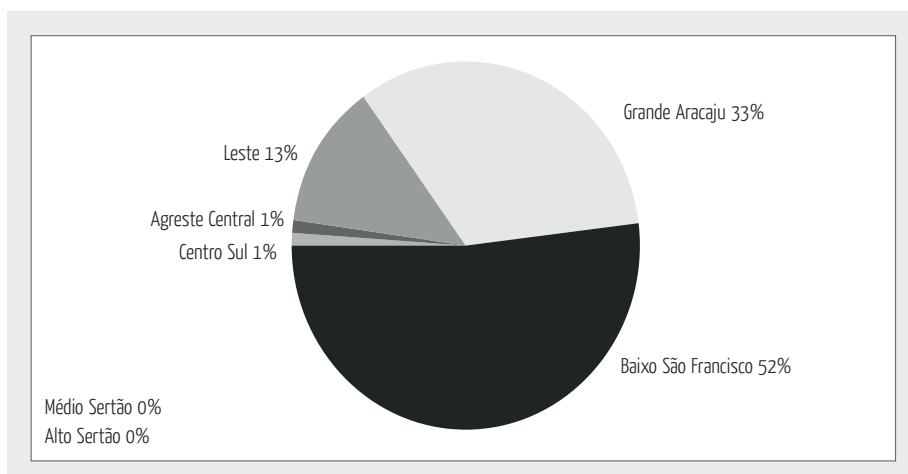
Sergipe – Produção de mandioca
2013



Fonte: Produção Agrícola Municipal 2011. IBGE, 2013.

Gráfico 25**Sergipe – Produção de coco-da-bahia
2013**

Fonte: Produção Agrícola Municipal 2011. IBGE, 2013.

Gráfico 26**Sergipe – Produção de cana-de-açúcar
2013**

Fonte: Produção Agrícola Municipal 2011. IBGE, 2013.

Os Gráficos 24, 25 e 26 apresentam a participação de cada Território de Planejamento na produção de mandioca, coco-da-bahia e cana-de-açúcar, culturas relevantes para Sergipe.

TRABALHO E RENDA

POPULAÇÃO EMPREGADA (2003 E 2010)

Segundo a RAIS/MTE, o estoque de empregos formais por setor de atividade, registrado em 2010 em Sergipe, totalizou 369.579, correspondendo a um aumento de 7,42% no número de trabalhadores com carteira assinada, no comparativo com 2008. Considerando a variação absoluta, o setor de serviços desponta com a criação de 10.949 vagas, seguido da construção civil (7.055), indústria de transformação (5.124) e do comércio com 4.957 postos de trabalho. Em termos relativos, o maior crescimento ocorreu na construção civil com 32,57%, seguida pela indústria de transformação (14,10%), serviços (12,27%), agropecuária (11,64%) e serviços industriais de utilidade pública (10,96%). No entanto, a indústria extrativa mineral e a administração pública registraram uma retração de 4,5% e 3,56%, após alcançar em 2009, uma elevação de 6,17% e 9,78%, respectivamente. Já no acumulado, os setores de atividades: administração pública (118.554) e serviços (100.189) registraram, mais uma vez, os maiores estoques de empregos formais em 2010. A Tabela 32 apresenta, por ano, o número de admissões e desligamentos. Nela, pode-se observar que o saldo é sempre positivo, apresentando melhor desempenho em 2010.

Tabela 32

Sergipe – Admissão e desligamento
2003-2010

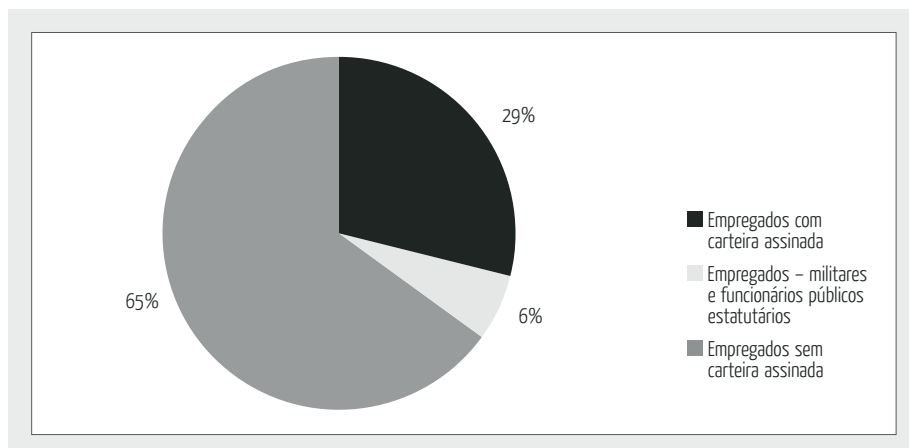
Ano	Admissão	Desligamento	Saldo
2003	25.951	50.469	2.482
2004	61.982	52.091	9.891
2005	64.234	56.590	7.644
2006	70.359	62.771	7.588
2007	75.928	67.173	8.755
2008	87.510	76.472	11.038
2009	89.875	78.677	11.198
2010	123.666	95.909	27.757

Fonte: Ministério do Trabalho - Cadastro geral de Empregados e Desempregados.

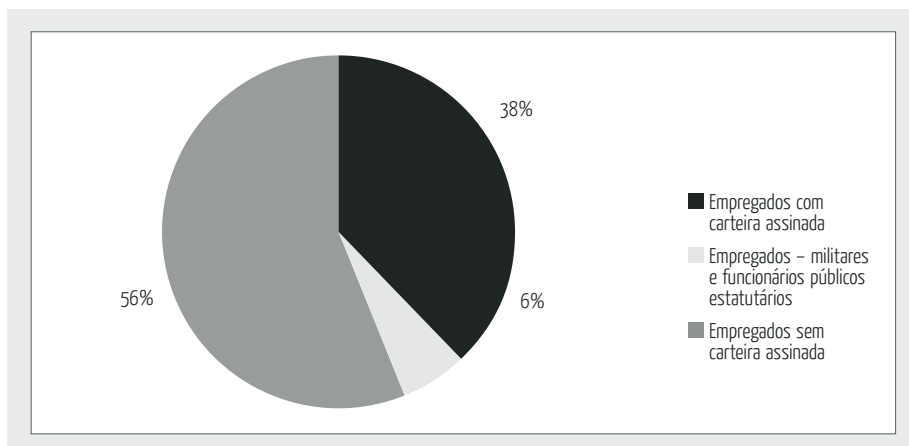
FORMALIZAÇÃO DO EMPREGO

Além da melhora quantitativa no mercado de trabalho formal em Sergipe, houve também uma melhora qualitativa, com novas oportunidades de empregos formais criadas. O percentual de trabalhadores formais, ou seja, com registro em carteira, que em 2001 representava apenas 29% dos tipos de

vínculos apresentados, passa em 2011 a responder por 38%. Essa formalização contribui para que haja garantia do salário-mínimo, assim como promove uma maior proteção em caso de desemprego, acidentes, gravidez, doenças, aposentadoria, entre outros benefícios sociais. Os Gráficos 27 e 28 apresentam a participação por tipo de vínculos empregatícios.

Gráfico 27**Sergipe – Participação por tipo de vínculos empregatícios (em %)**
2001

Fonte: PNUD/IBGE.

Gráfico 28**Sergipe – Participação por tipo de vínculos empregatícios (em %)**
2011

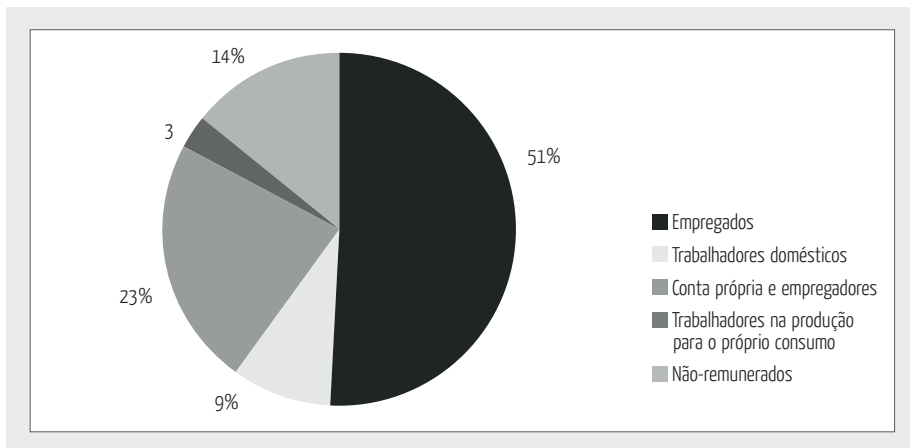
Fonte: PNUD/IBGE.

AUMENTA O EMPREENDEDORISMO

Os Gráficos 29 e 30 apresentam a participação de cada tipo de vínculo, em 2001 e 2011, respectivamente. Ao passo que se consegue gerar mais e melhores empregos na economia estadual, o trabalhador tem demonstrado uma tendência ao empreendedorismo. Em 2001, do total de vínculos regis-

Gráfico 29

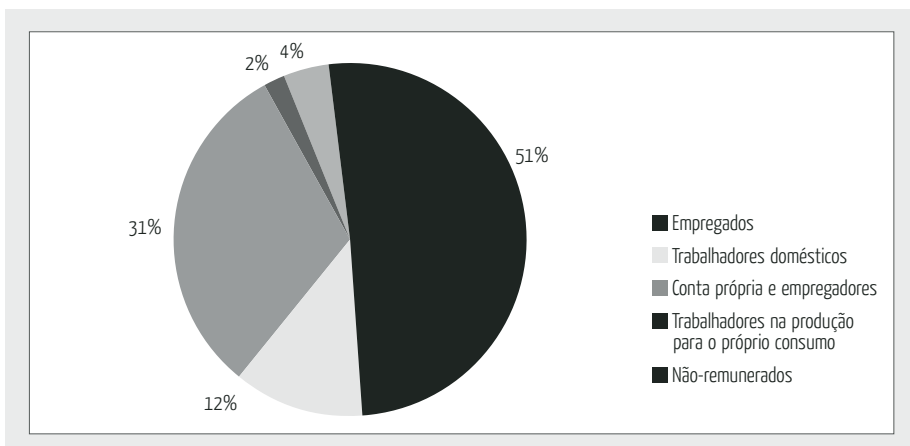
Sergipe – Participação por tipo de vínculos empregatícios (em %) 2001



Fonte: PNUD/IBGE.

Gráfico 30

Sergipe – Participação por tipo de vínculos empregatícios (em %) 2011



Fonte: PNUD/IBGE.

trados, apenas 23% se enquadravam como trabalhadores por conta própria e empregadores, em 2011 este percentual chegou a 31%, um aumento de 35% na participação no período. Em relação ao trabalho não remunerado entre 2001 e 2011 a taxa caiu de 14% para apenas 4% dos trabalhadores sergipanos.

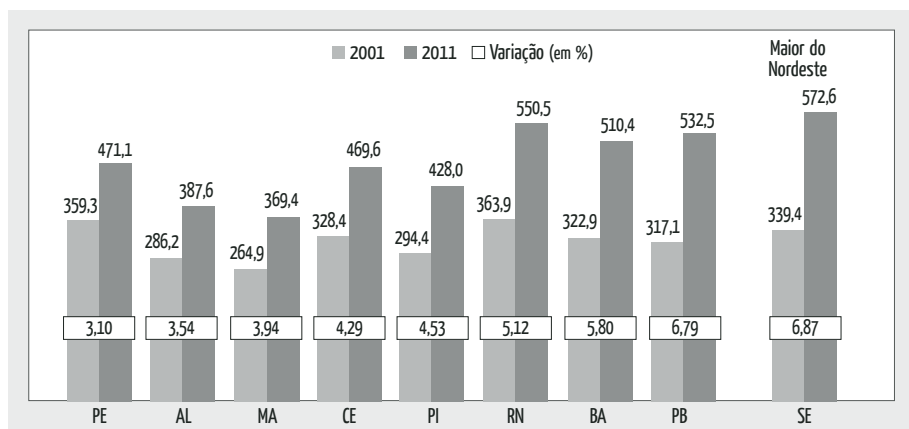
EVOLUÇÃO DA RENDA

Considerando os rendimentos do trabalho principal, todos os estados da região nordeste apresentaram índices superiores à média do crescimento do Brasil, contribuindo ainda mais para redução das desigualdades regionais. No Brasil, a taxa de crescimento girou em torno de 1,9%, enquanto na grande maioria dos estados da região, a taxa geométrica ficou acima de 3%, entre 2001 e 2011, confirmando a evolução da renda do trabalho principal.

O Gráfico 31 apresenta o valor do rendimento domiciliar *per capita* em cada estado do Nordeste, em 2001 e 2011.

Gráfico 31

Nordeste – Rendimento médio domiciliar *per capita* (em R\$*)
2001-2011



Fonte: PNAD/IBGE.

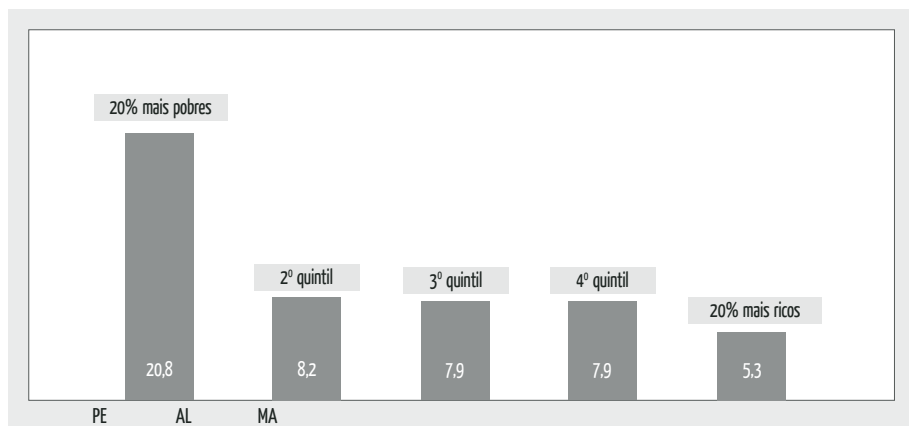
* Valores atualizados pelo INPC Jan/2011.

CRESCIMENTO NA RENDA DO MAIS POBRE

O crescimento econômico na década analisada foi mais significativo para a população sergipana com renda mais baixa, diminuindo a diferença entre os que detêm mais recursos dos mais pobres. Entre 2001 e 2011, a renda dos 20% mais pobres cresceu em um ritmo superior à renda dos 20% mais ricos, como mostra o Gráfico 32. Enquanto a renda domiciliar média real dos 20% mais pobres cresceu quase 20,8% ao ano, este índice foi de 5,3% entre os 20% mais ricos.

Gráfico 32

Nordeste – Taxa de crescimento geométrico anual da renda (em %)
2001-2011



Fonte: PNAD/IBGE.

As médias incluem a renda zero.

As rendas não definidas foram consideradas valores *missing*.

Valores reais com base em maio/2012.

CONDICIONANTES AMBIENTAIS

Sergipe possui duas unidades de conservação de uso sustentável na categoria de Área de Proteção Ambiental (APA), de âmbito estadual que estão sob a gestão do governo do estado administradas pela Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (SEMARH).

ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL MORRO DO URUBU

Localizada na área urbana de Aracaju, limita-se ao norte com o rio do Sal, ao leste com o rio Sergipe, e ao sul e oeste com as áreas urbanas da zona norte do município. Trata-se da região onde originalmente predominava a Mata Atlântica e seus ecossistemas associados, além de enclaves de Cerrado. Criada e regulamentada pelos Decretos nº 13.713, de 16 de junho de 1993, e nº 15.405, de 14 de julho de 1995, a área vem sofrendo pressão urbana e se descaracterizando cada vez mais. O complexo de vegetação encontra-se hoje bastante comprometido, sobretudo pela invasão, construção e urbanização das favelas na área.

ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO LITORAL SUL DO ESTADO DE SERGIPE

Transformada em unidade de conservação por meio do Decreto nº 13.468 de 22 de janeiro de 1993, define a estrutura de ocupação da área compreendida entre a foz do Rio Vaza Barris e a desembocadura do Rio Real, com cerca de 55,5

km de costa e largura variável de 10 a 12 km, do litoral para o interior. Abrange os municípios de Itaporanga d'Ajuda, Estância, Santa Luzia do Itanhy e Indiaroba. Inserir-se nesta Área de Proteção Ambiental - APA as praias mais habitadas do estado, destacando-se a Caueira, Saco e Abais. Observam-se também as maiores áreas de restingas arbóreas, manguezais e manchas mais preservadas de Mata Atlântica.

ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL LITORAL NORTE

Por meio do Decreto nº 22.995 de 9 de novembro de 2004 foi instituído a Área de Proteção Ambiental (APA) Litoral Norte. Compreendendo um perímetro de aproximadamente 473,12 km², a unidade situa-se nos municípios de Pirambu, Japoatã, Pacatuba, Ilha das Flores e Brejo Grande, e tem como objetivo geral a promoção do desenvolvimento econômico-social da área, voltada às atividades que protejam e conservem os ecossistemas ou processos essenciais à biodiversidade, à manutenção de atributos ecológicos e à melhoria da qualidade de vida da população.

REFÚGIO DE VIDA SILVESTRE MATA DO JUNCO

O Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco, localizado no município de Capela, a 67 km da capital sergipana, é um dos maiores remanescentes de Mata Atlântica de Sergipe, com uma área total aproximada de 766 ha. Criado pelo Decreto 24.944 de 26 de dezembro de 2007, o Refúgio objetiva preservar um fragmento do bioma brasileiro mais afetado pela ação antrópica, a Mata Atlântica, considerada um dos 34 *hotspots* mundiais, ou seja, ecossistemas com elevada biodiversidade e que sofreram severa destruição, correndo risco iminente de desaparecer.

MONUMENTO NATURAL GROTA DO ANGICO

O Monumento Natural Grota do Angico, unidade de conservação estadual criada através do Decreto 24.922 de 21 de dezembro de 2007, está situada no Alto Sertão Sergipano, a cerca de 200 km de Aracaju, entre os municípios de Poço Redondo e Canindé de São Francisco, às margens do Rio São Francisco. A região abriga remanescentes florestais da Caatinga, bioma exclusivamente brasileiro e quase em sua totalidade nordestino.

A Grota do Angico possui valor histórico e cultural para o sertão sergipano e para o Nordeste. A região foi alvo da rota do Cangaço e foi o cenário da morte do maior ícone deste movimento, Virgolino Ferreira, o Lampião, além de sua companheira Maria Bonita e outros nove cangaceiros, em 28 de julho de 1938, pela polícia volante de Alagoas.

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO EM FASE DE RECATEGORIZAÇÃO

A Lei nº 2.825 de 30 de julho de 1990 define como “Paisagem Natural Notável” e área de especial proteção ambiental todo o trecho do rio Sergipe, que serve de divisa entre os municípios de Aracaju e Barra dos Coqueiros, compreendendo as margens e todo o leito do rio Sergipe, tanto na parte permanente coberta pelas águas, quanto naquela que somente o é por efeito dos movimentos de maré, tanto no segmento que se estende até o mar, quanto naquele que sai em demanda do rio Poxim.

A Lei nº 2.795 de 30 de março de 1990 define áreas de proteção ambiental da foz do rio Vaza-Barris, que compreende as Ilhas do Paraíso e da Paz, localizadas respectivamente na foz do rio Vaza-Barris e do rio Santa Maria, em frente ao Povoado Mosqueiro.

PROJETO TAMAR – PIRAMBU

Pirambu foi à primeira base do Tamar instalada no Brasil, em 1982. Monitora 53 km de praias e protege quase 2.400 desovas e 106 mil filhotes de tartarugas, a cada temporada. Cerca de 80% são da espécie oliva, a menor entre as tartarugas marinhas que ocorrem no Brasil, também conhecida na região como tartaruga pequena, com comprimento curvilíneo de casco entre 70 e 74 cm.

Pirambu é município de Sergipe desde 1965, e fica a 80 quilômetros de Aracaju, é sede da Coordenação Regional do Projeto Tamar-ICMBio de Sergipe e Alagoas. Pirambu é o nome de um peixe típico da região, cuja população é constituída basicamente de pescadores de arrasto de camarão, principal atividade que absorve quase que exclusivamente mão de obra masculina.

MANGUEZAIS

Um mapeamento inédito feito pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente identificou a existência de 250 Km² de área de mangues no litoral sergipano. Porém, mesmo o pouco que resta da vegetação original está ameaçada pela especulação imobiliária em áreas urbanas e pela produção clandestina de culturas aquíferas no interior do estado.

Entre as principais ameaças aos manguezais em Sergipe, estão a expansão e especulação imobiliária, além da aquicultura clandestina em cidades litorâneas no interior sergipano, entre elas a produção do camarão. Na zona urbana, desde bairros nobres como o Jardins até áreas de invasão em zonas populares, vários são os focos de agressão aos manguezais, que constituíam boa parte da vegetação original de Aracaju.

PASSIVOS AMBIENTAIS

RECUPERAÇÃO DE MATA CILIAR

Diversas ações de revitalização e recuperação do rio São Francisco estão em andamento ou em estudo, através de parcerias com o Ministério da Integração Nacional. Entre elas, obras que implicam na regularização das águas e melhoria das condições fluviais do rio, bem como no aumento da oferta hídrica de melhor qualidade para usos múltiplos.

Um exemplo concreto são as ações de desassoreamento do trecho da travessia do São Francisco próximo à sua foz, na região de Neópolis/Penedo, ao custo de R\$ 425 mil, e ainda as obras de conformação do leito do rio no trecho navegável entre Pirapora e Juazeiro.

O reflorestamento de nascentes, margens e áreas degradadas, bem como a recuperação e controle de processos erosivos na bacia enquadram-se no tipo de ação considerada estratégica para a revitalização, sendo a degradação da vegetação e os processos erosivos já instalados um problema crônico que repercute negativamente, de diversas maneiras, na qualidade dos recursos hídricos.

Podem ser citados o convênio com o Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais para reflorestamento de margens e áreas degradadas na região norte do estado, os convênios com a Universidade Estadual da Bahia e Embrapa/Funder para a recuperação da cobertura vegetal de nascentes da região do submédio São Francisco, e ainda o convênio com a Agência Nacional de Águas para financiamento de projetos de recuperação de micro-bacias de Minas Gerais, os quais totalizam R\$ 6,3 milhões.

As obras de contenção do Dique Cotinguiba/Pindoba, em Sergipe, é outra importante ação em curso incidente junto às margens do rio na região do baixo São Francisco. Tal região também foi contemplada com projetos de revitalização de pequenas várzeas, em convênio com a Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Alagoas. Foram destinados R\$ 4,5 milhões para essas ações.

AGRAVOS AMBIENTAIS

CONTAMINAÇÃO DE CORPOS HÍDRICOS

Aproximadamente 27% do abastecimento de água da capital Aracaju, é proveniente da sub-bacia do rio Poxim, cujas áreas de recarga, antes ocupadas por vegetação nativa, vêm sendo substituídas pela atividade agropecuária, principalmente pelo cultivo da cana-de-açúcar.

OPORTUNIDADES PARA EXPLORAÇÃO DE TURISMO

São áreas que merecem, mais oportunidades de exploração, pois ganham destaque pela sua riqueza natural:

Morro do urubu: local de bastante biodiversidade, porém é necessário uma reforma para atrair mais turistas.

Pirambu: Lagoas, praias extensas, dunas, manguezais e coqueirais fazem parte do cenário de Pirambu, oferecendo lazer, atividades esportivas e muita ecologia aos visitantes.

Na desembocadura do rio Japarutuba tem um terminal pesqueiro que recebe mais de 40 barcos, que fazem parte de um dos belos cenários da praia.

Canindé do São Francisco: Um dos passeios mais bonitos do Sergipe é o de escuna ou catamarã pelo rio São Francisco. O ponto de partida é a cidade de Canindé, a 200 km de Aracaju. Depois de meia hora de navegação, chega-se ao imponente cânion do Xingó, com direito a mergulho nas águas verdes e cristalinas do Velho Chico. Barquinhos levam ao miolo dos cânions, onde as embarcações de maior porte não conseguem entrar.

Ilha da Sogra – Estância: A tão famosa Ilha da Sogra é um banco de areia, com formato de ferradura que, durante o dia é deserta e no cair da tarde, fica coberta pelas águas do rio e do mar. Como fica situada entre o rio e o mar, de um lado é possível tomar banho na água salobra do rio e do outro, que é banhado por mar aberto, usufruir de uma temperatura mais quente e relaxante. Para chegar a famosa Ilha da Sogra, os turistas vão a passeio na Escuna Gazela, que tem um belíssimo roteiro ecológico pelo litoral, onde se pode conferir a reserva de mata atlântica, os manguezais e algumas ruínas históricas.

Laranjeiras: O município de Laranjeiras, a 23 km de Aracaju, é um dos poucos onde ainda se pode ver a força da arquitetura colonial. Ruas, casarios, igrejas, tudo respira a mais pura história. Laranjeiras já foi a mais importante cidade sergipana. Berço da cultura, da educação, da política e da economia. Este município só não se tornou a capital de Sergipe por conta de uma manobra política do Barão de Maruim, que transferiu a sede de São Cristóvão para Aracaju.

PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL GERAL

Um possível racionamento de energia, provocado pela baixa do nível das hidrelétricas em decorrência da seca, fez com que a discussão sobre fontes alternativas de energia ganhassem força. A baixa vazão da Hidrelétrica de Xingó acendeu o sinal amarelo. Foi justamente durante esse período de alerta que aconteceu a inauguração do Parque Eólico da Barra dos Coqueiros.

Localizado no município de Barra dos Coqueiros é um projeto genuinamente sergipano e desenvolvido por técnicos do estado. Tem como finalidade

garantir contribuição para o crescimento de energia limpa para o Brasil, com a produção ecologicamente correta.

Toda energia nele produzida está sendo distribuída para o Operador Nacional do Sistema Elétrico que é repassada para residências e indústrias através das concessionárias de energia.

O projeto custou R\$ 125 milhões e foi construído numa área estratégica, onde os ventos mantêm os 23 aerogeradores sempre em movimento, produzindo, em conjunto, 34,5 megawatts de energia, suficiente para abastecer uma cidade de 120 mil habitantes, a exemplo de Lagarto ou Itabaiana.

Além da produção de energia eólica, Sergipe tem experimentado outras fontes energéticas alternativas, a exemplo da bioenergia. Com a recente instalação de usinas de produção de açúcar e álcool no estado, foi adotado o sistema de produção de energia através da queima do bagaço da cana-de-açúcar. O vapor produzido aciona turbinas conectadas a geradores, que transforma a energia mecânica em eletricidade. Esse sistema de produção já é utilizado na Usina Pinheiro, instalada em Laranjeiras, e nas Usinas Taquari e Campo Lindo, ambas em Capela. A energia gerada por essas indústrias é suficiente para consumo interno. O excedente é comercializado. “A bioenergia é uma energia renovável que apresenta significativa redução das emissões de gases poluentes, com geração sazonal e excelente potencial de complementaridade do sistema hidrelétrico”, defende Osvaldo Franco, diretor da Usina Pinheiro.

A produção de energia termelétrica – produzida através do aquecimento da água – é a alternativa que pode se tornar viável em Sergipe. Está em processo licitatório o empreendimento de uma termelétrica a óleo, que será construída em Nossa Senhora do Socorro.

Podemos ressaltar também o Programa Sergipe Cidades, desenvolvido pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano. Trata-se de uma iniciativa do governo sergipano que busca implementar o desenvolvimento sustentável nos municípios do interior do estado.

Outra prioridade é o desenvolvimento dos chamados Arranjos Produtivos Locais (APLs), que são aglomerações de empresas com a mesma vocação produtiva, localizadas em uma única região.

CONDIÇÕES GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL

ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

A Estrutura Organizacional do Poder Executivo Estadual encontra-se definida na Lei nº 7.116/2011. Nela estão compreendidos órgãos e entidades, a estrutura hierárquica entre eles, as vinculações entre os órgãos da Administração Direta e as Entidades da Administração Indireta, bem como suas competências básicas para o atendimento das necessidades da sociedade sergipana.

O reordenamento organizacional criado pela Lei nº 7.116 buscou aprimorar a administração estadual, reorganizando competências e atribuições para tornar a máquina pública mais eficiente e voltada para resultados, sem esquecer os paradigmas inaugurados no atual governo: territorialidade e participação popular.

A nova formação privilegiou a redução do número de secretarias das áreas-meio, com a fusão das antigas Secretarias de Estado do Planejamento e da Administração em uma única estrutura mais robusta, a nova Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão (Seplag). Além disso, essa lei expandiu as atividades finalísticas, distribuindo melhor os investimentos em duas secretarias ligadas à área de infraestrutura: a Secretaria de Estado da Infraestrutura e do Desenvolvimento Energético Sustentável (Seinfra) e a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano (Sedurb).

A área social também saiu fortalecida com a redistribuição das atividades ligadas às políticas públicas de cidadania, minorias e gênero. Foram criadas a

Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Cidadania (SEDHUC), a Secretaria Extraordinária de Políticas para as Mulheres (SEPM), a Subsecretaria de Estado de Articulação com os Movimentos Sociais e Sindicais (SUBSEAS) e a Subsecretaria de Estado de Articulação com os Municípios (SUBSEAM). Na área das políticas de desenvolvimento, o governo voltou a contar com uma secretaria exclusiva para o turismo.

Diante da necessidade de enfrentar os desafios do planejamento e da gestão, tornou-se imperioso construir a identidade estratégica a partir da meta mobilizadora da gestão: a erradicação da miséria em Sergipe até 2016. Para avançar ainda mais, o governo estadual reafirmou seu compromisso com a população mais carente, priorizando programas, projetos e ações estruturantes que possam garantir, efetivamente, a inclusão social e produtiva desses cidadãos.

ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

■ SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL

Órgãos vinculados: Secretaria Especial da Articulação Política e das Relações Institucionais, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres – SEPM, Subsecretaria de Estado do Patrimônio Histórico e Cultural – SUBPAC, Subsecretaria de Estado de Articulação com os Movimentos Sociais e Sindicais – SUBSEAS, Subsecretaria de Estado de Articulação com os Municípios – SUBSEAM, Emgetis - Empresa Sergipana de Tecnologia da Informação.

■ SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO

Órgãos vinculados: Subsecretário de Estado de Governo – SUBSEG, Segrase - Serviços Gráficos de Sergipe, Ouvidoria Geral do Estado

■ SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

Órgãos Vinculados: Ipes saúde - Instituto de Promoção e Assistência à Saúde dos Servidores de Sergipe, Ipes previdência – Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Sergipe

■ SECRETARIA DE ESTADO DA COMUNICAÇÃO SOCIAL

■ SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

■ SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA

■ SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

Órgãos Vinculados: Banco do Estado de Sergipe (Banese)

■ SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL E AGRÁRIO

Órgãos vinculados: Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe - Emdagro, Companhia de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Irrigação de Sergipe - Cohidro, PRONESE.

■ SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO

Órgãos Vinculados: Empresa Sergipana de Turismo - Emsetur

- **SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA**
Órgãos vinculados: Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor – PROCON-SE
- **SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**
Órgãos vinculados: Hemolacen – Inst. de Hemoterapia e de Atividade de Laboratório, Central de Saúde Pública – Hemolacen - “Parreiras Horta”, Hospital de Urgência de Sergipe Gov. João Alves Filho - HUSE
- **SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA**
Órgãos Vinculados: Superintendência da Polícia Civil, Polícia Militar, DETRAN, Corpo de Bombeiros, Coordenadoria Geral de Perícia
- **SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA**
Órgãos vinculados: Companhia Estadual de Habitação e Obras Públicas de Sergipe - Cehop, Departamento Estadual de Infraestrutura Rodoviária de Sergipe – DER-SE, Sergipe Gás S.A. - Sergás
- **SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS**
Órgãos vinculados: Administração Estadual do Meio Ambiente - Adema.
- **SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA**
Órgãos vinculados: Companhia de Desenvolvimento Industrial de Recursos Hídricos de Sergipe - Codise, Instituto Tecnológico e de Pesquisa do Estado de Sergipe - ITPS, Junta Comercial de Sergipe - Jucese, Fundação de Apoio à Pesquisa e à Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe - Fapitec.
- **PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**
- **SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**
Órgãos Vinculados: Fundação Aperipê de Sergipe – Televisão Rádio AM-FM
- **SECRETARIA DO ESTADO DA INCLUSÃO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL**
Órgãos Vinculados: Fundação Renascer, defesa civil.
- **SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER**
- **CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO**
- **SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO, JUVENTUDE E PROMOÇÃO DA IGUALDADE**
- **DEFENSORIA GERAL DO ESTADO**
- **SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E DA CIDADANIA**

NÚMERO DE SERVIDORES E CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS

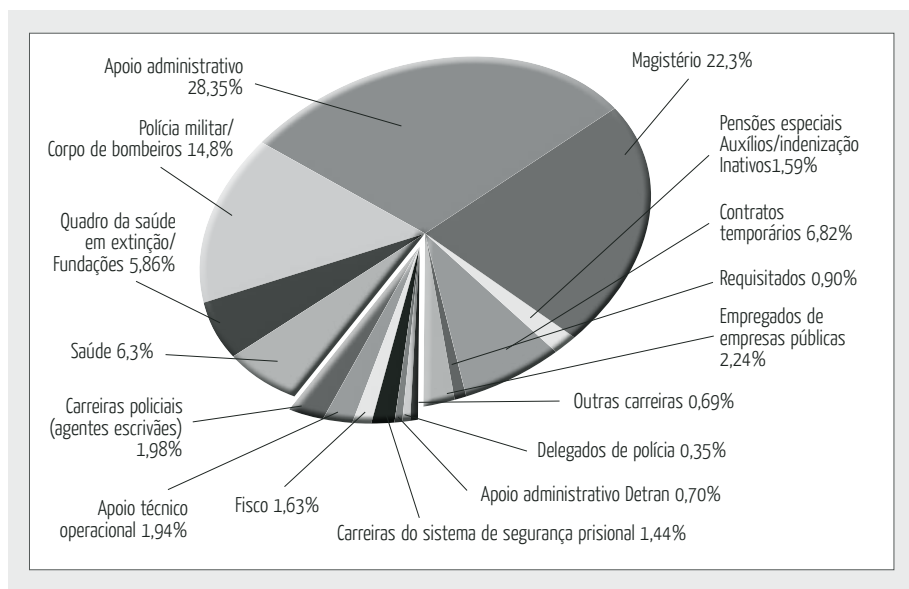
O departamento geral de pessoal registrou, em dezembro de 2011, o total de 43.578 vínculos processados, distribuídos conforme a Tabela 33.

Tabela 33**Sergipe – Número de servidores
2003-2010**

Sevidores estatutários	38.405
Empregados de empresas públicas	912
Requisitados	367
Contratos temporários	2.870
Pensões/indenizações/auxílios/inativos*	1.114

*As pensões especiais/auxílios/indenizações de inativos passaram a ser processados pelo Sistema de Pessoal (Sipes) em fevereiro de 2011.

O Gráfico 31 apresenta a distribuição de pessoal em algumas categorias.

Gráfico 33**Sergipe – Distribuição de pessoal
2011**

Fonte: Relatório de Gestão Anual/Seplag, 2011.

FOLHA DE PAGAMENTO COM PESSOAL

No que se refere à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), Sergipe atendeu a todos os seus limites máximos, destacando-se a despesa líquida total de pessoal, que representou em 2012 58,62% da receita corrente líquida, sendo: 48,27% do Poder Executivo, 5,16% do Poder Judiciário, 2,91% do Poder Legislativo e 1,73% do Ministério Público.

MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

■ **Articulação com os Movimentos Sociais e Sindicais** - a subsecretaria tem a função de articular junto aos movimentos sociais, com o objetivo de fazer cumprir sua missão de contribuir para o crescimento e desenvolvimento do estado, a partir da promoção da harmonização das relações da administração pública com os movimentos sociais e sindicais, por meio da promoção de diversas reuniões e negociações com movimentos sociais.

■ **Controle Interno e Transparência** - projeto piloto da primeira Unidade Setorial de Controle Interno (USCI), o Portal da Transparência de Sergipe.

■ **Gestão da Política Estadual de Tecnologia da Informação (TI)** - implantação do Centro de Gerência da Rede Multimídias com a finalidade de reduzir o tempo de indisponibilidade da rede do governo do estado de Sergipe. Implantação da ferramenta de análise de vulnerabilidades OSSIM (sistema de computador que monitora e integra mais de 100 ferramentas diferentes de monitoramento), para dar maior segurança à rede corporativa do governo; elaboração de projetos e acompanhamento da instalação e implantação das redes de fibra ótica, que futuramente irão compor o anel ótico da rede metropolitana de alta velocidade do governo de Sergipe.

■ **Certificação Digital** - a Segrase foi autorizada a atuar como Autoridade de Registro (AR), vinculada à Autoridade Certificadora Imprensa Oficial do Estado de São Paulo S.A. (IMESP), podendo comercializar certificados digitais, ampliando os serviços oferecidos.

■ **Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas** - desde 2011 funciona no âmbito da Sepalg a Sala de Situação. Em 2012, dentre os principais planos e programas estratégicos elaborados e acompanhados, destacam-se o Sergipe Mais Justo (Plano para erradicação da pobreza extrema); a Agenda do Sertão (Plano para enfrentamento dos efeitos da seca, que atingiu 18 municípios que decretaram estado de emergência).

■ **Modernização e Centros de Atendimento ao Cidadão (CEACs)** - com a implantação do sistema e-DOC em todo o governo do estado, a tramitação de documentos é feita por meio eletrônico. O sistema permite a elaboração de documentos oficiais, com validade legal, reduzindo custos com impressão e transporte de documentos, aliando, assim, eficiência e sustentabilidade.

■ **Recursos Humanos e Concursos Públicos** – implantação do Programa de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados e do Distrito Federal (PNAGE) no estado de Sergipe;

■ **Previdência dos Servidores Públicos Estaduais** - criação do relatório estatístico e gerencial denominado Sergipe Previdência em Números ob-

jetivando maior transparência na gestão, e uma visualização mais abrangente dos resultados gerenciais, orçamentários, financeiros e previdenciários.

■ **SEPLAG** - construção de agendas transversais para as temáticas da criança e adolescente, mulheres, quilombolas e afrodescendentes, a partir de dados do Plano Plurianual (PPA) 2012-2015 e do Orçamento Geral do Estado de 2012. Também foi elaborado um Projeto para Desenvolvimento de um novo Módulo no i-Gesp para o Plano Plurianual, em consonância com a nova metodologia definida pelo governo federal, a partir do PPA 2012-2015.

POLÍTICA LOCAL – COLIGAÇÕES E TENDÊNCIAS

A tendência para as eleições de 2014 é que tenhamos três fortes candidatos a governador: Jackson Barreto (PMDB), que poderá ter o apoio do PT, do PSB e do PCdoB, Eduardo Amorim (PSC), que hoje lidera, junto com o seu irmão, o empresário Edvan Amorim, um conglomerado de 14 partidos, e o atual prefeito de Aracaju João Alves (DEM), que poderá ter o apoio do PSDB, PPS e outros partidos menores. Destes, apenas João Alves ainda não admitiu que será candidato. A Tabela 13 apresenta o quantitativo de eleitores divididos por faixa etária.

Tabela 34

Sergipe – Eleitorado sergipano por faixa etária
2007-2010

Faixa etária	2007	2008	2009	2010
Total	1.313.351	1.367.697	1.378.230	1.425.973
16 anos	5.465	13.315	2.338	14.193
17 anos	16.426	23.300	16.604	20.269
18 a 20 anos	105.842	106.797	99.599	102.655
21 a 24 anos	156.516	158.342	160.979	160.702
25 a 34 anos	349.760	358.798	364.266	371.006
35 a 44 anos	270.632	2764.98	282.560	288.384
45 a 59 anos	249.211	261.414	273.911	282.163
60 a 69 anos	90.859	95.940	99.671	103.502
70 a 79 anos	47.148	49.493	525.68	54.877
Superior a 79 anos	21.492	23.800	25.734	282.22

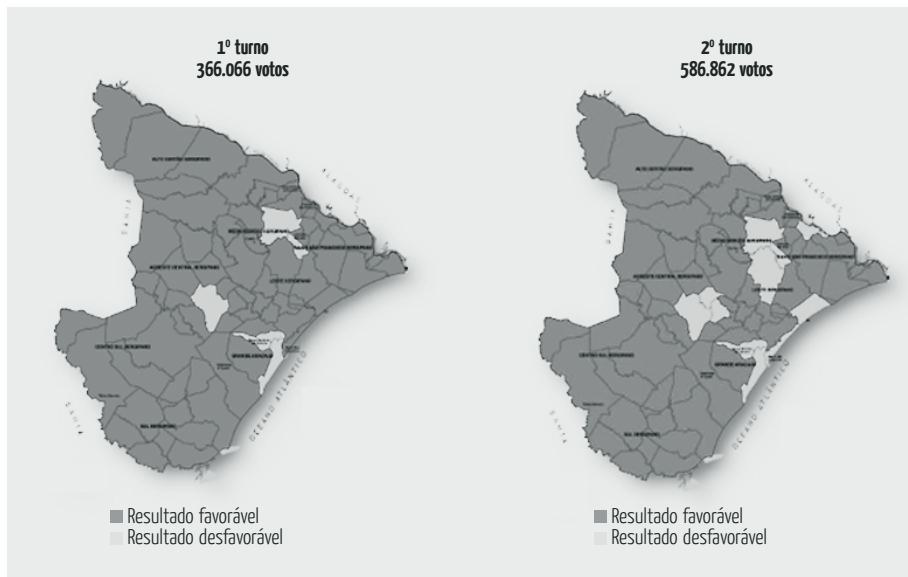
Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

O Mapa 23 apresenta o resultado do 1º e do 2º turno, da última eleição presidencial (2010) em Sergipe, por município.

No Mapa 24, é apresentado o resultado da eleição para governador de Sergipe, que foi decidida no 1º turno.

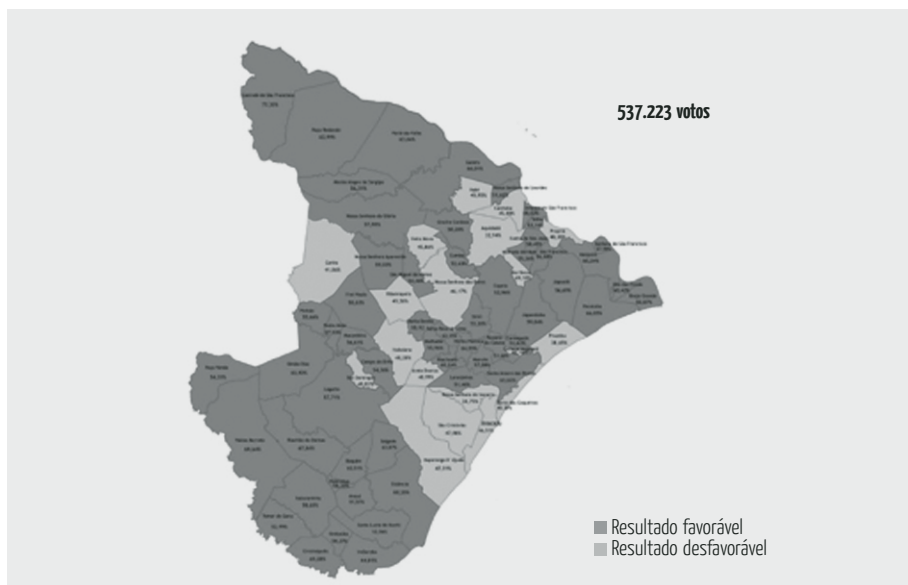
Mapa 22

Sergipe – Resultado da eleição presidencial 2010



Mapa 23

Sergipe – Resultado da eleição para governador 2010



A Tabela 35 apresenta o resultado da eleição para prefeito nos municípios que apresentaram vitória de candidatos do PT.

Tabela 35

**Sergipe – Resultado das eleições para prefeito no estado de Sergipe
2008**

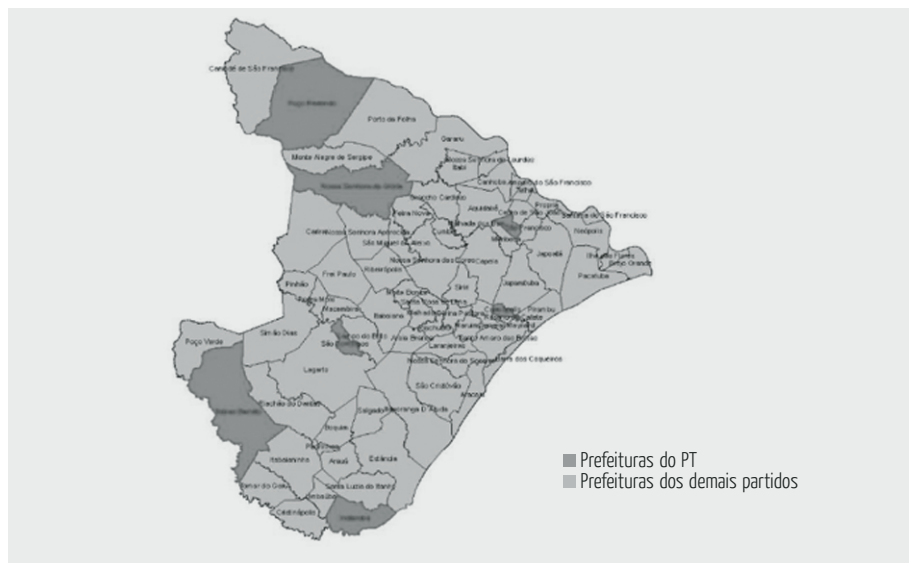
Prefeito	Município	Partido	Votos	Válidos
Esmeralda	Carmópolis	PT	4.413	50,6%
Cleverton Santos	Pedra Mole	PT	1078	49,72%
Manoel Gomes de Freitas	Porto da Folha	PT	5962	35,72%
Paulo Roberto Ayres de Brito	Propriá	PT	8458	50,2%
Ricardo José Roriz Silva Cruz	Santana do São Francisco	PT	2317	52,17%
Adilson de Jesus Santos	Tobias Barreto	PT	16.993	57,32%
Anderson Fontes Farias	Umbaúba	PT	5911	46,66%

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

O Mapa 24, a seguir, apresenta quais municípios sergipanos possuem prefeito do Partido dos Trabalhadores. Percebe-se que o quantitativo não foi alterado de 2008 para 2012, mas os municípios são diferentes.

Mapa 24

**Sergipe – Político atual (resultado das eleições de 2012) dimensões sub-regionais
2012**



TERRITÓRIOS DE PLANEJAMENTO

TERRITÓRIO ALTO SERTÃO SERGIPANO – CARACTERIZAÇÃO

Localizado no noroeste do estado de Sergipe, o território Alto Sertão Sergipano, é formado por sete municípios: Canindé do São Francisco, Gararu, Monte Alegre de Sergipe, Nossa Senhora da Glória, Nossa Senhora de Lourdes, Poço Redondo e Porto da Folha. O território abrange uma área de 4.900,69 km² e uma população de 146.479 habitantes (IBGE, Censo 2010), representando 22,37% da área do estado e 7,08% da população. O Alto Sertão apresenta a menor densidade demográfica de Sergipe (29,89 hab./km²) e, em 2010, Índices de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM mostram que variam de 0,529 a 0,598 (PNUD, 2013). Em 2010 o Produto Interno Bruto – PIB do Território somou R\$ 2,1 bilhões, representando 9% do PIB estadual.

No Alto Sertão Sergipano, 82,12% dos domicílios particulares possuem o fornecimento de água, 98% possuem energia elétrica, 65% têm seu lixo coletado diretamente por serviço de limpeza e 38% possuem esgotamento sanitário ligado a rede geral de esgoto ou pluvial ou fossa séptica. 20,54% dos domicílios particulares vivem em situação de extrema pobreza. (IBGE, Censo 2010).

O Território apresenta uma taxa de natalidade de 18,11, de mortalidade de 4,26 e de mortalidade infantil de 17,72 por mil nascidos vivos. A sua taxa de alfabetização é de 63% e possui um *déficit* habitacional de 5.042 casas. Apresenta solos rasos, pedregosos e secos em decorrência do *déficit* hídrico. A cobertura vegetal é formada por espécies arbóreas e herbáceas do bioma Caatinga, que ao longo da cadeia foi sendo substituída por pastagens. Para proteger o remanescente de bioma, abriga três unidades de conservação: o Parque Natural Municipal

de Lagoa do Frio, o Monumento Natural do rio São Francisco em Canindé, o Monumento Natural Grotta do Angico entre Canindé e Poço Redondo.

Tem sua história de ocupação influenciada pela bovinocultura e culturas de subsistências, que permanecem como bases econômicas locais. O Alto Sertão é considerado a bacia leiteira do estado, respondendo por 46% de toda produção e é o território que apresenta o maior rebanho bovino (19,09%) e caprino (35,30%), é o segundo maior produtor dos rebanhos equino, bubalino, ovino e suíno.

A produção do leite necessita de práticas higiênico-sanitárias adequadas. As grandes propriedades com bovinocultura de corte em regime extensivo são predominantes, embora com baixo nível tecnológico. O suprimento alimentar dos rebanhos é a base de forrageiras produzidas no período chuvoso, sendo precário ainda o uso de práticas de armazenamento (silagem) e conservação das forrageiras. Conseqüentemente, a oferta de alimentos no período de estiagem é baixa, impondo a compra de alimentos no mercado regional. Há também no Território um rebanho de ovinos para a produção de couro. Em termos de agricultura familiar, predomina os cultivos de milho, feijão e pequenos cultivos de mandioca associados à bovinocultura leiteira e, em menor escala, as explorações de ovinos, caprinos, notadamente nos assentamentos rurais. O Território abriga dois perímetros irrigados: o da Califórnia, em operação, e do Jacaré-Curitiba (em fase de conclusão), nas áreas dos municípios de Canindé do São Francisco e Poço Redondo.

Com relação à posse da terra, observa-se que há no Território forte pressão social. Atualmente existe o maior número de assentamentos de reforma agrária do estado, com 92 assentamentos e mais de 3.000 famílias assentadas.

Com relação ao setor secundário, o Alto Sertão participa com 18,06% do valor adicionado deste setor no estado. Essa representatividade é influenciada pela Usina Hidrelétrica de Xingó. Ressalta-se que apesar dessa elevada participação do setor no valor adicionado, em termos de estabelecimentos industriais, o Alto Sertão responde por apenas 3,4% do total verificado no estado. A participação do Território no valor adicionado do setor agropecuário também é elevada (25%), já em relação ao setor de serviços a participação é menor (4,88%). A administração pública responde por 83% da ocupação formal ligada ao setor.

A análise do comportamento das atividades desenvolvidas no Alto Sertão, conforme Figura 2 se constituiu em uma variável importante para subsidiar a definição das ações visando o desenvolvimento do território.

TERRITÓRIO LESTE SERGIPANO - CARACTERIZAÇÃO

Localizado no Leste de Sergipe é formado por nove municípios: Capela,

Figura 2

Alto Sertão – Principais atividades produtivas desenvolvidas no território

ESTAGNADAS	CONSOLIDADAS	PROMISSORAS
ovinocultura	bovinocultura	oleaginosas
caprinocultura	turismo	artesanato
suinocultura	quiabo	cultivo de goiaba
milho	apicultura	cultivo de manga
feijão	piscicultura	
pesca tradicional	serviços	
	indústria de laticínios	
	geração de energia	
	exploração de recursos minerais	

Carmópolis, Divina Pastora, General Maynard, Japarutuba, Pirambu, Rosário do Catete, Santa Rosa de Lima e Siriri. Abrange uma área de 1.518,66 km² e uma população de 97.726 habitantes (IBGE, Censo 2010), representando 6,93% da área do estado e 4,73% da população. O Território possui uma densidade demográfica de 64,35 hab./km² e, em 2010, o IDHM variando entre 0,592 e 0,645 (PNUD, 2013). Em 2010 o Produto Interno Bruto do Território foi de R\$ 1,9 bilhão, representando 8,5% do PIB estadual.

Em relação aos domicílios particulares, de acordo com Censo 2010, 85,9% destes possuem fornecimento de água ligada a rede geral de distribuição, 99% contam com o sistema de fornecimento de energia elétrica, 77% têm seu lixo coletado e 37% dos domicílios particulares possuem esgotamento sanitário, 20% dos domicílios particulares vivem em situação de extrema pobreza.

O Território apresenta uma taxa de natalidade de 17,27 por mil nascidos vivos, de mortalidade de 5,41 e de mortalidade infantil de 14,81. Segundo o Ministério das Cidades, o território possui um déficit habitacional de 2.475 unidades e uma taxa de alfabetização de 63%.

Está assentado nos afloramentos da Bacia Sedimentar, nas unidades Geomorfológicas dos Tabuleiros Costeiros e Planície Litorânea, recoberto por espécies vegetais de ecossistemas associados ao Bioma Atlântico e abriga três unidades de conservação: a Área de Proteção Ambiental do Litoral Norte, a Reserva Biológica de Santa Isabel entre os municípios de Pirambu e Pacatuba, o Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco no município de Capela, responsável por abrigar a espécie de mamífero em extinção macaco Guigó e a Reserva Particular do Patrimônio Natural Dona Benta e seu Caboclo no município de Pirambu. Tem sua história de ocupação marcada pela exploração dos recursos minerais e pelo complexo agroindustrial da cana-de-açúcar. Tal realidade tem se refletido na distribuição

fundiária do Território, pois apresenta uma forte concentração e uma estrutura relativamente rígida. Atualmente conta com sete assentamentos do Incra.

Nas pequenas propriedades observa-se uma diversificação de atividades produtivas como a criação de aves, suínos e bovinocultura leiteira para o consumo familiar. As culturas temporárias, segundo dados do Censo IBGE de 2010, respondem por 82% da produção do Território, sobressaindo-se, cana-de-açúcar, mandioca e milho. A cultura do coco é conduzida com baixo nível tecnológico. Por esse motivo, os rendimentos finais são próximos aos obtidos em exploração típica do extrativismo vegetal. Em se tratando de atividades promissoras, verifica-se a apicultura, apesar de depender do estado para sua comercialização.

No que tange ao setor secundário, constata-se a presença de grandes empreendimentos, como usinas de açúcar e álcool, de recursos minerais como petróleo, conferindo uma expressiva participação do valor adicionado do setor industrial no estado, cerca de 22,57%, sendo inferior somente à participação da grande Aracaju. No período de 2006 a 2007, o Território possuía 133 estabelecimentos industriais, correspondendo a 3,8% do total verificado em todo o estado.

Quanto ao setor primário, a participação do Território é de apenas 6% no valor adicionado, e do setor terciário é de 4,34%. Destaca-se a administração pública com 70% da ocupação formal do Território.

A análise do comportamento das atividades desenvolvidas no leste sergipano conforme Figura 3, se constituiu em uma variável importante para subsidiar a definição das ações visando o desenvolvimento do território.

Figura 3

Leste – Principais atividades produtivas desenvolvidas no território

ESTAGNADAS	CONSOLIDADAS	PROMISSORAS
mandioca	minérios	artesanato
bovinocultura	indústria de transformação	apicultura
turismo	coco-da-baía	
pesca marítima	avicultura	
	petróleo e gás	
	usinas de álcool	
	usinas de açúcar/cana-de-açúcar	
	exploração de recursos minerais	

TERRITÓRIO MÉDIO SERTÃO SERGIPANO – CARACTERIZAÇÃO

Localizado no centro-norte de Sergipe, é formado por seis municípios: Aquidabã, Cumbe, Feira Nova, Graccho Cardoso, Itabi e Nossa Senhora das Do-

res. Abrange uma área de 1.582,45 km² e uma população de 64.390 habitantes (IBGE, Censo 2010), representando 7,22% da área do estado e 3,11% da população. O Território possui uma densidade demográfica de 40,69 hab./km² e IDHM que varia de 0,577 a 0,604 (PNUD, 2013). Em 2010, o Produto Interno Bruto do Território somou R\$ 362,9 milhões, representando 1,8% do PIB estadual.

No Médio Sertão, 84,27% dos domicílios particulares possuem o fornecimento de água, 99% possuem energia elétrica, 69% têm seu lixo coletado e 21% possuem esgotamento sanitário ligado a rede geral de esgoto ou pluvial ou fossa séptica, 14,4% dos domicílios particulares vivem em situação de extrema pobreza.

A sua taxa de natalidade é de 13,96, de mortalidade é de 5,62 e de mortalidade infantil de 13,35 por mil nascidos vivos. Apresenta também uma taxa de analfabetismo de 34% e registra um *déficit* habitacional de 662 casas.

Compreendido na faixa de transição climática entre o agreste e o sertão, apresenta uma grande diversidade na sua paisagem, na parte leste mostra características de transição da zona da mata e na parte oeste características de caatinga. A cobertura vegetal é formada por espécies arbóreas e herbáceas, sendo grande parte desta substituída por pastagens.

Tem sua história de ocupação influenciada pela bovinocultura e culturas de subsistências, que permanecem como bases econômicas locais. Tal fato é herança de uma origem marcada pela relação de poder com o latifúndio, destacando, nesse sentido, os municípios de Nossa Senhora das Dores e Graccho Cardoso.

Possui a maior parcela das terras destinadas às pastagens - 85% das terras úteis. Por apresentar uma estrutura fundiária fortemente concentrada, os estabelecimentos de menos de 10ha ocupam apenas de 6% das terras totais. A pressão social por acesso a terra não é tão forte quanto no Alto Sertão, pois se observa apenas seis assentamentos de reforma agrária.

A agricultura é mais diversificada do que no Alto Sertão. Além dos cultivos de milho, feijão e mandioca são importantes ainda as culturas temporárias de cana-de-açúcar e do abacaxi. Entre as culturas permanentes destacam-se a banana e a manga. Concentra o quinto maior rebanho bovino (129.526 cabeças de gado), e a segunda maior produção de leite do estado. Concernente ao setor secundário é um dos territórios menos industrializados de Sergipe, contribuindo apenas com 0,40% do valor adicionado deste setor, e com 0,9% do total de estabelecimentos verificados em Sergipe. Entre 2006 e 2007, possuía apenas 32 desses estabelecimentos, sendo que cerca de 70% encontravam-se nos municípios de Aquidabã e Nossa Senhora das Dores. Em relação ao setor primário, o Território participou com 6,87% do valor adicionado deste setor e com apenas 2,04% para o valor adicionado do setor de serviços. Destacando-se a administração pública por contribuir com cerca de 72% da ocupação formal ligadas ao Setor.

A análise do comportamento das atividades desenvolvidas no Médio Sertão Sergipano, conforme Figura 4, se constituiu em uma variável importante para subsidiar a definição das ações visando o desenvolvimento do território.

Figura 4

Médio Sertão – Principais atividades produtivas desenvolvidas no território

ESTAGNADAS	CONSOLIDADAS	PROMISSORAS
mandioca	milho	apicultura
feijão	suinocultura	agroindústria
artesanato	avicultura	
piscicultura	banana	
	abacaxi	
	bovinocultura de corte	
	bovinocultura de leite	

TERRITÓRIO AGRESTE CENTRAL SERGIPANO – CARACTERIZAÇÃO

Localizado no centro-noroeste do Estado, é formado por 14 municípios: Areia Branca, Campo do Brito, Carira, Frei Paulo, Itabaiana, Macambira, Malhador, Moita Bonita, Nossa Senhora Aparecida, Pedra Mole, Pinhão, Ribeirópolis, São Domingos e São Miguel do Aleixo. Abrange uma área de 3.123,21 km² e uma população de 232.495 habitantes (IBGE, Censo 2010), representando 14,25% da área do estado e 11,24% da população. O Território possui uma alta densidade demográfica (74,44 hab/km²) e um IDH Municipal que, em 2010, variava de 0,567 a 0,642 (PNUD, 2013). Em 2010 o Produto Interno Bruto do Território foi de R\$ 1,6 bilhões, representando 8,1% do PIB estadual.

No Território, 80,81% dos domicílios particulares possuem fornecimento de água, 82,33% contam com o sistema de fornecimento de energia elétrica, 75% têm seu lixo coletado diretamente por serviço de limpeza e 30,71% possuem esgotamento sanitário, 10,05% dos domicílios particulares vivem em situação de extrema pobreza.

O Território apresenta uma taxa de natalidade de 16,23 por mil nascidos vivos, de mortalidade de 5,38 e de mortalidade infantil de 15,10. Tem uma taxa de analfabetismo de 32% e possui um *déficit* habitacional de 2.794 casas.

Assentado na faixa de dobramentos e drenado pela bacia do rio Sergipe, no território Agreste Central verifica a presença de serras residuais que caracterizam a paisagem do Território. A cobertura vegetal é típica de ambiente de transição entre o litoral e o sertão, fortemente degradada pelo desenvolvimento de atividades agropastoris e exploração de argila e areia, restando somente alguns remanescentes no entorno das serras residuais, sendo a mais expressiva

a formação vegetal que abriga o Parque Nacional da Serra de Itabaiana e a Reserva Particular do Patrimônio Natural Fonte da Bica em Areia Branca.

O Território tem sua história de ocupação fortemente marcada pela bovinocultura e pelos cultivos agrícolas. Entretanto, a olericultura, especialmente nas proximidades de Itabaiana, tem contribuído para a identidade do território. O município de Itabaiana e sua região se destacam como centro de intercâmbio de bens e serviços e o principal distribuidor de produtos hortifrutigranjeiros do estado. Apresenta uma elevada concentração de pequenas e médias propriedades rurais e uma grande diversificação produtiva.

As culturas temporárias respondem por cerca de 84% de todo o valor da produção, destacando-se: o milho, o feijão, a mandioca e a batata-doce. Obteve, em 2006, a terceira maior produção de milho do estado, embora tenha se observado que a produtividade média do grão foi uma das mais baixas entre os territórios sergipanos. O feijão, por sua vez, apresentou, também, a terceira maior produção do estado, porém, em contrapartida, registrou a menor produtividade média. A mandioca tem sua produção mais destacada nos municípios de Itabaiana, Malhador, Moita Bonita e Ribeirópolis. Os níveis de rendimento são considerados baixos em função das variedades cultivadas serem susceptíveis a incidências de pragas e doenças, principalmente a podridão das raízes. A batata-doce é uma cultura muito importante para o Território.

Ressalta-se que os cultivos, em sua grande maioria, são conduzidos com baixo nível tecnológico, o que contribui para perdas de produtividade, degradação dos recursos naturais e, sobretudo, de solo e água. O Território conta com três perímetros públicos de irrigação: Jacarecica I e Ribeira em Itabaiana, e Jacarecica II em Malhador. Além disso, cerca de 1.500 poços artesianos fornecem água para a produção de hortaliças.

A pecuária de leite é mais representativa nos municípios de Carira, Frei Paulo, Ribeirópolis, Campo do Britto e Nossa Senhora Aparecida. O efetivo bovino, em sua grande maioria, apresenta baixa aptidão genética, que, associada ao deficiente manejo alimentar e sanitário e a precariedade na gestão da atividade, não têm proporcionado rendimentos que permitam a sustentabilidade da atividade em longo prazo, mas mesmo assim, concentra o terceiro maior rebanho estadual.

O Território possui o maior efetivo de galinhas (28,81%), respondendo por grande parte da produção de ovos de Sergipe e é também o maior produtor de suínos (23,93%) em nível estadual, destacando-se que a ovinocultura é uma atividade importante para o Território. A apicultura constitui-se em uma atividade promissora, apesar da dependência do estado para a comercialização dos produtos.

As indústrias da construção civil, de produtos alimentícios, bebidas, minerais não metálicos, vestuários, móveis e têxteis são as que têm maior em-

pregabilidade. Em termos de estabelecimentos industriais, em 2006 e 2007, o Território respondia por 13% do total verificado no estado, sendo que cerca de 60% deles concentravam-se no município de Itabaiana.

No que tange ao setor primário, o Território participou com 20% do valor adicionado deste setor, já em relação ao secundário participou com apenas 3,39% e em relação ao setor de serviços sua contribuição foi de 9,08%. A administração pública contribui com 60% da ocupação formal do setor.

Quanto à atividade turística, existem no território diferentes paisagens de grande beleza cênica como a cachoeira de Macambira, a Porção Ribeira, a feira de Itabaiana e outros atrativos que vêm sendo explorados de forma inadequada, comprometendo seus atributos naturais. As principais atividades realizadas no Território são apresentadas na Figura 5, e são ponto de partida para análise posterior.

Figura 5

Agreste Central – Principais atividades produtivas desenvolvidas no território

ESTAGNADAS	CONSOLIDADAS	PROMISSORAS
feijão	mandioca	artesanato
piscicultura	milho	apicultura
turismo	suinocultura	
	artesanato	
	avicultura	
	ovinocultura	
	comércio	
	cerâmica vermelha	

TERRITÓRIO BAIXO SÃO FRANCISCO SERGIPANO – CARACTERIZAÇÃO

Localizado no nordeste do estado de Sergipe, é formado por 14 municípios: Amparo do São Francisco, Brejo Grande, Canhoba, Cedro de São João, Ilha das Flores, Japoatã, Malhada dos Bois, Muribeca, Neópolis, Pacatuba, Propriá, Santana do São Francisco, São Francisco e Telha. Abrange uma área de 1.946,09 km² e uma população de 125.174 habitantes (IBGE, Censo 2010), representando 8,88% da área do estado e 6,05% da população. O Território possui uma densidade demográfica de 64,32 hab/km² e um IDH Municipal que, em 2010, vai de 0,540 a 0,661 (PNUD, 2013). Em 2010, o Produto Interno Bruto do Território somou R\$ 854,9 milhões, representando 4,3% do PIB estadual.

Do total de domicílios particulares, 82,13% possuem o fornecimento de água ligada a rede geral de distribuição, 80,31% possuem energia elétrica,

75% têm seu lixo coletado diretamente por serviço de limpeza e 31% possuem esgotamento sanitário ligado a rede geral de esgoto ou pluvial ou fossa séptica, 15% dos domicílios particulares vivem em situação de extrema pobreza.

O Território apresenta uma taxa de natalidade de 15,70, de mortalidade de 6,05 e de mortalidade infantil de 12,21 por mil nascidos vivos. A sua taxa de analfabetismo é de 30% e apresenta um *déficit* habitacional de 1.722 casas. Possui uma paisagem diversificada: entre os municípios de Canhoba e Propriá, o relevo se apresenta colinoso, com altitudes modestas, associadas ao clima semiárido brando com chuvas distribuídas irregularmente, resultando em solos pouco profundos e pedregosos, bastante utilizado para agricultura temporária e pastagem; ao centro, o relevo apresenta-se também colinoso, recoberto por vegetação do Bioma Mata Atlântica; no litoral a paisagem apresenta-se em largas planícies e formações de até 90 metros de altura. Abriga duas unidades de conservação: a Área de Proteção Ambiental Litoral Norte e a Reserva Biológica de Santa Isabel.

O Território tem sua história de ocupação fortemente marcada pela presença do Rio São Francisco. Possui quatro perímetros públicos irrigados: Propriá, Cotinguiba/Pindoba, Betume e o Platô de Neópolis, que necessitam ser reabilitados.

A principal base econômica é o arroz irrigado. Seu cultivo não tem proporcionado renda satisfatória para a promoção econômica e social dos produtores, em razão de: baixa escala de produção por produtor; baixa competitividade; alto grau de desorganização dos produtores; endividamento e inadimplência crescentes. Ainda assim, segundo a pesquisa de Produção Agrícola Municipal de 2006 (PAM, IBGE) apresentou uma produção de 52.249 toneladas, em uma área de 12.810 hectares, sendo a quarta maior produção entre os estados nordestinos. O rendimento médio dessa cultura nos perímetros irrigados é uma das maiores do país, 4.563 kg por hectare.

Com relação às culturas de milho e feijão, segundo dados do IBGE de 2006, foi registrada a segunda menor produção de milho do estado, com sua produtividade média abaixo da observada em nível estadual e na região nordeste (10.006 kg por ha.). A cultura do feijão representou, no mesmo ano, apenas 2% da produção total do estado, apesar de sua produtividade média (503 kg/ha) ter se aproximado da registrada, em nível estadual. A cultura do coco, por sua vez, é conduzida com baixo nível tecnológico. Pertinente à aquicultura, tem baixa rentabilidade tendo em vista que os produtores apresentam alto grau de endividamento e estão desarticulados nos mercados.

A frágil organização dos pescadores e o baixo estoque pesqueiro, decorrente da construção de grandes barragens, para fins energéticos, ao longo da calha principal do rio São Francisco, tem sido uma ameaça à sustentabilidade da atividade no território.

A apicultura constitui-se uma atividade em expansão no Território com foco na produção de mel e pólen, apesar da dependência do estado em termos de comercialização do produto.

O artesanato é pouco diversificado e sem qualidade final para atender as demandas do mercado. Além disso, o bordado e a confecção de peças do cotidiano doméstico, embora consolidado como atividade de grande aceitação no mercado pela diversidade, necessitam de aprimoramento na qualidade e acabamento para a necessária competitividade.

Do total de estabelecimentos industriais verificados no estado, o Território responde por 4,8%. A indústria de transformação (setor têxtil), fabricação de produtos alimentícios, minerais não-metálicos, vestuário e acessórios são as atividades preponderantes. Concernente ao setor agropecuário, o Território contribui com 10,88% do valor adicionado deste setor, já em relação ao secundário participa com apenas 2,44% e em relação ao setor terciário sua contribuição é de 4,19%. A administração pública responde por 59% da ocupação formal do Território.

O turismo apresenta elevado potencial pela alta diversidade. A importância e beleza da Foz do Rio São Francisco e de suas ilhas, praias fluviais, a navegabilidade do rio, as praias como Ponta dos Mangues e outras, o Pantanal de Pacatuba e o artesanato, conferem à região um bom potencial.

A análise do comportamento das atividades desenvolvidas no Baixo São Francisco conforme Figura 6, se constituiu em uma variável importante para subsidiar a definição das ações visando o desenvolvimento do território.

Figura 6

Baixo São Francisco – Principais atividades produtivas desenvolvidas no território

ESTAGNADAS	CONSOLIDADAS	PROMISSORAS
rizicultura	piscicultura	asinino cultura
turismo	produção de cimento	bubalino cultura
indústria	artesanato em cerâmica	
fruticultura irrigada	exploração de recursos minerais	
pesca artesanal		

TERRITÓRIO GRANDE ARACAJU – CARACTERIZAÇÃO

Localizado no centro-leste do estado, é formado por nove municípios: Aracaju, Barra dos Coqueiros, Itaporanga d'Ajuda, Laranjeiras, Maruim, Nossa Senhora do Socorro, Riachuelo, Santo Amaro das Brotas e São Cristóvão. Abrange uma área de 2.187,35 km² e uma população de 930.245 habitantes (IBGE, Censo 2010), representando 9,98% da área do estado e 44,98% da população. O Ter-

ritório possui uma densidade demográfica de 425,28 hab/km² e um IDHM que, em 2010, vai de 0,637 a 0,770 (PNUD, 2013). Em 2010 o Produto Interno Bruto do Território somou R\$ 10,6bilhões, representando 53,8% do PIB estadual.

Contempla 95,71% dos domicílios particulares com abastecimento de água, 99% com energia elétrica, 94% com coleta de lixo e 73% com esgotamento sanitário, 3,7% dos domicílios particulares vivem em situação de extrema pobreza.

O Território apresenta uma taxa de natalidade de 16,70 por mil nascidos vivos, de mortalidade de 5,03 e de mortalidade infantil de 16,29. Tem uma taxa de analfabetismo de 12% e possui um *déficit* habitacional de 4.822 unidades.

Está assentado nas unidades Geomorfológicas dos Tabuleiros Costeiros e da Planície Costeira e possui clima semiúmido que condicionam o recobrimento por vegetação de formações do Bioma Mata Atlântica e seus Ecossistemas associados. Todavia, com o incessante uso e ocupação do solo para o desenvolvimento de atividades agrícolas, principalmente a monocultura da cana-de-açúcar, o território da grande Aracaju teve parte de sua formação vegetal extinta, restando somente algumas manchas que vão constituir o patrimônio natural do território em áreas de proteção a exemplo da APA Morro do Urubu em Aracaju, da Floresta Nacional do Ibura em Nossa Senhora do Socorro, e da Reserva Particular do Patrimônio Natural do Caju em Itaporanga d'Ajuda.

O Território tem sua ocupação marcada pela cultura da cana-de-açúcar e por abrigar a capital do estado (inicialmente São Cristóvão e atualmente Aracaju), exercendo o papel de principal polo industrial, comercial e de serviços de Sergipe. Entre as culturas permanentes destacam-se o coco-da-bahia, respondendo por mais de 30% da produção estadual e, entre as temporárias, sobressai a cultura da cana-de-açúcar, na bacia do Cotinguiba. Apesar de concentrar o menor rebanho bovino do estado, apresenta a maior produção de granjeiros (22,54%) e de codornas (82%) em relação aos outros territórios. A carcinicultura é uma atividade em expansão, mas precisa de uma maior atenção para a adequação à legislação ambiental.

Em relação ao setor secundário, o Território, em 2010, possuía 2.173 estabelecimentos industriais, representando 60% do total de estabelecimentos do estado. No setor agropecuário, participa com apenas 9,23% do valor adicionado deste setor. Referente ao setor secundário e terciário, a participação foi maior de 42,15% e 59,00%, respectivamente, sendo o território que mais contribuiu com o valor adicionado do setor de indústria e de comércio. Cerca de 45,2% da ocupação formal de mão de obra ligada ao setor provêm das atividades geradas pela administração pública.

A análise do comportamento das atividades desenvolvidas na grande Aracaju conforme Figura 7, se constituiu em uma variável importante para subsidiar a definição das ações visando o desenvolvimento do território.

Figura 7

Grande Aracajú – Principais atividades produtivas desenvolvidas no território

ESTAGNADAS	CONSOLIDADAS	PROMISSORAS
cocoicultura	bovinocultura	carnicultura
	indústria de transformação e de alimentos	
	artesanato	
	turismo	
	cultura de cana-de-açúcar	
	exploração de recursos minerais	

TERRITÓRIO CENTRO-SUL SERGIPANO – CARACTERIZAÇÃO

Localizado no centro-sul de Sergipe, é formado por cinco municípios: Lagarto, Poço Verde, Riachão do Dantas, Simão Dias e Tobias Barreto. Abrange uma área de 3.520,90 km² e uma população de 222.972 habitantes (IBGE, Censo 2010), representando 16,07% da área do estado e 10,78% da população. O Território possui uma densidade demográfica de 63,33 hab/km² e um IDH Municipal que, em 2010, vai de 0,539 a 0,625 (PNUD, 2013). Em 2010 o Produto Interno Bruto do Território somou R\$ 1,29 bilhões, representando 6,5% do PIB estadual.

No centro-sul, 70,96% dos domicílios particulares possui fornecimento de água ligada a rede geral de distribuição, 95% contam com energia elétrica, 67% têm seu lixo coletado e 32,67% dos domicílios particulares possuem esgotamento sanitário, 13,58% dos domicílios particulares encontram-se em situação de extrema pobreza, onde não possuem rendimento ou possui rendimento domiciliar mensal *per capita* igual ou inferior a R\$ 70,00.

O Território apresenta uma taxa de natalidade de 14,43, de mortalidade de 6,13 por mil nascidos vivos e de mortalidade infantil de 10,26. A sua taxa de analfabetismo é de 32% e possui um *déficit* habitacional de 1.073 unidades.

Assentado na Faixa de Desdobramentos Sergipana, o Território centro-sul é drenado pelas Bacias Hidrográficas do rio Real e do rio Vaza- Barris, apresentando também, afloramento da Formação São Sebastião no extremo sudoeste, no município de Poço Verde. Solos de alta a média fertilidade natural, predominando clima quente semiárido brando. A cobertura vegetal predominante é a Caatinga Hipoxerófila, típica de ambiente de transição entre o litoral e o sertão por apresentar indivíduos arbóreos com troncos retorcidos e espinhentos.

O Território tem sua história de ocupação marcada pela forte especialização na pecuária, o que lhe permite concentrar o maior rebanho de mulas, equinos, bestas, ovinos e, ainda, situar-se como segundo maior produtor de bovinos e de caprinos.

A ovinocultura se desenvolve no território a partir da raça Santa Inês, com boa genética, especialmente para a produção de carne, e cuja atividade está em expansão devido ao aperfeiçoamento genético de sua raça. A produção atual destina-se, prioritariamente, a vendas de material genético: reprodutores, matrizes e sêmen.

Na agricultura, dados de 2011, revelam que as culturas temporárias contribuíram com cerca de 52% do valor de produção territorial, destacando-se as culturas mais tradicionais (mandioca, feijão e milho). O cultivo do milho, notadamente no município de Poço Verde e Simão Dias, tem registrado crescente expansão, impulsionada pela demanda reprimida da cadeia produtiva da avicultura regional. A mandioca é cultivada em todos os municípios. O material genético utilizado, no entanto, é de baixo potencial produtivo e as técnicas dos sistemas de cultivo são precárias, o que contribui para a baixa rentabilidade da cultura.

Ressalta-se que a cultura do fumo ainda é muito significativa no Território. A citricultura, por sua vez, restringe-se aos municípios de Lagarto e Riachão do Dantas. A principal exploração é da laranja, conduzida em regime típico da monocultura por agricultores familiares. Os plantios, em sua maioria, apresentam baixos rendimentos, em razão do estado de degradação decorrente da avançada idade dos pomares e do deficiente manejo, em face da falta de investimentos para manutenção e renovação dos cultivos.

Com relação à estrutura agrária, esta é relativamente bem distribuída, pois cerca de 95% dos estabelecimentos possuem área menor que 50 hectares. Os perímetros de irrigação pública, por sua vez, apresentam uma infraestrutura debilitada e sistemas de irrigação ultrapassados. Sua base industrial é mais especializada na indústria de alimentos e de confecções.

Vale ressaltar a presença da indústria da construção, bebidas, têxteis, de fabricação de móveis, de artigos de plásticos, minerais não-metálicos, de beneficiamento de fumo, produtos metalúrgicos e químicos. Entre 2006 e 2007, possuía 384 estabelecimentos industriais, correspondendo a quase 11% do total verificado em todo o estado, sendo que 85% desses estabelecimentos se encontravam nos municípios de Lagarto e Tobias Barreto.

No tocante ao setor primário, o Território participou em 2008 com 16,04% do valor adicionado deste setor. Com relação ao setor secundário, a participação foi menor (3,23%) e no terciário foi de 7,37%. A administração pública, à semelhança dos demais territórios, assume a liderança em termos da ocupação formal ligada ao setor, 70%.

ATIVIDADE PRODUTIVA

A análise do comportamento das atividades desenvolvidas no centro-sul

sergipano conforme Figura 8, se constituiu em uma variável importante para subsidiar a definição das ações, visando o desenvolvimento do território.

Figura 8

Centro-Sul – Principais atividades produtivas desenvolvidas no território

ESTAGNADAS	CONSOLIDADAS	PROMISSORAS
fruticultura	confeção	avicultura
feijão	mandioca	apicultura
fumicultura	milho	
turismo	indústria de confeções e alimentos	
	bovinocultura de corte	
	bovinocultura de leite	
	exploração de recursos minerais	

TERRITÓRIO SUL SERGIPANO – CARACTERIZAÇÃO

Localizado no sul do estado de Sergipe, é formado por onze municípios: Arauá, Boquim, Cristinápolis, Estância, Indiaroba, Itabaianinha, Pedrinhas, Salgado, Santa Luzia do Itanh, Tomar do Geru e Umbaúba. Abrange uma área de 3.130,99 km² e uma população de 248.536 habitantes (IBGE, Censo 2010), representando 14,29% da área do estado e 12,02% da população. O Território possui uma densidade demográfica de 79,38 hab/km² e um IDHM - que, em 2010, varia entre 0,545 e 0,647 (PNUD, 2013). Em 2010, o PIB do Território somou R\$ 1,7 bilhões, representando 8,8% do Produto Interno Bruto estadual.

De acordo o Censo 2010/Situação do Domicílio (IBGE), 61,74% dos domicílios particulares possuem fornecimento de água ligada a rede geral de distribuição, 92% contam com energia elétrica, 69% têm seu lixo coletado e apenas 14% dos domicílios particulares possuem esgotamento sanitário, sendo esta a menor cobertura entre os territórios, 19% dos domicílios particulares vivem em situação de extrema pobreza, com renda domiciliar mensal *per capita* inferior a R\$ 70,00.

O sul sergipano apresenta uma taxa de natalidade de 17,25 por mil nascidos vivos, de mortalidade de 5,32 e de mortalidade infantil de 13,53. Sua taxa de analfabetismo é de 31% e possui um *déficit* habitacional de 3.409 casas.

O clima quente e subúmido e o elevado índice pluviométrico, associados aos terrenos assentados nas Unidades Geomorfológicas dos Tabuleiros Costeiros da Planície Costeira, geram as condições ideais para a formação vegetal do Bioma Mata Atlântica e seus ecossistemas associados, muito presentes no território. A Mata Atlântica se apresenta atualmente em seu estágio degradado,

sendo encontrados remanescentes em áreas isoladas que dão abrigo a espécies da fauna típica desta vegetação. Devido à necessidade de conservação do remanescente de Mata Atlântica e seus ecossistemas associados, foram criadas unidades de conservação no território sul sergipano a exemplo da APA Litoral Sul e as Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN'S) Bom Jardim-Tapera e Marinheiro-Pedra da Urca, ambas situadas em Santa Luzia do Itanhi. Há ainda o projeto, em fase de estudo, da criação da Reserva Extrativista da Mangaba no litoral sul de Sergipe compreendendo parte do território. Todavia, o desenvolvimento de atividades agrícolas veio ocupar as áreas antes pertencentes à Mata Atlântica, provocando pressão e gerando impacto a este bioma. Primeiro foi a implantação da cultura da cana, depois a criação do gado e, atualmente, embora não seja uma cultura economicamente significativa em todos os municípios, a laranja é uma força produtiva importante. No entanto, a partir da década de 1990, fatores relacionados ao mercado, condições ambientais (*déficit* hídrico), e gestão do negócio, contribuíram para sua estagnação. Mas ainda se mantém como a mais importante atividade agroindustrial do estado.

O território também é produtor de abacaxi, mamão, mangaba, maracujá e coco, com importante papel para a economia local. O efetivo bovino no território assume a 4ª posição no estado e é voltado à produção de carne, embora exista, pontualmente, rebanho com maior aptidão para a produção de leite. As pastagens em geral apresentam baixa qualidade, pelo manejo inadequado. Merece destaque a existência de significativo número de estabelecimentos de ovinos-caprinocultura.

Outra atividade econômica em destaque é a carcinicultura. Atualmente em expansão no território, a carcinicultura necessita de maior atenção no que diz respeito à adequação à legislação ambiental já que seus tanques localizam-se em áreas de mangues e apicúns, causando impactos à fauna estuarina, principalmente, aos crustáceos.

Pertinente às culturas temporárias, constata-se que estas representam cerca de 8% do valor da produção territorial, destacando-se a mandioca, o milho, o feijão, o amendoim e o fumo. O cultivo de milho e feijão não se caracteriza como uma cultura de expressão econômica no território, e a mandioca é cultivada a partir de material genético de baixo potencial produtivo, e as precárias técnicas dos sistemas de cultivos, contribui para a baixa rentabilidade da cultura.

Com relação à estrutura agrária do Território, esta é relativamente bem distribuída, predominando as pequenas e médias propriedades, salientando que o território concentra 25 assentamentos de reforma agrária implantados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), representando cerca de 17% dos assentamentos do estado.

Entre 2006 e 2007 o Território respondia por 3,7% do total de estabelecimentos industriais verificados no estado. Possuía, nesse período, 131

estabelecimentos, sendo que cerca de 70% desses encontravam-se nos municípios de Estância, Itabaianinha e Boquim. Sua base industrial tem como especialidade a construção civil, produtos não-metálicos (cerâmica), vestuários, acessórios, têxteis, alimentícios e bebidas.

O sul sergipano em 2008 participou com 14,40% do valor adicionado do setor agropecuário no estado, com 7,77% do valor adicionado do setor industrial e com 8,72% do valor adicionado do setor de serviços no estado. A administração pública respondeu por 55,3% da ocupação formal ligada ao setor.

No turismo, os municípios costeiros de Estância e Indiaroba dispõem de atrativos naturais e gastronômicos cuja exploração tem requerido uma maior atenção, com vistas à preservação dos atributos locais. Os locais turísticos mais requeridos são as praias do Abais e Saco, em Estância, o rio Piauí na altura do povoado Crasto, em Santa Luzia do Itanhi, o rio Real, na altura do povoado Pontal e Terra Caída, ambos em Indiaroba, a Chácara João XXIII e o Parque Timbó, situados em Salgado.

A análise do comportamento das atividades desenvolvidas no sul sergipano, conforme Figura 19, se constituiu em uma variável importante para subsidiar a definição das ações visando o desenvolvimento do território.

Nesta seção é apresentado o conceito de cidades e como ele pode ser aplicado ao planejamento do desenvolvimento sergipano, partindo de uma organização de planejamento que já existe no estado. Propõe-se, portanto, um avanço no planejamento e na realização de investimentos com base nos Territórios de Desenvolvimento de Sergipe.

Figura 9

Sul – Principais atividades produtivas desenvolvidas no território

ESTAGNADAS	CONSOLIDADAS	PROMISSORAS
fumo	citricultura	avicultura
turismo	mandioca	apicultura
carnicicultura	suinocultura	cultura de oleaginosas
pesca artesanal	piscicultura	
	confeções	
	ovinocultura	
	artesanato	
	indústria	
	cocoicultura	
	bovinocultura de corte e leite	
	exploração de recursos minerais	

CENTRALIDADES TERRITORIAIS

CONCEITO, REDE DE CIDADES E SUA DINÂMICA

CONCEITO DE CENTRALIDADES

Usado por urbanistas e muito mais por geógrafos, precisa ser incorporado ao planejamento do desenvolvimento. Centralidade expressa a capacidade de uma cidade de exercer influência sobre um território, seja ela econômica, religiosa, política, cultural ou tecnológica. Para Milton Santos, uma centralidade pode ter influência sobre territórios contíguos do ponto de vista geográfico ou sobre territórios virtuais, integrados por fluxos de capitais, mercadorias, força de trabalho e informações. Há cidades mundiais de influência global; cidades regionais de influência regional e cidades locais. Há também as pseudocidades, que não possuem uma estrutura completa e diversificada (por exemplo, cidades dormitórios).

REDE DE CIDADES - NOSSA PROPOSTA

Propomos que se utilize três tipos de centralidades com a finalidade de guiar os investimentos públicos e facilitar a decisão dos investimentos privados:

- Centralidade tipo I: já possuem diversificação de funções e escala econômica, além de influência política, cultural e capacidade de criar e difundir tecnologias no território.

- Centralidade tipo II: estão um passo atrás da centralidade tipo I, com dinâmica econômica e cultural suficientes para complementar as suas funções e irradiar o desenvolvimento para outras cidades vizinhas.

■ Centralidade tipo III: cidades locais, de influência limitada e mais receptora que geradora de inovações e de dinâmicas econômicas. Se esquecidas, correm o risco de converterem-se em bolsões de pobreza e de estagnação econômica, política e cultural.

Partindo desse conceito, do critério de categorização apresentado, e da observação de dados a respeito de principais atividades produtivas, população, quantitativo de emprego, oferta de serviços de saúde e educação etc., cada município foi enquadrado em um tipo de centralidade, dentro do limite de uma centralidade tipo I e uma centralidade tipo II em cada território. Assim, o mapa de Sergipe assumiria a configuração apresentada no Mapa 25.

Mapa 25

Sergipe – Centralidades



REDE DE CIDADES – DINÂMICA

O Território foi um conceito já assimilado pela população sergipana, mas que pode ser fortalecido por meio de maior eficácia e eficiência dos gastos públicos coordenados nos três níveis de governo.

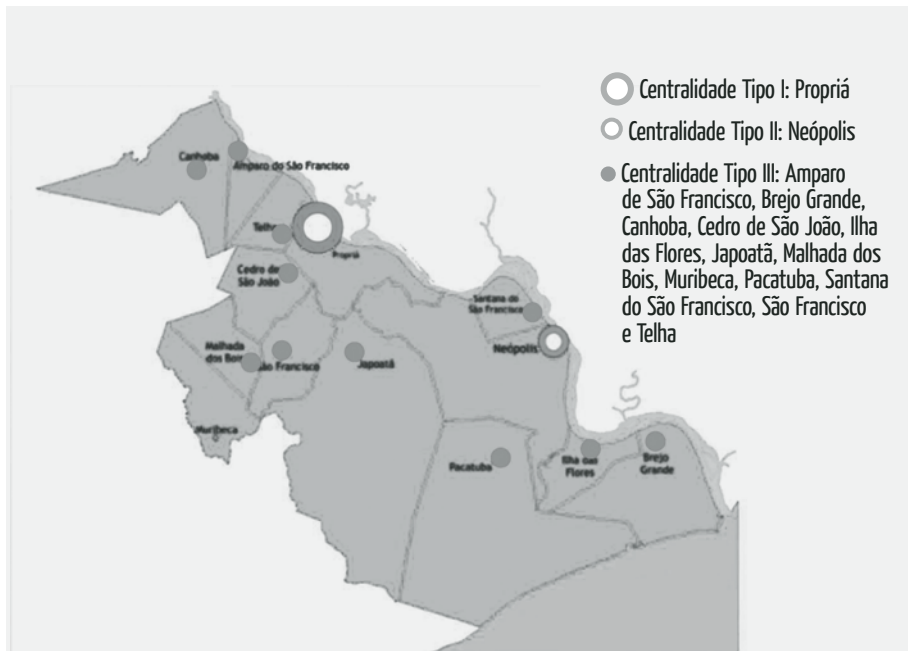
A civilização estabeleceu as cidades como os focos de geração e irradiação de cultura, tecnologia e poder. Basta utilizar essas estruturas de forma consciente e tendo como principal estratégia o desenvolvimento local sob responsabilidade inicial do Estado brasileiro. A sociedade precisa se incorporar desde o início no processo de escolha das estratégias e investimentos locais.

O desenvolvimento territorial só acontecerá mediante a intensificação das trocas e fluxos entre as cidades do território, num primeiro nível, e entre as centralidades dos territórios, num segundo nível. Na escala regional, por exemplo, o Nordeste, seria o terceiro nível dessa evolução de complexidades. Nada impede que se pratiquem políticas simultâneas para os três níveis de trocas.

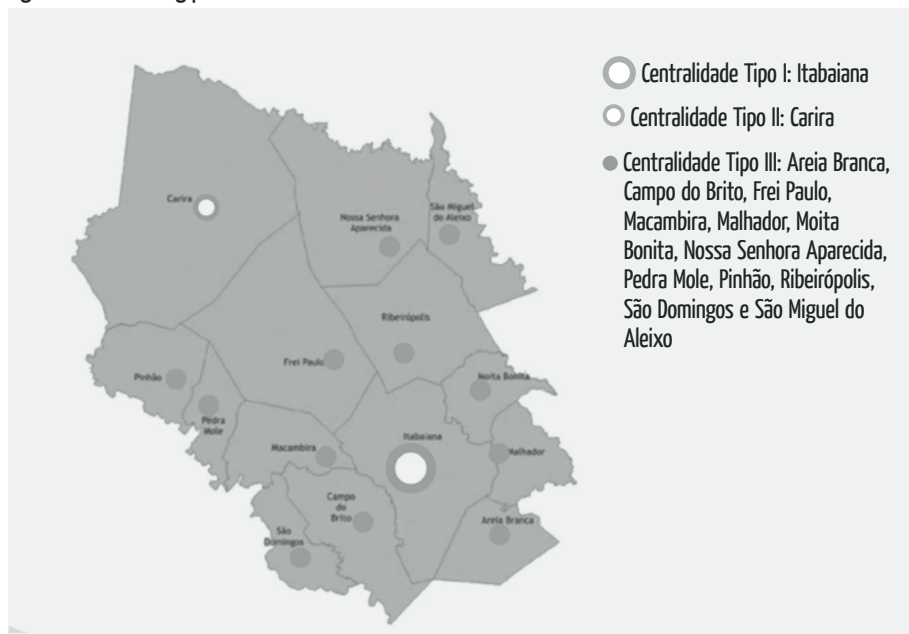
CENTRALIDADES

A seguir, serão apresentados os mapas de cada um dos oito Territórios de Planejamento de Sergipe, identificando as centralidades tipo I, II e III.

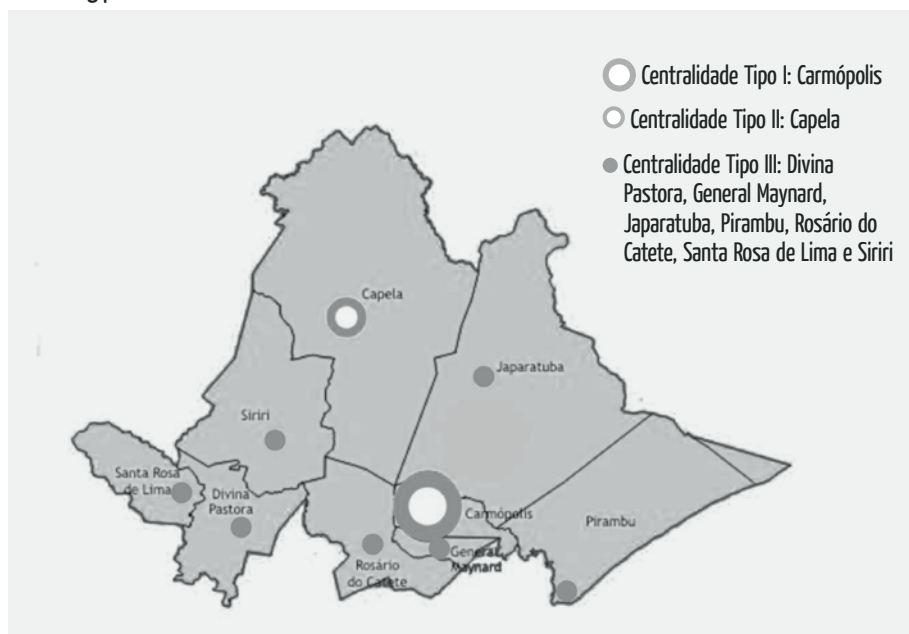
Baixo São Francisco



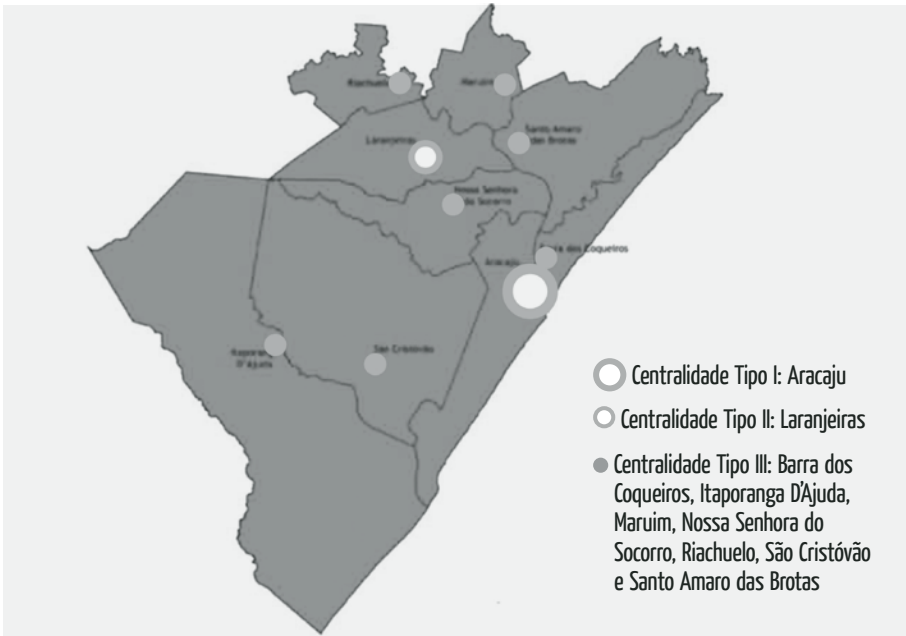
Agreste Central Sergipano



Leste Sergipano



Grande Aracaju



135

Centro Sul Sergipano



Sul Sergipano

- Centralidade Tipo I: Estância
- Centralidade Tipo II: Itabaianinha,
- Centralidade Tipo III: Arauá, Boquim, Cristinápolis, Indiaroba, Pedrinhas, Salgado, Santa Luzia do Itanhy, Tomar do Geru e Umbaúba

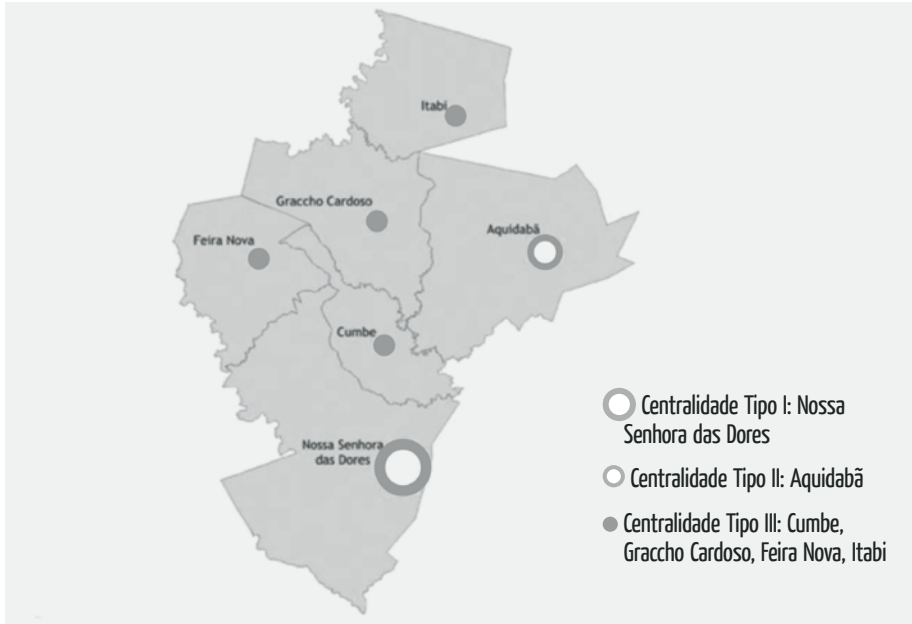


Alto Sertão Sergipano

- Centralidade Tipo I: Nossa Senhora da Glória
- Centralidade Tipo II: Canindé do São Francisco
- Centralidade Tipo III: Gararu, Monte Alegre de Sergipe, Nossa Senhora de Lourdes, Poço Redondo e Porto da Folha



Médio Sertão Sergipano



PLANO DE INVESTIMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Propõe-se que exista um *kit* de investimento para cada tipo de centralidade. É certo que as centralidades já possuem parte desse *kit*. Dessa forma, os investimentos vão sendo realizados de modo a completa-lo. Em complemento a isso, de forma a integrar Sergipe, alguns investimentos de escala estadual são propostos. Os *kits* são detalhados a seguir.

GRANDES OBRAS EM ÂMBITO ESTADUAL

- Ampliação e requalificação do Porto de Sergipe (de graneleiro para contêineres);
- construção e modernização do aeroporto de Aracaju e aeródromo de Canindé;
- ponte sobre o rio São Francisco (Brejo Grande-Piaçabuçu) ligando Sergipe a Alagoas;
- ZPE para indústria de petróleo, gás e energia ao lado do retroporto de Sergipe;
- transporte de massa para a grande Aracaju (VLT unindo as nove cidades do território).

REDE DE CIDADES - *KIT* DE INVESTIMENTO

A seguir são apresentados os diferentes *kits* de investimentos propostos. Ressalta-se que o objetivo não é criar hierarquia entre as cidades e, sim, investimentos que possam se completar e transbordar para as demais centra-

lidades, de modo a garantir que todos os sergipanos tenham seus direitos e qualidade de vida garantidos.

Tabela 36**Sergipe –Kit Investimento para centralidade tipo I****Item Ação**

01	Universidade
02	Escola profissionalizante
03	Hospital regional
04	Plano diretor com zoneamento, previsão deanel viário, de distrito industrial e área para habitação popular
05	Terminal rodoviário
06	Mercado territorial
07	Aeródromo (Pista de Pouso)
08	Saneamento básico: drenagem, água, esgoto e resíduos sólidos.
09	Comunicação: TV educativa, rádio local, sinal de internet (wi-fi) e sinal de telefone celular
10	DBM – Destacamento de Bombeiro Militar
11	CISP: Centro Integrado de Segurança Pública
12	Unidade do Instituto Médico Legal (IML)
13	Unidade do Centro de Atendimento ao Cidadão (CEAC)
14	Praça dos esportes e da cultura (modelo PAC)
15	Desenvolvimento institucional (base cartográfica, geoprocessamento)

Investimento necessário (por cidade): R\$ 200 milhões.

Tabela 37**Sergipe –Kit Investimento para centralidade tipo II****Item Ação**

01	Escola de ensino profissionalizante
02	Unidade de Pronto Atendimento 24 horas;
03	Plano diretor
04	Terminal rodoviário
05	Mercado municipal
06	Saneamento básico: drenagem, água, esgoto e resíduos sólidos
07	Comunicação: rádio local, sinal de internet (Wi-Fi) e de telefone celular (prioritariamente para a sede do município)
08	CISP: Centro Integrado de Segurança Pública
09	Praça dos esportes e da cultura (modelo PAC)
10	Desenvolvimento institucional

Investimento necessário (por cidade): R\$ 50 milhões.

Tabela 38

Sergipe –Kit Investimento para centralidade tipo III

Item	Ação
01	Escola Técnica
02	Clínica de Saúde da Família
03	Terminal Rodoviário
04	Mercado
05	Saneamento básico: drenagem, água, esgoto, e resíduos sólidos.
06	Praça do PAC
07	Comunicação: sinal de internet (<i>wi-fi</i>) e de telefone celular, na sede.
08	Delegacia
09	Desenvolvimento institucional

Investimento necessário (por cidade): R\$ 5 milhões.

A Tabela 36 apresenta o *kit* de investimento para as cidades classificadas como Centralidade tipo I

A Tabela 37 apresenta o *kit* de investimento para as cidades classificadas como centralidade tipo II.

A Tabela 38 apresenta o *kit* de investimento para as cidades classificadas como centralidade tipo III.

QUADRO ESTIMADO DE INVESTIMENTOS E FONTES

A Tabela 39 apresenta uma estimativa do valor necessário para dotar as centralidades do seu respectivo *kit* de investimento.

Tabela 39

Sergipe – Quadro estimado de investimentos e fontes (em R\$ 1.000)

Territórios	União (89%)	Estado (10%)	Município (1%)	Total (100%)
Alto Sertão Sergipano	244.750	27.500	2.750	275.000
Médio Sertão Sergipano	290.300	27.000	2.700	270.000
Agreste Central	280.350	31.500	3.150	315.000
Baixo	271.450	30.500	3.050	305.000
Leste	93.450	10.500	1.050	105.000
Sul	262.550	29.500	2.950	295.000
Grande Aracaju	253.650	28.500	2.850	285.000
Centro Sul	235.850	26.500	2.650	265.000
Sergipe	1.882.350	211.500	21.150	2.115.000

Supondo investimentos divididos em quatro anos, a Tabela 40 a seguir, apresenta uma previsão orçamentária ano a ano, com responsabilidade dividida entre governo federal, estadual e municipal.

Tabela 40

**Previsão Orçamentária de investimento para quatro anos
2015-2018**

Ente federado	I (mil R\$)	II (mil R\$)	III (mil R\$)	IV (mil R\$)
União	470588	470588	470588	470588
Estado	52875	52875	52875	52875
Município	5288	5288	5288	5288
Total	528750	528750	528750	528750

CONCLUSÃO

A chegada do PT ao poder no estado de Sergipe foi precedida de um amplo trabalho realizado entre 2001 e 2006, quando Marcelo Déda foi prefeito de Aracaju, a capital do estado. Nessa época foi desenvolvido um planejamento que, numa relação dialética com a vontade política de mudança, foi capaz de orientar os principais setores do governo na execução de projetos sistêmicos e setoriais.

Assim, o Plano Sergipe: Desenvolver e Incluir, documento base da campanha de Marcelo Déda a governador do estado, já nasceu de uma experiência prática, em escala e nível de complexidades menores e com uma aprovação política relevante. Contudo, como se tratava de uma nova experiência, em escala e nível de complexidades maiores, era necessário conhecer a nova realidade para nela intervir de forma adequada. E como todo bom planejamento, o de Sergipe começou com um diagnóstico.

Em 2006, o estado convivia com: concentração social da renda; concentração espacial da infraestrutura social e produtiva no litoral; concentração do PIB industrial nas indústrias de capital intensivo de petróleo e gás e geração de energia hidrelétrica, que não formavam cadeias produtivas locais; desequilíbrio político que permitia que as oligarquias regionais, altamente patrimonialistas reinassem, soberanas numa manifestação do poder local que ofuscava, muitas vezes, as mudanças que o Brasil vivia nesse campo – o aprofundamento da democracia.

Diante desse diagnóstico algumas questões foram postas na agenda do planejamento em Sergipe: o PPA do estado para o período 2008 a 2011 preci-

sava nascer inovador e democrático e, seria necessária alguma forma de abordagem que fosse capaz de reduzir as desigualdades de renda e desenvolvimento no território, entre os setores e classes.

Em relação à primeira questão, a resposta foi a institucionalização de um processo de participação popular com assembleias regulares e com três escalas territoriais diferentes em articulação (municipal, territorial e estadual). Enquanto a maioria das experiências recentes de gestão pública avançou para o planejamento estratégico voltado para a máquina administrativa, a experiência de Sergipe levou o planejamento estratégico para ser pactuado com a sociedade.

Em relação à segunda questão, percebemos que optar pelo tradicional caminho da inovação tecnológica *strictu sensu*, dadas as condições existentes em Sergipe à época, apenas reforçaria as desigualdades de acumulação no território, nos setores e nas classes. A questão das vantagens de escala faria com que aqueles que estão na frente continuassem a receber os maiores impulsos e não criaria estímulos para o investimento se desconcentrar rumo aos lugares e setores nos quais a densidade tecnológica é baixa. Se o velho acúmulo de estoque de capital físico e a inovação tecnológica *strictu sensu* não seriam a forma de abordagem inicial mais adequada para Sergipe, qual seria?

A questão que se punha era como ampliar a noção de ativos na economia do desenvolvimento. Entendemos que seria necessário e urgente incorporar as noções de território e de cultura ao projeto de desenvolvimento. Na definição comum de ativo, onde são incluídos os bens ou direitos na posse dos sujeitos econômicos e que, nesse contexto, constituem parte do seu patrimônio, resolvemos incluir o patrimônio cultural e ambiental, e as relações sociais de confiança (o capital social) dos diversos sergipes na nossa equação econômica.

À luz desses debates e no intuito de elaborar uma proposta concreta de planejamento que propiciasse a resolução daquelas questões que se punham para Sergipe nos idos de 2007 (a necessidade de um PPA inovador e democrático, a necessidade de institucionalização de um processo de democracia participativa e a necessidade de reduzir as desigualdades no território, nos setores e nas classes) foi criado um método para orientar todo o processo de planejamento, representado no fluxograma da Figura 10, a seguir:

O passo II da proposta sergipana, a definição dos investimentos públicos no PPA 2008-2011, assentou-se então nessas inovações institucionalizadas, a criação do processo de democracia participativa e dos territórios de planejamento (que tem força de Decreto Estadual). Mais de oito mil demandas da população foram levantadas durante os ciclos de conferências do planejamento participativo e parte delas (17%) foi incluída no PPA. Mais do que isso, em consonância com a proposta de desenvolvimento territorial, já

Figura 10

Método para o planejamento participativo e territorializado



estava registrada nos relatórios dessas conferências a necessidade de que esses investimentos se articulassem na forma de “kits territoriais”. Essa noção partia do pressuposto de que não bastava realizar investimentos de acordo com os anseios da população, era preciso, também, que houvesse uma articulação real entre eles de modo a suprir a dependência em relação a outros espaços distantes do território, e a ampliar a agregação de valor à produção dos mesmos, dentro dos próprios territórios. Assim, os territórios de Sergipe deveriam possuir (cada um deles) um conjunto mínimo de equipamentos, a exemplo dos Mercados Territoriais, CEIs e CVTs, de modo a conformar verdadeiros Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais (ASPILs)¹.

Para completar o processo ilustrado no fluxograma do método, faltava ainda trazer o setor privado para a realização de investimentos e a população para realizar o controle social do processo e a sua contínua retroalimentação. Ambos já haviam participado durante as duas primeiras etapas, mas agora era preciso realizar o que havia sido planejado.

Para isso, a elaboração de planos cumpria duas funções essenciais: a de servir como um guia do processo e a de comunicar claramente os objetivos e metas, gerando o compromisso em torno deles. Do ponto de vista dessa “en-

1. Metodologia desenvolvida pela Redesist/IE/UFRJ.

genharia” social e econômica, os nove Planos de Desenvolvimento (um com escala estadual, com horizonte de 10 anos e outros oito em escala regional) articularam duas dimensões importantíssimas e que de certa forma estão registradas na literatura sobre política econômica: a dimensão da intervenção do estado na economia e a dimensão da comunicação.

Do ponto de vista da primeira, os planos sinalizaram uma presença significativa do estado e a sua articulação com a iniciativa privada na previsão e na realização de investimentos. Mas não se tratou apenas de planos para os momentos de pós-crise e a fim de levar a economia ao ponto correto do produto ou da demanda ou ainda reduzir o desemprego; tratava-se, mais do que isso, de planos que funcionariam também para períodos de crescimento, não obstante sua função de fio condutor que auxiliasse o período de travessia de eventuais crises.

Do ponto de vista da segunda, os planos e o seu devido cumprimento por parte do governo cumpriam uma função de sinalização clara aos investidores privados de como o futuro tenderia a se comportar. Isso também é a incorporação de uma questão largamente debatida na literatura econômica, sobre “expectativas racionais”.

Na forma como essas duas dimensões foram articuladas em Sergipe, outro pressuposto lógico seria o de que esses planos precisariam ter, necessariamente, o longo prazo como horizonte. A abrangência temporal do Desenvolver-SE mostrou a audácia do processo de planejamento no estado, ao tentar resgatar a dimensão de longo prazo que havia sido perdida no processo de planejamento institucionalizado no Brasil desde a década de 1980, com o fim do “paradigma” nacional desenvolvimentismo.

Tabela 41**Indicadores macroeconômicos
2000-2012**

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	
Variação do PIB (%)	4,31	1,31	2,66	1,15	5,71	3,16	
Taxa de juros (<i>overnight</i> – Selic) (%a.a)	15,36	18,07	23,03	17,78	19,32	19,19	
Inflação – IPCA (%)	5,97	7,67	12,53	9,3	7,6	5,69	
Taxa de desocupação	5,557	10,6	10,5	10,9	9,6	8,3	
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Variação do PIB (%)	3,96	6,09	5,17	-0,33	7,53	2,73	0,87
Taxa de juros (<i>overnight</i> – Selic) (%a.a)	12,52	10,62	14,36	9,12	11,45	11,45	6,81
Inflação – IPCA (%)	3,14	4,45	5,9	4,31	5,9	6,5	5,83
Taxa de desocupação	8,4	7,4	6,8	6,8	5,3	4,7	4,6

Fonte: Banco Central do Brasil, IBGE, Ipeadata.

Embora haja planos de maior escala temporal sendo elaborados pelo governo federal, eles geralmente têm abrangência regional ou setorial. Do ponto de vista legal o planejamento brasileiro só prevê planejamento orçamentário de curto prazo (LDO e LOA) e médio prazo (PPA). Planejamento com horizonte de longo prazo (10 anos) não existe. O que é um grande erro, caso seja considerado que a partir do período de 2005 a 2006 o Brasil passou a viver as melhores condições macroeconômicas desde o fim do nacional desenvolvimentismo, o que nos permitiria audaciosamente conciliar as condições econômicas (que se não são iguais às de outrora, são certamente melhores do que as da década de 1990) com a sofisticação dos instrumentos de planejamento que foram e poderiam ser desenvolvidos recentemente em função do aprendizado com os erros do passado.

A experiência recente (pós 2010) de planejamento em Sergipe parece sugerir que quando não há uma forte cultura de planejamento, o que é previsto em planos tende a ser deixado de lado em momentos de crise e redução das receitas do estado. Se isso é verdade, Sergipe então pôde aproveitar um bom período macroeconômico do Brasil para lançar as bases do seu planejamento para o horizonte de uma década. A partir de 2005, o Brasil passava por um momento de redução do *déficit* em conta corrente e aumento do saldo da conta de capital e financeira (investimentos diretos e outros fluxos financeiros), redução da inflação, crescimento do PIB, redução da taxa de juros e redução da taxa de desocupação, conforme a figura, a seguir.

INDICADORES MACROECONÔMICOS DO BRASIL

Esses fatores, de forma conjunta, tanto contribuíam para a atração de investimentos privados para Sergipe quanto impactavam positivamente no crescimento das transferências correntes a partir de 2005, especialmente o Fundo de Participação dos Estados, que em crescimento permitia discricionariedade no uso de outras fontes de receitas, como *royalties*, para a realização de investimentos estratégicos.

Associado ao trabalho de regularização da situação do estado junto ao CAUC, liberando as transferências voluntárias, feito pela nova equipe de governo e, de redução das despesas, o aumento nas receitas implicou em resultados orçamentários promissores. Em 2007 esse resultado foi de R\$ 270 milhões e em 2008 de R\$ 276 milhões em caixa, após o pagamento de todas as despesas do ano, incluindo os restos a pagar do ano seguinte. Em 2006, último ano da gestão anterior, esse resultado tinha sido negativo em R\$ 171 milhões.

Esses fatores, associados à renegociação da dívida dos estados no âmbito do Programa de Ajuste Fiscal, ampliando o espaço de endividamento dos entes, foram fundamentais para a garantia do financiamento dos projetos. Postas essas

condições, o financiamento público do desenvolvimento pôde acontecer de forma satisfatória por duas vias no primeiro mandato: com o uso de recursos do tesouro estadual, especialmente em projetos de infraestrutura, e através da realização de operações de crédito junto a instituições financeiras nacionais e multilaterais. Esta segunda via de financiamento seria de fundamental importância a partir do início do segundo mandato, no qual a conjuntura se alteraria. Mas no contexto exclusivo do primeiro mandato um estado com grande capacidade de investir estimulava a iniciativa privada a também fazê-lo.

O significativo resultado alcançado por Sergipe em termos de indicadores econômicos e sociais mostrado neste documento não nos isenta do desafio de manutenção e ampliação das conquistas, especialmente em um contexto de crise internacional. Em Sergipe, os rebatimentos da crise se mostraram na forma de uma significativa redução das transferências correntes, especialmente o Fundo de Participação dos Estados. Em um contexto como esse, acontecimentos que anteriormente foram celebrados como positivos, transformaram-se em motivo de grande apreensão e com sérios impactos na prática do planejamento.

No biênio 2007-2008 o governo de Sergipe, que contava com uma boa quantidade de reservas, elevou o salário da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros a um patamar que os colocou entre as melhores remunerações nacionais da categoria. Em 2008 também foi sancionada a Lei do Piso do Magistério Público, cujos impactos também se fizeram sentir em Sergipe. Essas duas são, respectivamente, a terceira e a segunda maior categoria do funcionalismo público estadual. Juntas perfazem 37,15% do total de servidores. Evidentemente, um aumento repentino nas remunerações dessas categorias, associadas ao aumento significativo das despesas com a previdência social (aposentados e pensionistas), e ao contexto de crise com redução das receitas, iria resultar em sérias dificuldades financeiras.

O Poder Executivo atingiu o limite prudencial para despesas com pessoal previsto no art. 22, parágrafo único da Lei de Responsabilidade Fiscal. A folga em relação a esse limite, que havia sido conquistada em 2008 com o significativo aumento da receita corrente líquida, rapidamente se perdeu nos anos seguintes e impôs alguns limites ao Poder Executivo, como a contratação de novos servidores, exceto nos casos ressalvados pela lei e a contratação de horas extras.

Em meio a esse contexto Sergipe viu acontecer uma verdadeira “financeirização do planejamento”. A crise fiscal se estabeleceu em 2008-2009 e, em 2010 a situação dos estados se agravou e o presidente Lula lançou o Programa de Emergência Fiscal (PEF). A partir daí não se tratava mais de pla-

nejamento e sim de emergência fiscal. Se no primeiro mandato de Marcelo Déda (2007-2010) quem capitaneava o processo de captação de recursos, em consonância com o amplo planejamento elaborado, era a Secretaria de Estado do Planejamento, Habitação e do Desenvolvimento Urbano (Seplan), no seu segundo mandato foi a Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz) que passou a capitanear esse processo.

Ainda no final do primeiro mandato, em 2010, o PEF I foi contratado em detrimento de outra operação de crédito, que havia sido elaborada em moldes semelhantes ao Programa Sergipe Cidades, e que punha em prática toda a elaboração conceitual do planejamento participativo e territorializado que o Sergipe Cidades havia inaugurado. Tratava-se do Projeto de Desenvolvimento Integrado dos Territórios do Alto Sertão e Baixo São Francisco Sergi-panos (PDI São Francisco).

A ida da captação de recursos para a Sefaz foi seguida do PEF II e do Sergipe Infraestrutura, operações de crédito com natureza semelhante ao PEF I. Se a possibilidade de realizar investimentos com recursos próprios havia sido limitada pela crise, a mudança radical do perfil das operações de crédito arrefeceu mais ainda a proposta inovadora de planejamento. E parece que as crises têm a seguinte característica: a de reconcentrar o que havia sido, ainda que timidamente, desconcentrado, seja em escala macrorregional ou estadual.

O efeito anticíclico de curto prazo necessário ao combate da crise seria alcançado, mais rapidamente sentido com a execução de grandes obras de construção civil, por exemplo, diferentemente de investimentos que tenham um período de maturação longo como parte dos que estavam propostos no PDI São Francisco ou no Sergipe Cidades. Graças ao amplo planejamento feito, mesmo essas obras de efeitos rápidos estavam articuladas, numa dimensão sistêmica, aos projetos de desenvolvimento de longo prazo, como forma de articular dinamicamente as escalas local, territorial e estadual, a fim de fazer circular a produção tangível e intangível desses territórios. É importante deixar claro que, por sua vez, os projetos de longo prazo também possuem entre eles investimentos sistêmicos, mesmo que de longa maturação.

Atualmente, em Sergipe, graças ao apoio do governo federal, os investimentos continuam sendo financiados por operações de crédito dos programas federais – desde o PEF até o Proinvest, passando por PAC Complemento, PAC mobilidade etc. – mas o custeio, com a queda das transferências federais (FPE) e a elevação dos gastos com a previdência (aposentados e pensionistas), está prejudicando o curto prazo.

A mensagem que se procura passar ao final desse documento é a de que é necessário aprofundar o conceito e a prática de desenvolvimento territorial

participativo, mesmo em momentos de crise, quando a tendência é fazer o contrário. De outro modo, a tendência é a reversão dos ganhos sociais adquiridos na década passada. Por isso propomos a formação da Rede de Cidades por Território e entre os Territórios, capacitando e investindo nas cidades, a criação dos Conselhos de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) Territoriais e a coordenação dos investimentos públicos nos três níveis federativos, o que impulsionará o processo, dando resolutividade e credibilidade ao planejamento participativo.

SOBRE A AUTORA

MARIA LÚCIA FALCÓN é graduada em Agronomia pela Universidade Federal da Bahia (1982).
Mestrado em Economia pela Universidade Federal da Bahia (1990) e Doutorado em Sociologia pela Universidade de Brasília (2000). Atualmente é Professora Associada 2 da Universidade Federal de Sergipe, atuando principalmente nos seguintes temas: planejamento e orçamento públicos, economia regional, desenvolvimento urbano, cultura e território. Foi secretária de Planejamento de Aracaju (2001-2006), secretária de Planejamento de Sergipe (2007-2010) e secretária de Desenvolvimento Urbano do Estado de Sergipe (2012-2013), secretária nacional de Planejamento e Investimentos Estratégicos do Ministério do Planejamento (2011).

O livro *Sergipe 2000-2013* foi impresso na Gráfica Santuário para a Fundação Perseu Abramo. A tiragem foi de 500 exemplares. O texto foi composto em Berkeley Oldstyle em corpo 11/13,2. A capa foi impressa em papel Supremo 250g e o miolo em papel Pólen Soft 80g.